



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE POSGRAP – PRÓ-
REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PPGEO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



SÃO CRISTÓVÃO/SE

2017

MARIANA BARBOSA ANDRADE

**DESTERRITORIALIZAÇÃO DO LATICÍNIO UNIÃO NO ASSENTAMENTO
BARRA DA ONÇA EM POÇO REDONDO/SE**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em Geografia, no
Programa de Pós- graduação em Geografia da
Universidade Federal de Sergipe –
PPGEO/UFS.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia de Souza
Mendonça Menezes.

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2017

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A553d Andrade, Mariana Barbosa
Desterritorialização do Laticínio União no assentamento Barra da Onça em Poço Redondo/SE / Mariana Barbosa Andrade ; orientadora Sônia de Souza Mendonça Menezes. – São Cristóvão, 2017.
167 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Geografia agrícola. 2. Laticínios – Poço Redondo (SE). 3. Agroindústria. 4. Desenvolvimento rural – Poço Redondo (SE). 5. Territorialidade humana. 6. Programa de Aquisição de Alimentos (Brasil). I. Menezes, Sônia de Souza Mendonça, orient. II. Título.

CDU 911.3:63(813.7)

BANCA EXAMINADORA

Prof^a.Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes
Presidente

Prof. Dr. José Eloizio da Costa
1º Examinador

Prof. Dr. Eliano Sérgio Azevedo Lopes
2º Examinador

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por iluminar e guiar os meus caminhos em todos os momentos da minha vida. Aos meus pais, Jairo e Salete e meus irmãos Vinícius e Ana Paula, por acompanharem e a fortalecerem os meus passos, o incentivo de vocês foi fundamental para que eu continuasse lutando e acreditando nos meus sonhos. À José Renato, pela sua ternura e companheirismo. Com todos eles, aprendo e pratico a cada dia o significado da palavra humildade, família e amor.

Aos meus amigos da Geografia Cialy, Suzi, Glauber, Maryane, Valdemir e Leandro pela a lealdade e tranquilidade. A palavra amiga de cada um deles ajudou-me a superar os meus medos e as minhas aflições, durante o período de elaboração da dissertação. À amiga Juliana, que acompanha há mais de vinte anos a minha trajetória, repletas de alegrias e tristezas e ao meu amigo Kleylson, por compartilhar junto comigo todas as minhas indecisões, aconselhando qual o melhor caminho a seguir. Agradeço a todos e todas pela confiança e amizade.

À minha orientadora, professora Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes, pelo acompanhamento e orientação. Aos professores, Dr. José Eloizio da Costa e Dr. Eliano Sérgio Azevedo Lopes, pelas contribuições e sugestões ao trabalho, sem os questionamentos deles, a minha pesquisa seria incompleta. Aos entrevistados e aos demais envolvidos indiretamente na pesquisa que me receberam com muito carinho e atenção, e que se debruçaram, um pouco do seu tempo para responderem as perguntas e relatarem os fatos. A todos, minha eterna gratidão.

Ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe pelo apoio recebido durante a pesquisa e aos seus funcionários, os técnicos administrativos Everton e France e o assistente administrativo José Matheus, por estarem sempre prontos a cooperarem.

RESUMO

No território do Alto Sertão Sergipano, a produção de leite é considerada a principal atividade econômica e o seu crescimento na área deve-se a investimentos em políticas públicas voltadas ao melhoramento genético do rebanho, práticas de manejo adequados ao clima semiárido e como estratégia de reprodução dos agricultores familiares. Em Poço Redondo/ Se, no assentamento Barra da Onça, a ação dessas políticas possibilitou a ampliação da miniusina formada pela Associação de Pequenos Produtores Rurais da Barra da Onça, que a transformaram em 2001 no Laticínio União. A produção do laticínio estava centrada no leite pasteurizado tipo C e derivados. Tais produtos eram comercializados no próprio estabelecimento comercial, localizado na cidade de Poço Redondo e na capital Aracaju, municípios circunvizinhos e outros estados. O Laticínio União participou dos programas sociais governamentais Pró – Leite, PAA- Leite (Programa de Aquisição de Alimentos) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - principais compradores das pequenas agroindústrias certificadas com o S.I.E. (Serviço de Inspeção Estadual). O leite adquirido pelo PAA-leite abastecia famílias em situações de vulnerabilidade nutricional residentes nos municípios de Poço Redondo, Canindé do São Francisco e Monte Alegre de Sergipe. A atuação desses programas proporcionou a ampliação de agroindústrias para atender às necessidades do mercado consumidor em todo o estado de Sergipe. Porém, o encerramento do programa do PAA-leite acelerou o processo de desterritorialização do Laticínio União e novas territorialidades foram formadas a partir dele. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de territorialização, desterritorialização e (re) territorialização envolvidos na construção e fechamento do Laticínio União, bem como as novas territorialidades formadas a partir dele. O estudo em questão adotou uma abordagem qualitativa, na qual visa compreender a articulação das redes sociais no funcionamento dos programas sociais, bem como entender a participação dos atores, mediadores e sujeitos no direcionamento da cadeia produtiva do leite. Portanto, esta pesquisa demonstrará como essa desterritorialização do Laticínio União transformou diretamente a economia do assentamento Barra da Onça, provocando o surgimento de novas estratégias de reprodução social.

Palavras chaves: Laticínio União; desterritorialização; (re) territorialização; leite.

ABSTRACT

In the territory of the Sergipe High Outback, milk production is considered the main economic activity and its growth in the area is due to investments in public politics aimed at the genetic improvement of the herd, management practices appropriate to the semi-arid climate and as breeding strategy for family farmers. In Poço Redondo / Se, in the Barra da Onça settlement, the action of these politics made it possible to expand the mini plant formed by the Association of Small Rural Producers of Barra da Onça, which transformed it into União Milk Industry in 2001. Dairy production was centered on Pasteurized milk type C and derivatives. These products were sold in the commercial establishment, located in the city of Poço Redondo and in the capital Aracaju, surrounding municipalities and other States. Milk Industry União participated in the governmental social program Pró - Leite, PAA - Leite (Food Acquisition Program) and the National School Feeding Program (PNAE) - the main buyers of the small agroindustries certified as S.I.E. (State Inspection Service). Milk purchased by PAA-milk provided food to vulnerable families living in the municipalities of Poço Redondo, Canindé do São Francisco and Monte Alegre de Sergipe. The performance of these programs provided the expansion of agroindustries to meet Consumer needs of market throughout the State of Sergipe. However, the closure of the PAA-milk program accelerated the process of de-territorialization of the União Milk Industry and new territorialities were formed from it. Therefore, this research aims to analyze the process of territorialization, deterritorialization and (re) territorialization involved in the construction and closure of Laticínio União, as well as the new territorialities formed from it. A qualitative approach was adopted to understand the articulation of social networks in the functioning of social programs, as well as to understand the participation of actors, mediators and subjects in the direction of the milk production chain. Therefore, this research will demonstrate how this de-territorialization of União Milk Industry has been directly transformed the economy of the Barra da Onça settlement, provoking the emergence of new strategies of social reproduction

Keywords: União Milk Industry; Deterritorialization, (re) territorialization, milk

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 – Localização do Território do Alto Sertão de Sergipe (2017)	54
Mapa 2 – Localização do Município de Poço Redondo/Se (2017)	83
Mapa 3 – Localização dos Povoados do Município de Poço Redondo/Se (2017)	86
Mapa 4 – Localização do Assentamento Barra da Onça (2017)	99
Gráfico 1- Produto Interno Bruto – PIB de Poço Redondo/SE (2010)	87
Gráfico 2 – População residente – Poço Redondo/SE (1991-2010)	88
Gráfico 3 – Pecuária bovina – Poço Redondo/SE (1975-2015).....	91
Gráfico 4 – Produção de Feijão (em grão) – Poço Redondo/SE (1991-2015).....	94
Gráfico 5 – Produção de Fava (em grão) – Poço Redondo/SE (1991-2015)	94
Gráfico 6 – Produção de Mandioca (em tonelada) – Poço Redondo/SE (1991-2015).....	95
Gráfico 7 – Produção de Milho (em grãos) – Poço Redondo/SE (1991-2015).....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos Estabelecimentos Agropecuários do Território do Alto Sertão de Sergipe (2006)	64
Tabela 2 – Território do Alto Sertão de Sergipe – Volume da Produção de Leite (Mil litros) – (1975 – 2015)	76
Tabela 3 – Território do Alo Sertão de Sergipe – Número de Efetivos Bovinos (Cabeça) – (1975 -2015)	79
Tabela 4 – Território do Alto Sertão de Sergipe – Número de Vacas Ordenhadas - (Cabeça) – (1975-2015)	80
Tabela 5 – Estrutura Fundiária do Município de Poço Redondo/ Se (2006).....	89
Tabela 6 – Tecnologia e Insumos Agrícolas nos Estabelecimentos Agropecuários no Município de Poço Redondo (2006)	90

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fluxograma 1 – Articulação das Redes Sociais dentro do Território Agrário	35
Figura 2 – Imagem – Utilização de tratores na moagem da palha para a silagem do milho	104
Figura 3 – Imagem – Árvore Catingueira.....	105

Figura 4 – Imagem – Plantação de Mandacaru	105
Figura 5 – Imagem – Consorciação de milho e feijão	106
Figura 6 – Imagem – Armazém de estocagem de milho e rolão	106
Figura 7 – Imagem – Plantação de Palma	106
Figura 8 – Imagem – Preparação da Palma	106
Figura 9 – Imagem - Miniúsina	108
Figura 10 – Imagem – Criação de Bovinos	109
Figura 11 – Imagem – Criação de Caprinos	109
Figura 12 – Fluxograma 2 – Arranjo das Instituições para a construção do Laticínio União	112
Figura 13 – Imagem - Laticínio União	114
Figura 14 – Imagem – Centro Comunitário de Produção – CCP	129
Figura 15 – Imagem – Tanque de Resfriamento do Leite	129
Figura 16 – Imagem – Centro Comunitário de Produção – CCP	129
Figura 17 – Imagem – Tanque de Resfriamento do Leite	129
Figura 18 – Imagem – Carro sucateado do Laticínio União.....	130
Figura 19 – Imagem – Caminhão Baú do Laticínio União.....	130
Figura 20 – Imagem – Câmara de Resfriamento do Leite.....	130
Figura 21 – Imagem – Tanque de Resfriamento do Leite do Laticínio União.....	130
Figura 22– Imagem – Cultivo de Hortaliças orgânicas com a prática de irrigação por Gotejamento	134
Figura 23 – Imagem – Plantação de ervas com a prática de irrigação por Gotejamento	134
Figura 24 – Imagem – Criação de Abelhas	135
Figura 25 – Imagem – Criação de Peixe em Tanque.....	135
Figura 26 – Imagem – Lote de Produção de Agricultura Orgânica.....	135
Figura 27 – Imagem – Antigo lote de Produção de Agricultura Orgânica.....	135
Figura 28 – Imagem –Vaca com dificuldade de locomoção	137
Figura 29 – Imagem – Animal morto	137
Figura 30 – Imagem – Plantação de Palma Amarelada.....	137
Figura 31 – Imagem – Vegetação da Caatinga sofrendo com a seca	137
Figura 32 – Imagem - Fabriqueta	139
Figura 33 – Imagem – Casinha construída para abrigar o tanque de resfriamento do leite	139

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

ANCARSE – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural de Sergipe

APPRBO - Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Barra da Onça

ASA - Aplicação no Semiárido Brasileiro

ASCOC - Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos de Canindé de São Francisco

ASCOSA - Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Semiárido

ASN - Agência Sergipe de Notícia

BC – Banco Central do Brasil

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

CCP - Centros Comunitários de Produção

CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas

CECAC - Centro de Capacitação de Canudos

CEDJBC – Centro Educacional Dom José Brandão de Castro

CEF - Caixa Econômica Federal

CFAC - Centro de Formação Agrícola Dom José Brandão de Castro

CFP - Comissão de Financiamento da Produção

CMN – Conselho Monetário Nacional

CODEVASF - Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco

CODISE - Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe

COHIDRO - Companhia de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEAN - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

COOPEAGRIU - Cooperativa dos Pecuaristas e Agricultores União

COOPRASE - Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária do Sertão de Sergipe

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CPTASA - Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

DEAGRO - Departamento de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

DESO - Companhia de Saneamento de Sergipe

EMATER - Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira De Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
FAO - Food and Agriculture Organization
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETASE - Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Sergipe
FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ICM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IFS - Instituto Federal de Sergipe
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
MAPA - Ministério da Agricultura, Reforma Agrária e Pecuária
MCR – Manual de Crédito Rural
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome
MF - Ministério da Fazenda
MPA - Movimento do Pequeno Agricultor
MPOG - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG - Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PA - Projeto Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PATERLTEITE - Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Agrária
PC - Por Cruza
PDA - Pano de Desenvolvimento do Assentamento

PDRI - Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado

PGPM - Política de Garantia de Preço Mínimo

PIB - Produto Interno Bruto

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PO - Puro de Origem

POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PPGEO – Programa de Pós Graduação Geografia

PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PROJETO SERTANEJO - Projeto Especial de Apoio ao Desenvolvimento da região Semiárida do Nordeste

PROLEITE - Programa de Modernização da Pecuária Leiteira

PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar

PRONESE - Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

S.I.E. - Serviço de Inspeção Estadual

S.I.F. – Serviço de Inspeção Federal

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEED - Secretaria de Estado da Educação

SEIDES - Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

ZCIT - Zona de Convergência Intertropical

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E (RE) TERRITORIALIZAÇÃO: AÇÕES ARTICULADAS PELAS REDES SOCIAIS	22
1. Introdução	22
1.1. Espaço e Território	26
1.1.1. Do Território Redes aos Aglomerados de Exclusão Territorial ou Exclusão Social..	31
1.2. A Política de Desenvolvimento Rural aliada a estratégia do Capital Social nas regiões semiáridas brasileiras.....	38
1.2.1. A Política de Combate a Pobreza e os Mercados Institucionais de Segurança Alimentar e Nutricional: o fenômeno de proximidade construído dentro do Capital Social	44
CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO.....	52
2. Introdução	52
2.1. Aspectos Gerais do Alto Sertão Sergipano	53
2.1.1. Ocupação e Formação do Território do Alto Sertão Sergipano	56
2.1.1.1. O Uso da Terra e sua Relação com a Pecuária Leiteira.....	61
2.2. O sistema de finança de proximidade no Território do Alto Sertão Sergipano antes do programa de Segurança Alimentar e Nutricional Pró-Leite e PAA-Leite.....	66
2.3. As articulações das redes sociais para a formação dos mercados institucionais Pró-Leite e PAA - Leite	71
2.3.1. A situação da pecuária leiteira praticada no Alto Sertão Sergipano após o encerramento do programa PAA-Leite.....	77
2.4. O Município de Poço Redondo e sua caminhada rumo à produtividade leiteira	82
2.4.1. O processo de ocupação e formação do município de Poço Redondo	83
2.4.2. A composição da Estrutura Fundiária e sua relação com o uso da terra	88
CAPÍTULO 3 – ASSENTAMENTO BARRA DA ONÇA: UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS, CONQUISTAS E DECEPÇÕES COM O LATICÍNIO UNIÃO	97
3. Introdução	97
3.1. Barra da Onça: Uma história de luta pela terra	98
3.2. A trajetória percorrida pelos assentados para produzir leite no assentamento Barra da Onça.....	102
3.2.1. Os primeiros passos para a construção da miniusina de leite.....	108

3.3.Da miniusina de leite ao Laticínio União	111
3.3.1. O Laticínio União entre os anos de 2001 a 2004: Uma parceria de sucesso com o Pró-Leite	115
3.3.2. O Laticínio União entre os anos de 2005 a 2008: a entrada do PAA-Leite e as novas regras do programa federal de Segurança Alimentar e Nutricional	121
3.3.3. O Laticínio União entre os anos de 2009 a 2011: o fim de um ciclo de dez anos.....	127
3.4.As novas territorialidades construídas após o fechamento do Laticínio União.....	134
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICES	149
ANEXOS	160

INTRODUÇÃO

As políticas sociais orquestradas pelos atores sociais, a saber: Instituições Financeiras, Entidades Governamentais e Entidades Não Governamentais, todas elas, intermediadas por mediadores sociais, juntas, são os meios utilizados pelos agentes dominantes para atrair o sujeito social. Embora aumente a renda e melhore as condições de vida do agricultor familiar, as políticas sociais não atinge a totalidade dos grupos sociais e não consegue atingir e melhorar a vida de muitos agricultores familiares.

A transformação da técnica do agricultor familiar acontece quando um produto tradicional de determinada localidade é estimulado pelos atores e incentivado pelos mediadores a passar por um processo de inovações tecnológicas para aumentar a sua produtividade. No semiárido brasileiro, por exemplo, a pecuária leiteira constitui uma estratégia de sobrevivência dos agricultores familiares adotada diante das frequentes estiagens e perdas da produção e, por esse motivo, ela torna-se alvo das políticas sociais de combate à pobreza.

Nas regiões brasileiras, a política social de combate à pobreza como o PAA - Leite (Programa de Aquisição de Alimentos) tem como proposta principal participar de mercados institucionais, em que o poder público garante o funcionamento do programa, como também a manutenção da agricultura familiar e a Segurança Alimentar Nutricional. De acordo com Grisa e Porto (2015), esses mercados institucionais liderados por instituições estão repletos de regras, normas e estrutura de governança, as quais possibilitam a adequação do agricultor familiar moderno enquadrado no perfil proposto pelas redes sociais.

O número de agricultores familiares mais adaptados à técnica, capazes de modernizar os estabelecimentos agropecuários e que conseguem permanecer no mercado são baixos, em comparação com os outros, que sempre buscam novas alternativas para permanecerem produzindo, tornando-se dependentes das ações de intermediários, agroindústrias, de políticas públicas ou migram para outras cidades brasileiras à procura de trabalho e melhores condições de vida.

Tal discurso elaborado pelos atores sociais de que as políticas sociais viabilizam o “progresso e o desenvolvimento rural”, tem como objetivo de convencer o agricultor familiar sobre a necessidade de inserir novos instrumentos de trabalho para aprimorar a sua técnica. Pode-se dizer que é somente um pretexto que as instituições utilizam para interferirem nas relações sociais do território, fazendo com que o agricultor familiar concorde com a ideia de ser um empreendedor, assim, poderá solicitar empréstimos, participar de programas e projetos

direcionados a aumentar à produtividade. É desse modo que o agricultor familiar torna-se refém dessa estrutura de mercado montada pelos atores sociais. Assim sendo, para Abramovay (2009), as instituições aproveitam-se das políticas sociais para ativarem o fenômeno de proximidade do capital social e, dessa forma, iniciarem a etapa de modernização agrícola. Nesse contexto, Haesbaert (2009) entende que a rede possui elementos territorializadores capazes de dar movimento e conteúdo ao território e, a partir daí, daria início ao processo de territorialização, desterritorialização e (re) territorialização articulado pelas instituições para dominarem o território, e consequentemente, responsáveis por construir novas territorialidades.

No caso da política social de Reforma Agrária, Martins (2003) ressalta que a etapa inicial de transição começa na passagem do agricultor tradicional para a fase do assentado da sociedade contemporânea, ou seja, é durante esse processo de ressocialização que acontece a entrada do assentado no mercado moderno. Esse é caracterizado por: riscos e incertezas; regulação da racionalidade; e a criação de economias alternativas como meio de manipulação e de controle dos agentes econômicos dominantes do processo. São algumas medidas adotadas pelo sistema econômico capitalista.

Para se defenderem das ações dos agentes econômicos, os assentados elaboram estratégias de sobrevivências, como também, de adaptações ao sistema capitalista visando sempre a sua reprodução social. Por conseguinte, esse sujeito social é gerenciado pelas reformas sociais e, portanto, o seu modo de vida tradicional não seria levado em consideração quando essas políticas sociais são postas em prática. Dessa forma, eles tornam-se dependentes das políticas sociais ou trabalham para intermediários e agroindustriais.

Analisando a teoria e a prática com o objetivo de compreender o processo de territorialização, desterritorialização e (re) territorialização da produção de leite no assentamento da Barra da Onça, torna-se necessário analisar as estratégias adotadas pelo capital social associado às políticas públicas Pró-Leite e PAA-Leite, programas voltados ao desenvolvimento rural e fundamental na construção do Laticínio União, como também, reforçar a importância dessa política pública para aprimorar a pecuária leiteira, promover o desenvolvimento socioeconômico do assentamento e valorizar o agricultor familiar.

O assentamento da Barra da Onça localiza-se no território do Alto Sertão Sergipano, no município de Poço Redondo e foi criado em 1986, a partir da ocupação das fazendas de Bom Sucesso e Riacho do Capim, as quais integram uma área de aproximadamente de 14.825 hectares. O assentamento era considerado o maior produtor de leite do município e o local onde estava instalado o Laticínio União.

O processo para aumentar a produção de leite no assentamento começou no ano de 1990, com a introdução do melhoramento genético alinhado a inseminação artificial em rebanhos bovinos. A estratégia de convivência com a seca trabalhada pela assistência técnica estadual beneficiou a produção de leite do assentamento da Barra da Onça em que houve um verdadeiro salto em qualidade e quantidade 5 para 10 litros/dia. A EMDAGRO (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe) elaborou um projeto em conjunto com a APPRBO (Associação Pequenos Produtores Rurais Barra da Onça) e mais quatro associações para criarem o Laticínio União. O projeto do Laticínio União surge com a necessidade de regular o preço do leite, retirando-se do domínio da empresa Parmalat e, com isso, deixar de fornecer às fabriquetas. Inicialmente, a Comissão de financiamento formada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e BNB (Banco do Nordeste do Brasil) não aprovaram o projeto alegando falta de infraestrutura, como a dificuldade no abastecimento de água e energia.

Para ampliar a rede de energia elétrica e realizar obras de drenagem em todos os lotes do assentamento, a EMDAGRO solicitou financiamento da PRONESE (Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe), da ONG holandesa CEBEMO ou Tito Alencar para a compra de materiais para o abastecimento de água em todo o assentamento da Barra da Onça e a mão de obra dos assentados; com os recursos do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), foi possível construir, inicialmente, o prédio da miniusina de leite e o PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), toda uma infraestrutura que financiou a compra dos equipamentos. As obras de ampliação da rede de energia elétrica e água autorizada pelo governo do estado de Sergipe duraram dez anos, o que possibilitou o funcionamento do Laticínio União no ano de 2001 e recebeu o selo S.I.E. (Serviço de Inspeção Estadual) para a autorização de comercializarem seus produtos, dessa forma, atenderem aos mercados institucionais.

A primeira política pública atendida pelo Laticínio União foi o Pró-Leite e, mais tarde, surgiram o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PAA-Leite. O objetivo do programa social era distribuir diariamente 1 litro de leite pasteurizado tipo C para crianças, nutrízes, gestantes, idosos e deficientes físicos, em situações de insegurança alimentar e residentes nos municípios de Canindé de São Francisco, Monte Alegre de Sergipe e Poço Redondo. A EMDAGRO era a entidade governamental mediadora com a função de operacionalizar o programa Pró-Leite e PAA-Leite, e os seguintes objetivos: de prestar assistência técnica, elaborar projetos de desenvolvimento rural, valorizar o assentado da Barra da Onça estimular a produção de leite, modernizar a técnica de produção, levar um produto de

qualidade as famílias assistidas, incentivá-los a solicitar créditos bancários e tornar o assentado dependente das políticas públicas. A implantação da política pública buscava fortalecer a bacia leiteira do Alto Sertão.

Além de servir aos mercados institucionais, o Laticínio União possibilitou diversificar a produção de derivados do leite, gerando empregos diretos e indiretos para as famílias assentadas da Barra da Onça, o que melhorou a economia do município de Poço Redondo e as condições de vida dos assentados, com isso, a superação nas dificuldades climáticas do semiárido, ampliação dos negócios e abertura de novos mercados. Como auxílio aos problemas com a seca, foram disponibilizados para associação APPRBO duas linhas de créditos uma destinada à compra de alimentos para o rebanho; e a outra para investimentos em infraestrutura dos lotes.

Em junho de 2007, a SEIDES (Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência do Desenvolvimento Social) tornou-se o órgão responsável pelo repasse do PAA-Leite e o Laticínio União que realizava o cadastramento e pagamento dos fornecedores via associação CFAC (Centro de Formação Dom José Brandão de Castro). O acordo entre os dirigentes do Laticínio União e a CFAC envolvia a suspeita de ações fraudulentas, desde desvio de funções até pagamento irregular dos assentados da Barra da Onça e dívidas trabalhistas de funcionários do laticínio, o que gerou a investigação pela PF (Polícia Federal). Devido ao desvio de verbas, os atrasos constantes e as dívidas trabalhistas, o programa foi suspenso e o Laticínio União perdeu o selo do S.I.E. Sendo assim, a empresa e o programa foram impedidos de funcionar no local, no final do ano de 2011, e de participarem de qualquer programa do governo federal.

Com o fechamento do Laticínio União, os assentados da Barra da Onça, ligados ao laticínio, acionaram a justiça para receberem as dívidas com o programa. Enquanto a ação processual não for resolvida judicialmente, os trabalhadores exercem outras atividades de sustento para suas famílias, nas etapas de produção e fornecimento de leite aos grandes laticínios, a cooperativa do povoado Santa Rosa do Ermírio, e as fabriquetas, dedicando-se também à agricultura dentre outras atividades para o complemento da renda.

Diante do exposto, o problema de pesquisa está centrado em como o Pró-leite e o PAA-Leite contribuíram para a construção e fechamento da indústria Laticínio União, como também, para a estrutura e desestrutura da cadeia produtiva do leite no assentamento rural Barra da Onça em Poço Redondo/Se?. Portanto, a hipótese de pesquisa seria que o Laticínio União fechou devido ao controle total da APPRBO sobre o laticínio, o afastamento de outras associações e à falta de fiscalização da SEIDES, permitindo que os seus dirigentes desviassem

verbas do programa PAA-Leite. Isso ocasionou a perda do Selo do S.I.E., e consequentemente, o impedimento na comercialização do produto.

Dessa maneira, podem-se analisar algumas questões de pesquisas verificadas a partir do fechamento do Laticínio União, a saber: Qual a participação das Entidades Governamentais e Não Governamentais, Instituições Financeiras e associações dos assentados nesse processo de construção do Laticínio União? Durante o funcionamento do Laticínio União, os assentados da Barra da Onça conseguiram aumentar a sua renda familiar e melhoraram suas condições de vida? E com o fechamento do Laticínio União, quais as estratégias de reprodução criadas pelos os assentados da Barra da Onça? Qual a contribuição do Laticínio União para o desenvolvimento socioeconômico do assentamento Barra da Onça? E qual a participação das instituições no fortalecimento da pecuária leiteira do assentamento?; As novas territorialidades formadas a partir do fechamento do Laticínio União têm mantido os assentados da Barra da Onça no lote ou houve um crescimento no número de lotes abandonados?

Para direcionar o caminho da pesquisa e atingir os objetivos, aos quais propõem, na finalidade de buscar possíveis respostas para as questões apresentadas, o objetivo geral dessa dissertação foi analisar o processo de territorialização, desterritorialização e (re) territorialização envolvido na construção e fechamento do Laticínio União, bem como as novas territorialidades formadas a partir dele. Para compor essa pesquisa, foram necessários os seguintes objetivos específicos: Compreender como se deu o processo de construção e fechamento do Laticínio União; identificar os atores sociais, mediadores e sujeitos envolvidos no processo e suas respectivas participações no Laticínio União; entender o funcionamento dos programas Pró-Leite e PAA-Leite e seu envolvimento, com o fim do Laticínio União; avaliar se as transformações socioeconômicas provocadas pelos os programas sociais fortaleceram a pecuária leiteira e valorizaram ou não os assentados da Barra da Onça; averiguar se as novas territorialidades criadas a partir do fechamento tornaram o assentado da Barra da Onça mais dependente das políticas públicas e vulneráveis em relação às agroindústrias.

As categorias geográficas utilizadas para esta pesquisa foram: Espaço e Território, seguidos de subcategorias de: territorialização, desterritorialização, (re) territorialização e territorialidade. Logo, a leitura de Santos (1990:2006) sobre o Espaço – funcionalidade, redes e fluxos -, Moreira (1982), Raffestin (1993), Saquet (2007) e Souza (2013) sobre Território – relações de poder – tornaram-se necessários complementos ao pensamento estruturalista de

Haesbaert (2002:2004: 2009), qual o significado das articulações das redes sociais dentro do território e os sujeitos receptores das ações territorializadoras, na visão de Martins (2003).

Para embasar o referencial teórico, foi necessário aliar a noção de território das relações de poder envolvidos na categoria de análise sobre o desenvolvimento rural aliada à estratégia do capital social, seguindo o autor Abramovay (1998:2009); e o entendimento sobre as políticas públicas de combate a pobreza e a atuação das instituições foi fundamental os estudos dos autores Graziano da Silva (2003), Ortega; Jesus; Só (2005), Sabourin (2009), Pereira (2010), Rech (2010), Schneider (2010), Schimit; Medeiros; Leite; Grisa; Cintrão e Zimmmermann (2014), Delgado e Leite (2015) e Grisa e Porto (2015), autores que se tornaram referências para o andamento da pesquisa. Com o objetivo de descrever o território do Alto Sertão e do objeto de estudo dessa dissertação, foram utilizados os autores Lopes (1988), Santos e Andrade (1992), Diniz (1996), Souto (1998), Lavres Filho (2000), Nascimento e Oliveira (2000), Andrade (2005), França e Cruz (2007), Anjos; Almeida;Curado(2008), Freire (2009), Menezes (2009:2015), Santos (2014).

Quanto o procedimento metodológico escolhido foi o Estudo de Caso em uma abordagem qualitativa, na qual a principal fonte de coleta de dados foi através das mídias (jornais e internet) e roteiros de entrevistas estruturadas e semiestruturadas com o Secretário de Agricultura do município de Poço Redondo, técnico agrícola da EMDAGRO, associados do Laticínio União e proprietários de fabriquetas do assentamento. Já abordagem quantitativa, exercerá um papel secundário, as informações adquiridas pelo questionário fechado, feito por todos os envolvidos, os quais apresentam perfis diferentes e, por isso, os questionários foram elaborados de forma diferenciada. Durante as entrevistas, foram respeitados todos os depoimentos dos envolvidos. A definição da população, amostra dessa pesquisa, são os produtores de leite associados ao Laticínio União. O levantamento e a análise dos dados qualitativos e quantitativos da pesquisa serão representados através de fluxogramas, tabelas e gráficos. A elaboração dos mapas serviu para localizar as áreas de estudos; enquanto que os gráficos, tabelas e figuras, na função de traçar o perfil do agricultor familiar e pontuar a produção agropecuária, bem como a economia do município de Poço Redondo e a população da área e os resultados das discussões foram apresentados no final da dissertação.

Por ser um tipo de pesquisa de caráter exploratória e descritiva, o Estudo de Caso que, segundo Godoy (1995), tem como base principal a pesquisa bibliográfica, a entrevista com os envolvidos com o problema, dessa forma, permite uma visão sobre a realidade do objeto de estudo, analisa o meio do qual vive os sujeitos e discute com os envolvidos as questões de “como” e o “porque” do problema existir e, por fim, uma tentativa de solucionar um problema

da vida real. Esses elementos permitem relacionar a teoria e a prática essenciais para a realização da pesquisa empírica, durante a investigação dos fenômenos de territorialização, desterritorialização e (re) territorialização, dentro do território do Alto Sertão de Sergipe e no Assentamento da Barra da Onça, tendo como objeto de estudo o Laticínio União. A dissertação está estruturada em referencial teórico, caracterização do território e descrição do objeto de estudo e dividido em três capítulos da seguinte forma: Capítulo 1 – Territorialização, Desterritorialização e (Re) Territorialização: ações articuladas pelas redes sociais; Capítulo 2 – Caracterização do Território do Alto Sertão Sergipano e Capítulo 3 – Assentamento da Barra da Onça: uma trajetória de lutas, conquistas e decepções com o Laticínio União seguidas das Considerações Finais, Referências, Apêndices e os Anexos.

CAPÍTULO 1: TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E (RE) TERRITORIALIZAÇÃO: AÇÕES ARTICULADAS PELAS REDES SOCIAIS.

1. Introdução

De acordo com o pensamento de Heasbeart (2004), o capitalismo constitui-se de “paradigmas territoriais”, cujo modelo pode ser estatal ou empresarial. Ao questionar a lógica do poder capitalista dentro do espaço político, o autor descreve que dentro do capitalismo o governo é detentor do poder e que age no território com o objetivo de expandir o seu controle sobre a área, dominar recursos naturais e gerar lucro. Atualmente, o poder é estabelecido de forma política e envolve os aspectos sócio-econômico-cultural de um determinado território. Sendo assim, na visão do autor, os múltiplos territórios construídos a partir da relação de poder proporciona alguns recortes geopolíticos, dos quais permitem a divisão entre zonais e reticulares, o que contribui para uma parceria unilateral, onde o Estado controla o poder político do território.

No mundo, esse território político estatal é forçado a aceitar a existência de outros tipos de poder ou a criar novos outros circuitos para encaixá-los, formando as redes sociais. Logo, a formação do território-rede é capaz de traçar diversas territorialidades a depender do tipo de poder exercido, o que seria a representação das relações de poder. Essa sobreposição do território-rede sobre o território zona deve-se ao processo tecnológico informacional que diminuiu as distâncias entre os territórios, interação entre si e promove a integração. Desse modo, as multiterritorialidades classificam-se em: modernas, quando ela é embrionária (zonal ou redes); e multiterritorialidade pós-moderna, que é reticular, ou de território de redes, a multiterritorialidade atual. Assim sendo, existe nesse processo de formação uma mudança tanto quantitativa quanto qualitativa, tendo em vista a presença de inúmeros territórios e de inúmeras vivências.

A partir da formação do território de rede não existe o controle de início e término do território, bem como não há como prever quando acontecerá determinado processo, pois dependerá dos interesses dos atores sociais dominantes e de tipos de ações, sendo essas: territorializadoras, desterritorializadoras e (re) territorializadoras. Para Heasbeart (2004), é complicado compreender a atuação das redes em uma determinada área ou zona analisando apenas alguns elementos envolvidos no processo de construção do território-rede, pois existem vários tipos de controle e poder territorial e que, para identificá-los, seria necessário analisar o tipo de controle, qual sentido (funcional ou simbólico) ele atua, e quais os atores

envolvidos (Empresa, Estado, grupos sociais). Cada um deles pertence a um nível de intensidade de poder dentro do território e, para compreender a sua atuação, seria necessário analisá-los individualmente. Nesse sentido, o território é visto como um espaço terrestre ocupado e organizado por um grupo social fechado caracterizado por valores e tradições que darão sentido de pertencimento ao território e em que haja a multiplicidade do território observada pelas ações dos atores sociais, mediadores e sujeitos sociais.

Ao descrever a ação de dominação política-econômica dentro do território local, o espaço de relações política constrói diferentes tipos de dominação e o caráter dominador dos atores ultrapassa as fronteiras locais. De acordo com Haesbaert (2009), todas as ações promovidas pelos atores têm como objetivo impor regras de dominação ao povo local e, por esse motivo, são consideradas desterritorializadoras. As normas e regras impostas pelos atores são destruidoras das formas de organização política e social da comunidade local. Os aglomerados de exclusão ou exclusão territorial representam os efeitos da desterritorialização ou territorialização precária do território, causando problemas sociais, migrações que atingem uma parte da sociedade.

Analisando as peculiaridades do desterritorializador dos atores sociais, Haesbaert (2004) afirma que as multiplicidades dos territórios e as territorialidades podem ou não ocuparem o mesmo espaço, desde que haja conflitos de interesses. Mas a configuração espacial precisa de confronto entre os atores e a comunidade local para construir territórios diferenciados capazes de multiplicar diversos espaços culturais, sociais e políticos repletos de normas e regras essenciais para organizarem uma sociedade. Assim, é possível enxergar, no primeiro caso, o interior do confronto entre os atores sociais e a comunidade local e, no segundo caso, as relações construídas a partir deles. Pode-se concluir que somente constrói múltiplas territorialidades, quando ocorre disputa. O território-rede dá diversidade, cria opções de velocidade de produção, instabilidade para que as territorialidades tenham mobilidade para construir e reconstruir, dando o caráter de multiterritorialidade; e no espaço agrário, os instrumentos técnicos são os objetos das ações territorializadoras, desterritorializadoras e (re) territorializadoras.

Segundo Santos (2006), é dentro do espaço que as ações (o homem) e objetos concretos (instrumentos técnicos) fabricados pelo homem atuam em conjunto para construir sistemas tanto de objetos quanto de ações e, portanto, juntos, o sistema de objetos e o sistema de ações dão movimento às transformações do mundo. Sendo assim, diante do atual modelo econômico e do rápido aprimoramento do instrumento técnico-científico, a agricultura passa por um processo de modernização e os seus produtos começam a ter

destaque no mercado competitivo. Essa nova reorganização do território abordada pelo o autor é chamada de divisão social e territorial do trabalho, uma vez que a racionalização ao atingir o território, não somente interfere nas relações de trabalho, como também no comportamento dos agricultores.

Ao se instalar no território, o objeto técnico obedece às ações promovidas pelos atores sociais. Esses são responsáveis por elaborarem planos para explorar determinada área agrícola. Nesse contexto, devido a inserção de tecnologia e da organização territorial, a comunidade local passa por um processo de transformação para expandir o produto. De acordo com Santos (2006), com a modernização da agricultura, o meio rural é o principal alvo do aumento de produtividade, competitividade, flexibilidade, circulação e distribuição-características do modelo econômico capitalista e do modo de produção industrial aplicados na cidade.

Os atores sociais hegemônicos, ao utilizar o objeto técnico como estratégias de dominação do território, conseguem impor aos agricultores/sujeitos sociais a “necessidade” de consumir instrumentos modernos, com objetivo de aprimorar a sua técnica e desenvolver novos tipos de atividades e, assim, abrir caminho para que o capital possa agir dentro do território. A introdução de objetos técnicos no meio rural está atrelada a projetos e programas sociais propostos na política de desenvolvimento territorial rural sustentada pelo capital social viabilizada pela política pública. Para explicar a contribuição do capital social para o desenvolvimento rural, Abramovay (2009) recorre ao estudo de Putnam (1996) sobre a qualidade e a eficiência dos governos estatais na elaboração e execução das políticas de desenvolvimento territorial em determinada localidade.

A teoria de Putnam, explicada por Abramovay (2009), ressalta que a entrada do capital social ativa o fenômeno de proximidade social, cooperação e solidariedade entre os atores, mediadores e os sujeitos sociais. Para conseguirem seu objetivo, os atores dominantes elaboram discursos de “progresso e desenvolvimento socioeconômico” para a comunidade local. No caso do espaço agrário, o desenvolvimento rural estaria estruturado em uma rede social articulada por instituições capazes de promover ações de cooperação e de enriquecimento de determinada localidade; por outro lado, a valorizar os produtos tradicionais de determinada localidade.

Para Abramovay (2009), as ações do capital social são elaboradas durante o Projeto de Pacto de Desenvolvimento Territorial Rural, ou seja, na composição da política de desenvolvimento territorial rural, os agricultores familiares são aconselhados pelos mediadores por meio de projetos e programas sociais a promoverem melhorias em seus

estabelecimentos agropecuários. Os agricultores familiares são inseridos no sistema de crédito bancário, estabelecendo um ‘laço de confiança’ entre o gerente do banco e eles. Nesse contexto, as ações dos atores sociais são oportunistas, uma vez que as soluções de cooperação manipuladas pelas instituições aproveitam-se da ingenuidade dos agricultores familiares para obterem vantagens sobre eles e torná-los dependentes de suas ações.

De acordo com Grisa e Porto (2015), em regiões semiáridas brasileiras a política de desenvolvimento rural vincula-se a políticas públicas de combate a pobreza e são essas as responsáveis pela formação de mercados institucionais como o PAA dividido em seis modalidades: Doação Simultânea; Compra Direta; Formação de Estoques; PAA Leite; Compra Institucional; e Aquisição de Sementes. O PAA- Leite é operacionalizado em áreas semiáridas localizadas nos nove estados da região Nordeste e no estado de Minas Gerais; e a sua atuação compreende o auxílio aos agricultores familiares, investidos nos estabelecimentos agropecuários, buscando aprimorar o conhecimento local, a incentivá-lo a inovar a sua técnica de produção e controlar o preço do produto.

Os investimentos na produção do leite e valorização do agricultor familiar no território sertanejo contam com financiamento do governo federal através do PRONAF e de projetos e programas sociais planejados em parceria com o governo estadual e municipal. Todavia, o objetivo da implantação de políticas públicas sociais e de financiar crédito para os agricultores familiares fazem parte de um projeto de desenvolvimento territorial rural aliado a uma ideia guia, que no caso das regiões semiáridas seria a pecuária leiteira. Essa estratégia utilizada pelo capital social promovida pela articulação das instituições servem para territorializar, desterritorializar e (re) territorializar a área e construir outro território repleto de equipamentos modernos, agricultores familiares qualificados e direcionados a produção de leite para o mercado.

Portanto, a proposta desse capítulo é analisar as ações de territorialização, desterritorialização e (re) territorialização articulados pelos atores sociais; e no espaço agrário, os atores, mediadores e sujeitos envolvidos nas redes sociais elaboram políticas de desenvolvimento rural com o objetivo de modernizar a agricultura. Para tal, utiliza-se de políticas públicas de combate à pobreza. É necessário envolver o agricultor familiar em mercados institucionais com a promessa de gerar emprego e renda. No entanto, o agricultor familiar torna-se vítima da estratégia do capital social para serem inseridos no mercado capitalista.

1.1. Espaço e território

As escalas espaciais em Geografia e o tempo histórico estão vinculados ao processo de transformação do espaço geográfico e as suas inúmeras alterações. Sendo assim, “[...] admitir que é possível compreender o espaço e o tempo socialmente instituídos/incorporados é reconhecer a necessidade de analisar suas partes “esquadrinhando”, de certa forma, suas múltiplas escalas” (HAESBAERT, 2002, p.101). Para o autor, essas partes das escalas seriam os aspectos, sejam esses denominados de: físicos, sociais, políticos, culturais e são específicos de cada lugar. Sendo assim, o espaço e o tempo, ou seja, Geografia e História agem juntas para que possamos compreender o processo de transformação espacial. Além disso, é uma forma das Ciências Humanas interagirem com outras, como as de Sociais, com o objetivo de investigar os fenômenos individualmente para depois hierarquizá-los. Atualmente, a aliança entre a Geografia e a História está presente no espaço e tempo dentro do método de abordagem do materialismo histórico e dialético relacionados ao modo de produção capitalista.

Analisando, de forma dialética, o conceito de escala relaciona-se ao espaço-tempo, dentro de uma lógica de mutação relativa, estável e dinâmica, originadas da dialética marxista. De acordo Haesbaert (2002), esse perfil dinâmico da escala geográfica representa os aspectos político-econômicos e culturais de determinada área e é, nesse sentido, que se percebe a interação e interdisciplinaridade de outras escalas, seja nas ciências sociais e humanas atuando; e a escala cronológica da História representa o tempo linear e a escala histórica, os períodos de duração dos acontecimentos do fato em um determinado tempo histórico.

Nesse contexto, Moreira (1982, p.63) compreende que “o espaço é objeto da Geografia e o objetivo dela é conhecer as leis que movimentam a formação econômica e social do espaço”, assim sendo, o caráter social da Geografia é determinado pelo seu objeto, ou seja, o espaço geográfico é produzido pelas relações humanas e é através dela que as transformações espaciais ocorrem. Para o autor, esse caráter social é construído a partir do trabalho social e decorre do fato de que o homem necessita sobreviver e, por isso, ele transforma o meio natural e a si mesmo. Nesse processo de transformação do espaço geográfico, o homem social atua em duas interações, sendo que a primeira seria a interação do homem e o meio; e a segunda, a interação homem-homem produzida pelo trabalho social. Portanto, não haveria relações sociais, como também a existência humana, se não houvesse a necessidade do homem transformar o meio natural em meio de subsistência ou por meio do

trabalho. As duas interações são as bases formadoras da estrutura espacial. Dessa maneira, o ato de produzir, de como produzir e como repartir a riqueza de modo coletivo faz parte da interação homem-homem e das relações sociais.

Segundo Saquet (2007), esse tipo de abordagem do espaço geográfico configura-se como (i) material do território, centrada na relação espaço - tempo, isto é, na noção de espaço construído socialmente. Dessa maneira, esse território é produzido pela relação entre sociedade – natureza e são reproduzidas por um campo de força que envolve obras e relações sociais, econômicas, políticas e culturais determinadas por arranjos espaciais compostos por objetos construídos pelo homem e que dão ao espaço condições de produção, geração de bens de consumo e assim garante a continuidade da produção da matéria, acumulação de capital e reprodução social.

Desse modo, a reprodução da sociedade somente é total quando há o controle dos meios de reprodução e do objeto do espaço. Nesse sentido, ocorre dentro do território uma disputa pelo poder político-econômico de dominação. No modo de produção capitalista, os objetos espaciais são instrumentos de produção e reprodução utilizados pelo capital para manterem o controle do território e os detentores deles são os atores sociais ou agentes econômicos. Seguindo esse pensamento, Souza (2013, p. 89) esclarece que:

O que define o território é o poder ou, em outras palavras, o que determina o perfil do conceito é a dimensão política das relações sociais, sem deixar a cultura e a economia. Os territórios não são matérias tangíveis, palpáveis, mas sim “campos de forças” que só existem enquanto durarem as relações sociais das quais eles são projeções espacializadas.

Dessa forma, o conceito de território possui um caráter político e não envolve apenas os aspectos econômicos. Assim, o território não é apenas um substrato material como, por exemplo, um lugar, uma cultura como se em um único conceito pudesse abranger e explicar de uma única vez a dimensão do espaço social que o envolve. Para Souza (2013), igualar o território ao substrato espacial material significa “coisificar” para que não se perceba que na qualidade de projeção espacial do território, as relações de poder permitem observar mudanças nos recortes territoriais, formações de fronteiras e em suas delimitações espaciais. Porém, o seu substrato material não precisa necessariamente sofrer alterações. Alguns autores não mencionam o exercício das relações de poder que existe dentro deles e “coisificam” o território. Nesse sentido, o território assume, dentro do discurso “coisificado”, a reprodução do substrato espacial e material, as relações de poder são esquecidas, ou seja, restringem seu pensamento a abordagens sobre poluição dos rios, destruição de matas, alterações do relevo

ou envolve a atuação do Estado no exercício e na busca de exercer seu poder de dominação dentro do território.

De acordo Haesbaert (2004), a origem do território é explicada de duas formas, material ou simbólico, estabelecido dentro de um processo terra-territorium. Nesse processo, ocorre uma dominação (jurídico-política), em que os verdadeiros donos da terra, aos poucos, perdem o pedaço da terra ou são mesmos impedidos de usufruí-la. Diante desse processo de relações de poder, o autor escreve como sendo uma exceção àqueles territórios que não foram afetados pelos atores sociais. Assim sendo, para o autor o poder exercido dentro do território poderá ser analisado em dois sentidos: no concreto de dominação ou no simbólico de apropriação.

Para reforçar seu pensamento, Haesbaert (2004) recorre à teoria de Lefebvre em que o autor explica que o poder de apropriação é “um processo simbólico carregado das marcas do vivido, do valor de uso, enquanto que o de dominação é mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca” (HAESBAERT, 2004, p. 01). Segundo ele, Lefebvre entende que quando o espaço/território é funcional passa a ser dominado pelos agentes que o manipulam e que o torna unifuncional. Esse espaço/território é utilizado para atender aos interesses dos atores sociais, enquanto que os usuários do espaço/território vivido são esquecidos ou excluídos.

Ao analisar essas relações sociais de poder, Haesbaert (2009) compreende que quando o território assume o caráter de dominação político-econômica, os atores sociais (Entidades Governamentais, Organização Não Governamental e Instituições Financeiras) constroem redes de articulação para territorializar-se. Para isso acontecer, às redes constroem, controlam e criam estratégias em parceria com a sociedade, juntas formam o espaço social organizado e estruturado para atender os seus anseios. Para o autor, essa territorialidade articulada por essas redes é tida como territorializadoras, uma vez que a característica mais marcante delas seria o seu efeito territorializador e desterritorializador. Esse entendimento de Haesbaert (2009) sobre as relações de poder e seu caráter territorializador surge em oposição ao pensamento de Raffestin (1993).

Raffestin (1993) compreende que o espaço é anterior ao território e, por isso, a territorialização acontece no espaço e não no território. Desse modo, a territorialização do espaço ocorre a partir de processo de apropriação concreta (material ou de matéria-prima) ou simbólico do espaço. Esse processo é “resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.” (RAFFESTIN, 1993, p.143). De acordo com o pesquisador, o ator ao apropriar-se desse espaço concreto ou simbólico o territorializa a partir das relações de poder. Nesse sentido, enquanto Raffestin (1993) entende

que o espaço antecede o território e analisa as relações de poder a partir de um ator capaz de territorializar o espaço, Haesbaert (2004) afirma que o território nasce com dupla conotação, sendo um material (no sentido de poder de dominação) e o outro simbólico (no sentido de poder de apropriação). Esse território desdobra-se ao longo de um processo *continuum* que se inicia da dominação político-econômica concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural simbólica.

Quanto a esse processo *continuum* do território, Haesbaert (2004) destaca que em seu pensamento, Lefebvre afirmava que existiria um elo entre a dominação político-econômica e a simbólica, entretanto, devido ao processo de acumulação capitalista, o espaço passa a ser dominado pelo aparato estatal empresarial que o transforma em mercadoria e destrói o simbólico. O autor descreve esse pensamento de Lefebvre como um espaço-território socialmente construído pelo processo de apropriação iniciado, a partir da natureza e estende-se até a dominação política-econômica imposta pelo modelo capitalista. Isso ocorre porque o espaço social é um espaço difuso e, por esse motivo, permite que o território e os processos de des-territorialização sejam diferenciados pelos atores responsáveis pelo controle das relações de poder e pelos sujeitos envolvidos.

Dentro desse processo *continuum*, a dominação e/ou apropriação do território e territorialização devem ser aprofundados em seus estudos, na multiplicidade das suas manifestações, ou seja, analisar todas as articulações que envolvem os atores/agentes sociais (Estado, Empresas, Instituições Financeiras, Entidades Religiosas, Organizações Não Governamentais, Movimentos Sociais etc.) detentores dos múltiplos poderes e suas devidas participações na construção do território e no controle das pessoas (dominadas). Assim, segundo o autor, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações de poder incorporados através dos múltiplos agentes/atores envolvidos no processo. Por isso, as relações sociais ou manifestações de poder podem variar de acordo com atores, mediadores e sujeitos envolvidos. Nesse contexto, a territorialidade incorpora-se ao território de dominação político-econômica, uma vez que alteram o lugar do convívio com a terra, a cultura e a forma de organização dentro do espaço das pessoas dominadas.

A partir do momento em que as relações sociais de poder atuam dentro do território, começam a existir diferentes combinações funcionais e simbólicas e isso dependerá da maneira como os atores/agentes sociais conduzirão as ações territorializadoras e formarem a suas redes sociais. Nas palavras do autor, “O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s)

modelo(s) de sociedade(s) vigente(s)”.(HAESBAERT, 2004, p.03). Sendo assim, entende que na construção do território funcional existe uma mobilidade dos fluxos de redes fundamentais para estabelecer o controle da área. Para o autor, a territorialidade é vista dentro do território como algo abstrato ou simbólico se for analisado a partir da imagem de um território e essa abstração perdura desde o sentido ontológico do poder político-cultural. Desse modo, é necessário separar o território como dominação (material) e território como apropriação (simbólica) que muitos ignoram a complexidade e a riqueza da multiterritorialidade.

Nesse processo de dominação político-econômica, Haesbaert (2004) cita ao descrever seu território; Santos (2006) analisa dois tipos de atores envolvidos nas relações sociais: os dominantes (atores hegemônicos) que veem o território como produto para gerar mercadoria; e os dominados (atores hegemônizados), que valoriza o produto para garantir a sua sobrevivência. Assim sendo, Haesbaert (2004) entende que na construção do território funcional existe uma mobilidade dos fluxos de redes fundamental para estabelecer o controle da área. De acordo com o autor, Santos (2006) relata que os hegemônizados enxergam o território como um ser apegado as identidades territoriais, mesmo sendo banidos dos recursos naturais. Para complementar seu pensamento, Haesbaert (2004) ainda apresenta dois tipos considerados para a construção do território, a saber: funcional e simbólico. Dessa maneira, todo território pode aparecer com características funcionais ou simbólicas, e isso dependerá do processo de apropriação ou de dominação e um deles se sobressai mais do que o outro.

Dando continuidade a esse processo de territorialização caracterizado a partir de uma dominação ou apropriação do espaço/território, torna-se necessário conhecer o contexto histórico geográfico de um determinado território. Dessa forma, Haesbaert (2004) faz um retrospecto desde a sociedade tradicional embasada no funcional-simbólico voltada na manutenção da cultura do território, passando pela sociedade “disciplinar moderna” onde valorizava o indivíduo e não o grupo e, finalmente, a sociedade “de controle” ou “pós-moderna” controlada pelas redes sociais. Sendo assim, ao transformar o território zonal em um território de redes, o controle, a mobilidade e a agilidade passarão a ser determinantes para a formação do atual território- rede.

1.1.1. Do território redes aos aglomerados de exclusão territorial ou exclusão social

De acordo Haesbaert (2009), o fato de uma sociedade está estruturada e controlada dentro de um território-rede, não significa que ocorreu uma desterritorialização, e sim, uma territorialização. Pois, nessa interação das redes compreendidas no espaço-tempo, característico do mundo pós-moderno, “territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2009, p.280). Logo, os elementos materiais que identificam aquele território, sofrem interferência da mobilidade das redes sociais, o que torna o seu processo de mudança veloz.

Dessa forma, as redes sociais agem dentro do espaço, desde os povos nômades, onde na prática do nomadismo, o homem ou grupo descolava-se de um local para o outro em busca de alimentos essenciais para sua sobrevivência. Sendo assim, representava uma organização social estruturada de controle baseado no modo de vida tradicional. Hoje, com presença da tecnologia da informação, os atores sociais têm acesso a diversos lugares do mundo e conseguem alcançar os seus objetivos. Nas palavras de Santos (1990, p.05),

No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para retirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis a sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos.

Segundo Santos (1990), com o tempo, esse tipo de relação entre o homem e a natureza, foi dando lugar aos interesses comerciais, novas organizações, desejos, necessidades individuais de grupos sociais, ou seja, a atual fase da economia chamada mundializada ou globalizada, onde a sociedade adota um único modelo tecnológico com o objetivo de avançar sobre os diversos recursos naturais e humanos. O autor ressalta que ao atingir a mundialização do planeta, a natureza aparece dentro do espaço um ser unificado, não é mais juntos divididos entre homem e natureza, agora ela está a serviço do capital que passa a individualizá-la e não mais coletiva, e sim, hierarquizá-la, seguindo a lógica da escola do capital mundial que seria: investimento, circulação e distribuição de mercadorias. Nessa lógica, o que interessa é o lucro extraído da relação capital e trabalho e o papel do lugar é servir de ponto de encontro para a redefinição de interesses, sejam locais próximos, distantes e até mundiais para ampliarem as áreas comerciais.

Sendo assim, a fase informacional da globalização permitiu que a comunicação entre os povos fossem rápida e instantânea, e essa interação provocou transformações profundas no território, pois, as relações de poder (constituída pelo território imaterial), ao adentrar no território material (superfície) ativa o processo de territorialização e constrói “territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, bastante distintos da territorialização dominante na chamada modernidade clássica” (HAESBAERT, 2009, p.281). De acordo com o autor, o território é o local onde acontecem as relações de poder e também, dos dominadores que articulam suas ações e dão ritmo e movimento ao território. Deste modo, o território é carregado de significados, de elementos expressivos atraentes para quem o domina e necessários para aqueles que usufruem para sobreviverem.

Segundo aborda Haesbaert (2009), os elementos expressivos e específicos de cada território são citados por Deleuze e Guattari, com uma espécie de Zona interior de abrigo e outra exterior de limites de fronteiras, formando um território de tradicional hierarquizado. A rede seria um elemento dentro do território que ultrapassa as fronteiras para alcançar o seu objetivo, que é o de interagir com os demais territórios. Para o autor, há múltiplos territórios ou multiterritorialidades construídos a partir da compreensão tempo-espço e esse território, ao conectarem-se com a rede, eles adquirem múltiplas funções sociais, políticas, econômicas, culturais, o que dependerá dos objetivos propostos pelos atores dominantes e ativadas a partir de processos territorializadores e desterritorializadores.

De acordo com Santos (2006), o grupo de atores racionais/sociais, ou seja, os que detêm o poder financeiro e de instrumentos técnicos são os responsáveis pelo o avanço tecnológico em determinado lugar escolhido por eles. Porém, o aprimoramento do objeto técnico torna o seu uso “irracional”, pois a produção do instrumento deixa de ser útil para o desenvolvimento do trabalho do homem e passa a servir ao mercado de consumo. Em outras palavras, “o processo de globalização acelera esta tendência. Ao mesmo tempo, há uma demanda de produtividade por atores privilegiados e uma produção irracionalidade para a maior parte”. (SANTOS, 2006, p.208). Tanto na área rural quanto na urbana, a racionalidade hegemônica estar presente. Para o autor, quando a área rural é atingida pela racionalidade hegemônica é ativado o processo de modernização agrícola onde as suas atividades seguem uma política do modelo econômico capitalista e transforma a produção em monoculturas voltadas a abastecer o mercado do agronegócio. Dessa maneira, ao serem inseridos no mercado esses cultivos ou produtos originados da pecuária, recebem técnicas avançadas visando aumentar a produção e torná-la rentável para o mercado consumidor.

Contrário a essa teoria do território e rede, Raffestin (1993) considera que os elementos (nós e malhas) das redes são invariantes territoriais (agem da mesma forma) e a sociedade é quem diferencia o tipo de territorialização que acontece dentro dele. Essa seria uma visão dicotômica que divide as territorializações e a desterritorializações. Esta, muitas vezes, é associada à rede, enquanto que a mobilidade é considerada como algo desagradável e a territorialização é benéfica. De acordo Haesbaert (2009, p.289),

[...] ele (Raffestin) identifica quatro tipos de sociedade ou civilização, duas tradicionais, uma de transição e uma racional moderna, passando da que mais valoriza as malhas, o território percorrido ou a dimensão horizontal, para a que mais valoriza as redes, tendo como intermediário o papel crescente dos nós representados pelos núcleos urbanos.

Para Haesbaert (2009), Raffestin elenca dois elementos primordiais para a construção do território que são eles: a zona, que corresponde à malha; e a rede aos nós e fluxos. Nesse contexto, as redes apareceriam separadas dos polos e nós e, se pensarmos dessa forma, teríamos dois tipos de territorialização: uma seria a zonal, onde predomina o controle da área de fronteira e a outra seria reticular, baseada no controle de fluxos e polos (redes). As diferenças entre as duas estariam restritas a caracterizar individualmente o território na sua construção homogeneidade (zonal) e heterogeneidade (rede); e na sua composição de exclusividade (zonal) e multiplicidade (rede). Segundo o autor, o homem por ser “social”, construído a partir de relações sociais, está ligado à rede e seria impossível estudar o território e a rede separadamente.

Embora para alguns autores existam diferentes tipos de redes materiais, imateriais, técnicas e que promovem ações territorializadoras e desterritorializadoras, elas não conseguem atingir totalmente o território, apenas pequenos grupos que são afetados, e a própria territorialidade construída pelas redes também não são totalmente territorializadas. Dessa forma, Haesbaert (2009) constata que todo processo de territorialização promovido pelas redes é importante para compreender que ela sozinha não é capaz de dar movimento ao território e, para isso acontecer, precisaria ajustar seus pontos e as linhas, avaliar se a dimensão dos dutos e conexões são suficientes para dar mobilidade ao processo e qual o tipo de fluxo é mais adequado para circulação de mercadorias, pessoas etc.

Esse seria o papel simultâneo das redes que atuam no território ora como territorializadoras ora como desterritorializadoras que dependerá do movimento envolvido nas relações sociais. Quanto aos fluxos de materiais que compõem as redes, são formados pelas relações sociais de poder com a função de criarem diferentes configurações espaciais e

promoverem a descontinuidade espacial compreendidas no espaço-tempo. Segundo escreve Souza (2013, p.102)

Conceitualmente um territorialização ou desterritorialização, é sempre em primeiro lugar, um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no tempo-espaço. Esse poder envolve o uso da violência, como migrações forçadas, remoção de favelas, despejo de família de sem teto de um ocupação, expulsão de vendedores ambulante pela força da ordem e assim sucessivamente.

Nesse contexto, os pontos minúsculos que fazem parte do movimento de informação instantânea proporcionadas pelo aprimoramento da técnica da comunicação e de instrumentos funcionais, produzidos e controlados pelos atores dominantes e de suas redes sociais que os utilizam para ativar o processo de territorialização, compõem esse caráter territorializador e desterritorializador. As redes atuam tanto na sustentação do território quanto na desestruturação ou desarticulação do território. Esta possui uma função desterritorializadora. De acordo com Haesbaert (2009), durante o processo de territorialização, as redes sociais constroem territórios descontínuos e complexos, ou seja, (re)territorializam para dominarem os elementos materiais e/ou apropriarem-se do simbólico. No caso das redes técnicas internas, ao se integrarem as conexões de redes exteriores o Estado - Nação cede à dinâmica internacional, perdendo o controle. É nesse sentido que acontece a desterritorialização.

O território-rede possui um caráter funcional em razão das redes sociais. Estas, por sua vez, delimitam e organizam determinado lugar com objetivos de dominar os aspectos político-econômicos. Para isso acontecer, os atores sociais adotam a estratégia de convencimento local aliada a discursos de “progresso e desenvolvimento socioeconômico”. Além disso, os atores sociais são donos de instrumentos tecnológicos, de informação, comunicação e os utilizam para conseguirem conquistar a comunidade local e alcançar seu objetivo de dominação. As ações impostas pelos atores sociais articulados em redes fazem com que o território seja mais funcional, adquira mais velocidade e mobilidade nas transformações, e controle o ritmo, seja acelerando ou diminuindo o acesso aos recursos disponíveis nos territórios ou no descolamento de pessoas de um lugar para outro. O controle dessas relações se dá a partir do acesso a informação articuladas aos pontos e nós do território-rede. (Figura 1)

ARTICULAÇÃO DAS REDES SOCIAIS DENTRO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO

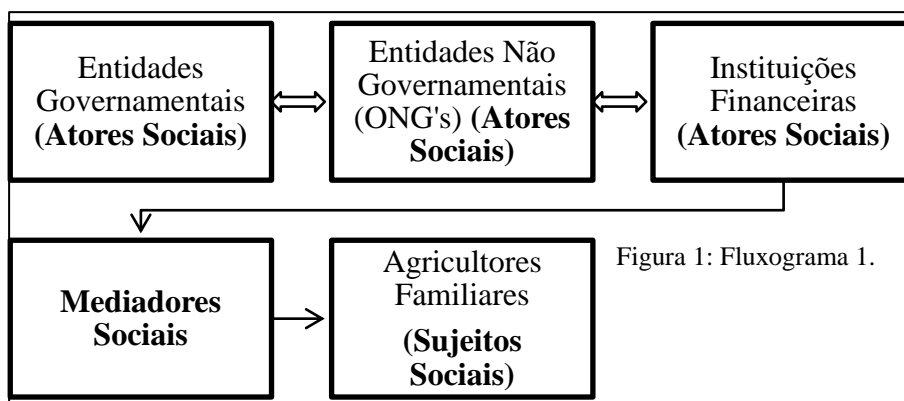


Figura 1: Fluxograma 1.

Fonte: Fluxograma elaborado a partir dos estudos de Haesbaert e Martins
Elaboração: ANDRADE, Mariana Barbosa. 2017.

Os atores sociais, ao utilizarem o objeto técnico como estratégias de dominação do território, conseguem impor à comunidade da zona rural a “necessidade” de consumir instrumentos modernos com objetivo de aprimorar a sua técnica e desenvolver novos tipos de atividades. Dessa forma, o capital espacializa dentro do território, os mediadores sociais são os intermediários das ações entre os atores sociais e os sujeitos sociais. Essas ações do capital criam modelos ideais de sociedades de consumo para tornarem o homem dependente do objeto, das formas de produção e a presença da tecnologia no campo o torna mais moderno e suas formas de produção e trabalho são semelhantes às indústrias.

Para Santos (2006), na fase informacional, os macrossistemas técnicos, ou seja, a articulação entre o Sistema de objetos técnicos com o Sistema de Ações, elaboram discursos voltados à necessidade de consumo para aprimorarem a técnica local, com o objetivo de interferir no comportamento da sociedade. Segundo o autor, esse espaço é dividido entre dois grupos: aqueles atores que são responsáveis por manterem o sistema financeiro funcionando, os chamados “racionais”; e aqueles atores que não se deixaram seduzir pela técnica imposta pelo hegemônico, os chamados “não hegemônicos”. Desse modo,

Há, de um lado, a presença do capital tecnológico que deva estar à mão para atender, no momento exato, aos reclamos de cada etapa de produção; e de outro, o capital financeiro destinado a prover, a tempo e hora, os produtores, com os recursos reclamados para produzir e mais o capital de conhecimento, de que não pode prescindir uma agricultura baseada na ciência (SANTOS, 2006, p.207).

Portanto, o processo de desterritorialização do território-zona é ocasionado pela relação de poder exercida pelo indivíduo ou grupo social dentro território. Estes podem acontecer na agricultura familiar desprovida de recursos financeiros ou até em bairros considerados perigosos, favelas urbanas, onde a des-re-territorialização acontece de forma mais violenta e esses novos territórios criados pela rede obedecem a interesses de ordem sócio-econômica-política-cultural, o que procede do indivíduo ou grupo social envolvido. Dessa maneira, a desterritorialização está ligada ao processo de (re) territorialização associado ao território de dominação político-econômica, ou seja, território funcional, como também de apropriação (simbólica). Dessa forma, territorializados e deterritorializados, no sentido funcional e simbólico são formados pelos excluídos politicamente, economicamente e simbolicamente do território, e os controladores do poder. Na área rural, os excluídos são formados pelos agricultores familiares que para manterem a sua reprodução social, eles são constantemente desafiados a reinventar novas estratégias de sobrevivência ocasionadas pelo processo de transformação de origem econômica e social do território.

Nesse sentido, Martins (2003, p.161) descreve que “a agricultura familiar é uma instituição de reprodução cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola” e as alternativas adotadas pelo agricultor familiar para manter a sua reprodução social no campo aliada a busca pelo resgate de valores da família rural organizada de forma patriarcal surge como uma estratégia de defesa, a fim de preservar a sua identidade em meio ao desenvolvimento econômico excludente. A renda da família do agricultor não é obtida apenas da terra, mas de aposentadorias, trabalhos extras na cidade, pensões, auxílios do governo, como Bolsa Família, são elas que subsidiam a produção agrícola, por isso essa não é considerada lucrativa, como também a renda não é vista como capitalista, como acontece nas agroindústrias. Para o autor, a atividade agrícola brasileira sobrepõe-se a produção de cultivos, criações domésticas de aves, rebanhos bovinos, caprinos, suínos, e sim, inclui uma variedade de atividade não agrícola como, por exemplo, artesanatos, produtos semi-industriais como doces, biscoitos e todos os produtos fabricados por eles são extraídos do meio rural.

Verifica-se que muitas dessas atividades são basicamente o sustento dessas famílias rurais. Além disso, a migração sazonal é um fator relevante nesse meio, tendo em vista que muitos agricultores familiares saem de suas terras, principalmente para trabalharem em cidades da região Centro-Oeste e Sudeste do Brasil. A área da construção civil são as que mais empregam esses agricultores e após o término das obras, eles retornam para suas cidades de origem e empregam-se em pequenos estabelecimentos comerciais, serviços gerais ou terceirizam seus serviços de agricultor. Martins (2003) destaca alguns problemas sociais no

campo como, por exemplo, a pobreza rural e as formas de trabalhos decorrentes da imposição do Estado. Ainda segundo o autor, reforça a afirmação de que a situação atual do Brasil corresponde a atrasos na consciência social e, principalmente, da política, ou seja, existe uma crise nas relações sociais que compromete a igualdade social, relações de trabalho e economia.

Dessa forma, a exclusão social faz parte da exclusão territorial, uma vez que os recursos essenciais para a reprodução social, são utilizados para servirem a determinados grupos sociais, enquanto que outros são impedidos de usufruí-los. Partindo desse pressuposto, Haesbaert (2009, p.315) descreve a desterritorialização como “exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável para a nossa participação efetiva como membro de uma sociedade”. Desse modo, na desterritorialização ocorre uma exclusão territorial formada por uma parte da população composta por cidadãos (excluídos) desprovidos de assistências sociais e econômicas, e são impedidos de usufruírem determinados recursos materiais. A exclusão social ou exclusão territorial atingem uma parte do território e, por isso, é considerada incompleta.

Os excluídos não são importantes como consumidores do sistema capitalista. Pois, na condição de desempregado, eles não conseguem financiar o consumo proposto pelo modelo econômico, porém eles são grupos vulneráveis, presas fáceis dos atores sociais e necessários para formarem trabalhadores de massa utilizados como mão de obra a serviço da mais valia. Logo, os aglomerados de exclusão representam uma parte da sociedade que é subordinada a grupos que controlam o sistema e agem em benefícios próprios, enquanto eles (atores sociais) reproduzem-se no território, os excluídos tentam se reterritorializar em outras áreas com a colaboração dos movimentos sociais.

Os aglomerados de exclusão são considerados de dois tipos: com mobilidade e os sem direção. O primeiro, formado por aqueles que possuem mobilidade, à procura de cidades atrativas em busca de melhores condições de vida; e o segundo tipo de excluídos, são formados por pessoas sem direção ou sem mobilidades composto por indivíduos ou famílias em condições de miserabilidade como, por exemplo, as de origem sertaneja. Nas palavras de Haesbaert (2009, p.330), esses indivíduos ou família sertaneja,

Estiveram durante muito “tempo preso a terra”, numa condição de extrema pobreza, ou seja, numa situação de desterritorialização, ou melhor, de territorialização precária, para ser coerente com o domínio dos processos de inclusão precária aqui defendida. Desatrelados da situação crítica de fome e

até mesmo de falta de água, no Sertão, eles se tornam alvo fácil de uma desterritorialização na mobilidade, verdadeiros “novos nômades” em busca de condições mínimas de sobrevivência.

Essas características servem para identificar os aglomerados de exclusão em diferentes grupos cujos únicos avaliados são os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais; a espacialização; e intensidade e a duração dos movimentos, enquanto constroem os territórios. Para reforçar a sua afirmação, o autor cita Castell (2000), que analisa três modalidades possíveis de aglomerados, sendo que o primeiro refere-se à prática do genocídio (extermínio total ou parcial de comunidade, grupos étnicos, racial ou religioso); o segundo, a segregação (separação racial ou grupo étnico.); e o terceiro, a marginalização formada por um grupo social separado do resto da sociedade e que vivem em condições inferiores comparados a outros.

No âmbito do espaço agrário, as ações territorializadoras, desterritorializadoras e (re) territorializadoras articuladas em redes sociais controladas pelos atores/agentes sociais começam a serem traçadas a partir da política de desenvolvimento rural aliada ao capital social vinculado a estratégias de política pública combate à pobreza rural. Essas políticas agem dentro território zonal e o transforma em funcional, sem perder as suas características por completo.

1.2. A política de desenvolvimento rural aliada à estratégia do capital social nas regiões semiáridas brasileiras

De acordo com Abramovay (2009), a noção do desenvolvimento rural não está somente associada ao aumento da produtividade de produtos agrícolas e pecuários. Embora envolva a atividade não agrícola, o seu estudo dentro do meio rural não corresponde apenas à expansão da atividade agropecuária, pois,

[...] regiões dinâmicas caracterizam por uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas. Mais importante que vantagens competitivas dadas por tributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno de proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores. (ABRAMOVAY, 2009, p.85)

Durante o fenômeno de proximidade social, as relações entre os atores e o objeto a serem conquistados acontecem de forma direta. Desse modo, o desenvolvimento rural apresenta-se dividido em duas correntes modernas: de um lado, a que ressalta a importância do tamanho do território em meio ao desenvolvimento, estaria estruturado em uma rede social articulada por instituições capazes de promover ações de cooperação e de promover o enriquecimento de determinada localidade; e do outro, a valorizar os produtos tradicionais de determinada localidade. Incluem-se nessas ações, a aquisição dos aspectos sociais da localidade, ou seja, os bens públicos como a cultura.

De acordo com Schneider (2010, p.520), “Abramovay utiliza a acepção à la Putnam vinculadas ao capital social para escrever sobre a solidariedade destes atores, estes são elementos fundamentais para ativar a “economia de proximidades” e relativizar os conflitos sociais em torno de uma ideia guia”. Para o autor, essa ideia guia é projetada para áreas favoráveis a receber inovações voltadas ao desenvolvimento rural, pois nelas existem uma forma tradicional voltada à cooperação, denominadas de “economias de proximidades”, capazes de focalizar nas organizações dos agricultores e fazê-los a seguirem as regras impostas pelo capital social que se utilizam de mercados institucionais para modificarem as formas de cooperação dos agricultores familiares. A participação das instituições governamentais, instituições financeiras e organizações não governamentais na formação de mercados institucionais são importantes para elaboração e execução da política de desenvolvimento rural.

O objetivo da política seria a organização dos agricultores familiares para executar as ações planejadas pelas instituições, criar novas formas de cooperação e implantar novas regras e normas que diminuam os custos de produção deles. No cenário da agricultura familiar brasileira, as redes comerciais são estruturadas a partir de políticas sociais de combate a pobreza rural, ou seja, os mercados institucionais formados por instituições financeiras, entidades governamentais e ONG's são planejados e executados a partir de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e os sujeitos sociais envolvidos são aqueles que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional, como acontece em regiões semiáridas. Sobre os mercados institucionais, Grisa e Porto (2015, p. 158) escrevem:

Mercados institucionais na política pública brasileira referem-se ao papel do Estado na construção/mediação de mercados particularmente na realização de compras governamentais para serem utilizadas em programas ou outros fins públicos. A rede de troca é uma estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores

e organizações, onde o Estado assume um papel central, por meio da política pública.

De acordo com os autores, a formação do mercado institucional brasileiro busca regular o preço do produto alimentício característico de determinado lugar, que nesse caso, é o leite, e após essa escolha, atender os interesses dos produtores do território da bacia leiteira. Para isso, o governo federal expande as suas ações para os governos estadual e municipal, com planos para formação de uma Comissão de Financiamento da Produção (CFP). Deste modo, organiza-se uma Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM). A Comissão contempla, principalmente, produtos alimentares e propõe diversificar a produção agrícola de determinado território. Nesse contexto, os nove estados da região Nordeste e o estado de Minas Gerais, e seus municípios localizados no semiárido brasileiro receberam investimentos e infraestruturas para ampliarem a produção do alimento em suas bacias leiteiras. Esses municípios são controlados pelo Estado, através do funcionamento de programas sociais como PAA, que na modalidade Leite tem sido a mais desenvolvida nesses estados.

O PAA-Leite tem como objetivo principal incentivar a produção de leite dos agricultores familiares e aumentar seu consumo pelas famílias que estão em situações de vulnerabilidade social e nutricional. Nessa modalidade do programa, o governo federal compra leite tanto de vaca quanto de cabra e a produção do agricultor familiar deve cumprir os requisitos do controle de qualidade imposto na Instrução Normativa nº 51 e outras regras estabelecidas pelo programa. Quanto à contratação dos laticínios responsáveis por receber, coletar, pasteurizar, embalar e transportar o produto de maneira adequada, este fica a cargo das secretarias responsáveis pela operacionalização do programa. O agricultor familiar fornecedor do programa entrega a sua produção no laticínio contratado mais próximo do seu estabelecimento agropecuário ou deposita em tanques de resfriamento ou expansão, onde será coletado pelos laticínios em caminhões-tanques.

De acordo com a cartilha do PAA, os beneficiários fornecedores podem participar do PAA individualmente ou por meio de suas cooperativas ou outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado. Para participar do programa, o agricultor familiar deverá possuir DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), produzir no máximo 650 litros/dia e ter comprovante de vacinação dos animais. Desta forma, ele recebe de cada estabelecimento agropecuário pela venda do seu produto o valor de até R\$4.000,00 por semestre; caso ele não utilize todo esse valor, este não poderá ser recompensado no semestre

seguinte. O valor do litro do leite é prefixado de acordo metodologia definida pelo Grupo Gestor do PAA.

As famílias beneficiárias do programa são selecionadas pelas Unidades Executoras e devem preencher no mínimo os seguintes critérios: ter renda per capita de até meio salário mínimo e possuir, dentre os membros da família crianças de 2 a 7 anos de idades, nutrízes até seis meses após o parto, gestantes ou idosos a partir de 60 anos de idade. Para outros casos, é preciso de autorização do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAN). Essas famílias recebem 1 litro de leite por dia; e para as famílias que possuem mais de um membro assistido, poderão ser distribuídos até dois litros de leite. Nesse sistema, observa-se que o Estado aproveita-se da fragilidade do mercado das unidades de produção familiar e da situação de vulnerabilidade social para dar segmento à política de modernização agrícola.

A mudança na forma de produção do agricultor familiar não estaria apenas na introdução de técnicas ou na entrada dele no mercado capitalista, mas na regulação do produto agrícola e no controle do processo de desenvolvimento rural manipulados pelas instituições. Essas ações compõem o que Abramovay (2009) chamou de projeto de desenvolvimento ou pacto territorial e que a ideia principal é construir um sujeito coletivo, “novo agricultor” capaz de articular-se com as redes sociais. Dessa maneira, as redes conseguem ultrapassar os limites físicos impostos pelas condições naturais de cada área e ampliar a produção. Para Casarotto Filho e Pires (1998 apud ABRAMOVAY, 2009, p.94)

O pacto territorial deve mobilizar os atores em torno de uma ideia guia; contar com o apoio destes atores não apenas na execução mas na própria elaboração do projeto; definir um projeto orientado ao desenvolvimento das atividades de um território; realizar projeto a um tempo definido; criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade (sempre conflituosa) entre os protagonistas do pacto territorial.

As orientações do pacto territorial são fundamentais aos agricultores familiares que residem em assentamentos rurais; e os representantes dos conselhos municipais são os responsáveis pela execução de serviços de infraestrutura e aliá-los ao PRONAF. Para reforçar a sua afirmação, o autor cita o trabalho realizado por Castilhos (1999) nos assentamentos rurais. A pesquisa do autor citado demonstrou que a principal característica da problemática estaria relacionada à precária articulação dos assentados, com os outros atores sociais da própria região e a sua dependência dos poderes públicos municipais, estaduais e federais.

Segundo ressalta Sabourin (2009, p.220), o capital social poderá conter aspectos negativos ligados à situação de “maus públicos”. De acordo com o autor, “fenômenos de exclusão daqueles que não fazem parte das redes; cobranças excessivas de membros das redes, pressão social para a conformidade nos pequenos grupos ou solidariedade ligada a uma experiência de desconfiança perante o resto da sociedade”. Sabourin (2009) descreve que apenas os participantes das redes sociais, ou seja, os agricultores familiares beneficiados são aqueles envolvidos no processo de cooperação construídos pelas Instituições Financeiras, Entidades Governamentais e Entidades Não Governamentais.

Entretanto, as experiências bem sucedidas dos assentamentos rurais somente foram possíveis graças à espacialização das suas relações políticas, sociais e econômicas. Abramovay (2009) aponta que dentro dos estudos de Castilhos a temática sobre o crédito bancário torna-se relevante, tendo em vista que tal procedimento seria um sistema responsável por promover as relações de confiança entre o agricultor e o banco. Acrescenta-se a formação de novos negócios, já que o índice de inadimplência entre eles seria baixo. Porém, contrárias à verdadeira situação de pobreza vivenciada pelo assentado. Abramovay (2009, p.120) compreende que:

As famílias dos agricultores, sobretudo mais pobres, nunca são estritamente agrícolas. A renda familiar é composta pela contribuição variada de um conjunto de fontes que envolvem as transferências públicas e privadas, a produção agropecuária, mas também dos filhos fora do estabelecimento e muitas vezes fora da agricultura.

A ideia guia construída pelos atores sociais (Entidades Governamentais, Entidades Não Governamentais e Instituições Financeiras) é inserida no território através do pacto de desenvolvimento. Nesse pacto de desenvolvimento, os atores são responsáveis pela elaboração, e conseqüentemente, a execução de projetos e programas voltados à produção em larga escala. Outras atribuições, como financiar tecnologias de produção para aprimorar o aprendizado local e promover o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares. As propostas do pacto de desenvolvimento são essenciais para fortalecer os atores dominantes e gerenciar todo o processo de produção em larga escala do território. As ações coletivas dessas organizações constroem territórios durante o processo de coordenação. Entretanto, na maioria das situações que atuam, as organizações não conseguem obter sucesso, somente em alguns raros casos.

Segundo Abramovay (2009), apesar da existência de: Secretarias Municipais de Agricultura; conselhos municipais de desenvolvimento rural; movimentos sociais em defesa da constituição de assentamentos rurais e da conscientização política do agricultor familiar; da

pressão da sociedade em tornar as políticas agrícolas mais eficiência, bem como a fiscalização dos recursos dos fundos agrários, todos esses segmentos ainda estão distantes de conseguirem o verdadeiro desenvolvimento rural; pois, os sujeitos sociais não possuem condições financeiras para manterem as propostas elaboradas durante o projeto de pacto territorial e os seus anseios não são atendidos pelos atores sociais. Para Sabourin (2009, p.221), as relações de reciprocidade e solidariedade devem estar aliadas a:

- A obediência a normas internalizadas pelo grupo;
- As obrigações perante os outros, pela norma de reciprocidade bilateral;
- A solidariedade restringida: a norma de reciprocidade é então o produto emergente de um objetivo e de uma situação comum aos membros do grupo (compartilhamento).
- A reciprocidade indireta (ternária): o retorno ao doador não provem necessariamente de quem recebeu dele; a coletividade se torna garantia da devolução dos dons (poder de pressão social do grupo).

Assim como as relações de confiança estabelecidas entre o agricultor e o banco, a Comissão Municipal de Desenvolvimento Rural atua da mesma forma. Porém, a Comissão ou Colegiado que articula com os sujeitos sociais não tem cumprido o seu papel de incentivador dos projetos e de acelerar a sua execução prevista no pacto territorial. Dessa forma, os projetos estão direcionados para atenderem as necessidades de cada um dos atores sociais, diferente do plano elaborado em conjunto. No caso das situações em que o pacto territorial é posto em prática e os projetos são bem sucedidos, ainda representam uma minoria no Brasil.

Durante o processo de proximidades entre os agricultores e as redes sociais formadas pelos atores sociais (Instituições financeiras e entidades governamentais e não governamentais), articulam estratégias voltadas ao desenvolvimento rural para centralizar, hierarquizar e organizar as categorias dentro do sistema proposto pelos dominantes. Verifica-se que as funções dos principais atores dominantes são de: coordenação, elaboração e a execução das políticas públicas; enquanto que a função dos dominados (agricultores familiares) é obedecer. Todas as estratégias são elaboradas para expandir o capital social em locais onde ele não existe. Portanto,

O sucesso de empreendimentos econômicos em regiões pauperizadas depende de dois aspectos: por um lado, da mobilização das forças vivas do meio local, capazes de produzir e realizar coletivamente um projeto que inclua as preocupações ligadas à qualidade de vida e à inserção social; por outro lado, é fundamental encontrar os recursos técnicos e financeiros necessários a que os projetos sejam não só concebido, mas executados plenamente, o que supõe um conjunto de instrumentos que permitam: a) produzir ideias inovadoras, b) dispor dos recursos, dos contatos, para levar

esta ideia adiante por meio de assessoria técnica consistente e; ter acessos a financiamentos adequados. O reforço do empreendedorismo, portanto, supõe participação de financiamento público, a participação de várias organizações estatais, mas sobretudo, projetos que contratualizem as relações entre as iniciativas locais e aqueles que vão assisti-las e financiá-las. (ABRAMOVAY, 2009 p.109)

Embora esses processos tenham conseguido avançar em pequenos resultados significativos, as ações propostas por eles poderiam ter mais eficácia, devido ao pouco investimento dos atores sociais nas políticas públicas e da falta de recursos do agricultor familiar envolvido no processo. Essa situação seria motivada pelas formas autoritárias, clientelista e burocrática praticada por secretários municipais de agricultura e sua equipe de gestão, de planos, programas e projetos elaborados pelos governos estaduais e federais. Nesse sentido, Abramovay (2009) faz uma comparação entre as mudanças sociais propostas por esses atores sociais e o pneu de um carro em movimento, ou seja, não dar para criar capital social onde as transformações sociais não existem.

1.2.1. A política de combate à pobreza e os mercados institucionais de Segurança Alimentar Nutricional: o fenômeno de proximidade construído dentro do capital social.

É preciso analisar alguns dos obstáculos encontrados pelo capital social ao longo do desenvolvimento rural, principalmente nas regiões semiáridas nordestinas e sugerir ideias utilizadas pelo capital que viabilizem a entrada do agricultor familiar no capitalismo. Uma delas seria a inclusão da palavra capital social a organismos internacionais como FAO (Food and Agriculture Organization), Banco Mundial e UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). Todas são vinculadas ao desenvolvimento rural e interessadas em estabelecerem relações sociais junto com os atores sociais. Essas organizações internacionais financiam a Política de Desenvolvimento do Combate a Pobreza em países pobres e subdesenvolvidos. De acordo com Pereira (2010), as políticas de “Assalto a Pobreza” têm como prioridade articular projetos em parceria com os Estados e os investimentos na área seriam financiados pelo Banco Mundial, com o objetivo de expandir as atividades e os mercados institucionais, que seria um método utilizado pelo Banco Mundial para expandir suas atividades de agricultura familiar brasileira.

Grisa e Porto (2015) comentam que de acordo com a FAO (2013), o PAA brasileiro foi referência para a criação do PAA – África Subsariana (envolveu cinco países), programas similares na América Latina auxiliaram a construir mercados para o fortalecimento da

Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional. Dessa maneira, o PAA foi criado em 2003 como uma política pública de desenvolvimento rural no Brasil, com o objetivo de construir mercados institucionais, sendo assim “movimentos sociais rurais e organizações da sociedade civil passaram a executar o programa, a reivindicar insistentemente a ampliação do mesmo, a demandar aperfeiçoamentos dos seus mecanismos e a construção de novas iniciativas” (GRISA; PORTO, 2015, p.155). Para os autores, a participação do poder público garante o funcionamento do PAA, como também a manutenção da agricultura familiar e a Segurança Alimentar Nutricional, o que gerou emprego e renda e ativou as relações de finanças de proximidade.

Para exemplificar o fenômeno de proximidade construído dentro do sistema financeiro de capital social, voltado para a região semiárida nordestina do Brasil e a partir dele estimular à geração de renda a população que vive em situação de extrema pobreza, esbarra em três pedras ao longo do seu caminho:

[...] o primeiro é o que confunde microfinanças com microcréditos e subestima o papel da poupança local. O segundo é o que vê a pobreza rural na precariedade da agricultura a fonte praticamente da pobreza rural e preconiza o crescimento agrícola como motor quase único da emancipação no semiárido. O terceiro consiste na prática arraigada de pré-selecionar, a partir de critérios objetivos (nível de renda, educação, população vivendo da agricultura, tamanho dos estabelecimentos etc.), os municípios aonde vai se encontrar a ação pública garantindo-lhe de antemão a transferência de recursos, independente da qualidade dos projetos que sejam de elaborar. (ABRAMOVAY, 2009, p.103)

Segundo Abramovay (2009), na pesquisa realizada por Putnam sobre o capital social refere-se a uma sociedade localizada no norte da Itália, onde a histórica civilização passou por um processo de tomada de consciência de patriotismo, valorização de amor ao seu lugar. Essas são algumas características que fazem parte do desenvolvimento. O autor ressalta que na Itália, a agricultura familiar tem a sua base tradicional, mas possui na sua estrutura organizacional de caráter empresarial e, por isso, a inovação seria um componente adicional ao território e a empresa seria o meio para dar movimento. Depois de algum tempo, as transformações das interações e relações construíram territórios e dentro deles existem comunidades que possuem certos valores e são repletas de intencionalidades. Dessa forma, o mais importante desse ambiente social seria a cooperação tanto da empresa quanto do indivíduo. No Brasil, o agricultor familiar enfrenta sérios problemas de miséria extrema, de desestruturação na base salarial e o seu trabalho não gera lucro. Há outros problemas, como as políticas estatais não beneficiarem a agricultura familiar, e sim, a patronal. Todos esses

fatores afetam no desenvolvimento da agricultura familiar e que interferem no seu crescimento econômico. Isso não acontece em países desenvolvidos em que a agricultura familiar recebe investimentos do Estado e é a base da economia.

Conclui-se que é necessária uma análise reflexiva e equilibrada, sobretudo centrada em estudar as condições dos sujeitos envolvidos, o desempenho das organizações do meio rural e à localização de áreas com maior índice de eficiência do processo, como também compará-las com aquelas experiências não bem sucedidas, como foi o caso do Sertão Nordeste brasileiro, com

[...] a transferência de recursos para regiões pobres a ocasião de reforçar estruturas de dominação de clientelismo que estão na raiz da própria pobreza. O que caracterizou a política pública brasileira até hoje, neste sentido, foi a tentativa de utilizar o sistema bancário estatal para a transferência de créditos a populações desprovidas de garantias e contrapartidas o resultado tem sido duplamente frustrante: por um lado, apesar de um crescimento notável, os programas de créditos atingem apenas uma minoria entre agricultores familiares do país. Além disso, o acesso ao crédito raramente se acompanha da possibilidade de uso do conjunto de serviços que o sistema bancário tem a vocação de oferecer (ABRAMOVAY, 2009, p.105)

De fato, o capital social nos permite verificar que os indivíduos são dependentes. Suas ações e comportamentos envolvem todo o conjunto articulado pelas redes. Compreende-se que a estrutura social criada pelos atores sociais serve de recursos para que seja ativado o capital por eles utilizados, durante a sua atuação. Logo, esse capital social não representa uma entidade social, mas diferentes instituições com interesses de dominação são comuns. Por isso, elas tendem a agir facilitando as ações dos indivíduos no interior da estrutura montada.

Por conseguinte, os agricultores familiares ao serem inseridos no sistema de crédito bancário, estabelece uma confiança entre o gerente do banco e eles. Nessa relação são ativados automaticamente o capital social, no sentido de promover a geração de renda dele. Entretanto, ações dos atores sociais possuem um caráter oportunista, uma vez que as soluções de cooperação manipuladas pelas instituições aproveitam-se da ingenuidade dos agricultores familiares para obterem vantagens sobre eles. As entidades governamentais e não governamentais elaboram projetos de incentivos agrícolas para os agricultores familiares solicitarem empréstimos bancários vias instituições financeiras parceiras para modernizarem seus estabelecimentos agropecuários. Essas estruturas de reciprocidades presentes nas políticas públicas, que dessa forma

É mais fácil, talvez, entender a relação entre valores humanos e estruturas de reciprocidade generalizada ou centralizada por meio do exemplo das políticas públicas de transferências ou dos direitos sociais generalizados. Essas políticas são justificadas por valores humanos de justiça e equidade, mediante a intervenção do Estado. (SABOURIN, 2009, p.229)

Durante as reformulações das normas e regras das políticas públicas, o agricultor familiar é obrigado a passar por diversas transformações nas suas formas de relações de trabalho. Já os agricultores, que não têm condições financeiras de manterem o perfil exigido pelos atores sociais, serão excluídos ou abandonados pelo poder público. Subtende-se que a lógica das ações de cooperação já encontra um obstáculo na desistência do participante agricultor por ele ser enquadrado nos interesses dominantes dos atores. Nesse sentido, o capital social surge como um instrumento capaz de resolver os problemas das ações coletivas. Porém, as suas ações estratégicas servem para convencer o agricultor familiar sobre a necessidade de inserir novos instrumentos de trabalho e materiais para aprimorar a sua técnica.

De acordo com Abramovay (2009), em seus estudos Putnam analisou o sistema de cooperação, seria uma forma de controle social dos atores e seus métodos de atuação, o que desagradariam os agricultores familiares. Observa-se que esses tipos de organização em cooperativas de produção são supostamente contrários aos mercados contemporâneos, por funcionarem de modo mais adequado aos sujeitos carentes em recursos financeiros. Sendo assim, é mais fácil para as agroindústrias atuarem em áreas onde os produtores dependem dos comerciantes para comprarem seus produtos do que daqueles que estão unidos em forma de cooperativas. Pois, este possui o controle do preço de seus produtos. As cooperativas de produção agrícola vêm ocorrendo em diversas partes do território brasileiro, o que as tornaram uma alternativa de buscar a autonomia dos agricultores familiares. No que tange as cooperativas de produção agrícola, Rech (2000, p.50) comenta que:

Nestas cooperativas, os associados são os seus donos, por meio da propriedade individual do capital social. Eles também retêm a propriedade individual coletiva ou coletiva e a posse coletiva dos meios de produção (instalações, insumos etc.). Assumem os riscos da atividade desenvolvida e a participação no montante do capital social está muito relacionada com atividades provenientes, ou mesmo aportes, de mão de obra. É que são os próprios associados os que trabalham no âmbito da cooperativa, desenvolvendo atividades produtivas conjuntamente. Os produtos produzidos por esta cooperativa se destinam fundamentalmente ao mercado.

Nos últimos anos, a cooperativa de produção agrícola vem se tornando a base de organização social de muitos agricultores familiares que buscam uma sociedade mais justa e que lutam para se manterem produzindo. Logo, elas representam uma autonomia de uma entidade social ou de unidade econômica com a finalidade de que seria utilizada como meio de adquirir bens e serviços para aqueles associados, que necessitam e não têm condições financeiras de comprar materiais e instrumentos de trabalho. Nas pesquisas realizadas por Abramovay (2009), no oeste de Santa Catarina, ele destaca que os agricultores familiares de vinte municípios aderiram ao Fórum do Desenvolvimento Integrado, além deles, participam ainda ONG's da própria localidade. Outra região pesquisada pelo autor foi o sudoeste do Paraná e sua relação de cooperação, trabalho, ações em parceria com o Projeto Nova Itália. De fato, os experimentos ao redor do Brasil demonstram a expansão desse tipo de atividade e o quanto elas têm contribuído para o “sistema econômico local que não significa autarquia ou isolamento, mas, ao contrário abertura de novas oportunidades com base no aperfeiçoamento do tecido institucional de cada região”. (ABRAMOVAY, 2009, p.93). Diante do exposto, o autor argumenta que falta um estudo que avalie a atuação das organizações do desenvolvimento rural e que ao mesmo tempo limite seus alcances, são essas barreiras que dificultam os avanços sobre a temática.

O primeiro desafio apontado pelo autor é levar adiante um pacto em que consiste proporcionar mudanças no setor educacional no meio rural, pois, da forma de como é feito, o agricultor familiar é aconselhado a seguir o caminho da migração. As leituras sobre as inovações tecnológicas e formação de territórios deveriam ser trabalhadas em conjunto com o processo ensino-aprendizagem, envolvendo as práticas produtivas, a cultura, a técnica utilizada pelos nativos. Essas formas educacionais valorizariam os elementos específicos daquela localidade e os jovens poderiam enxergá-las de uma maneira diferente e não como uma comunidade ultrapassada. Por isso, não adianta investir em uma escola rural, onde os cursos técnicos profissionalizantes e superiores são mais importantes do que o conhecimento do seu próprio habitat.

Percebe-se que muitos desses filhos e netos de agricultores não se assemelham aos pais, não há identidade com a terra, no sentido do torná-la patrimônio familiar. Por essa razão, eles abandonam o campo para servir de mão de obra para as indústrias ou vão morar na cidade para cursar uma graduação e buscar melhores condições de vida fora da sua cidade de origem. Portanto, para Abramovay (2009), os projetos de desenvolvimento rural somente terão êxito em suas ações se conseguirem ultrapassar a barreira do setor profissional.

Na visão dos atores sociais, os agricultores familiares formam o grupo de ignorantes, ou seja, eles pertencem a uma categoria em que todos os direitos são negados, como educação, formação, informação e as condições financeiras, para investirem em seus estabelecimentos agropecuários e, por esse motivo, não possuem o potencial perfil de protagonista do pacto territorial. Diante dessa situação, os agricultores são amparados por mediadores representados por lideranças e de técnicos extensionistas, que a função seria contrapor a essa imagem criada pelos atores sociais. Portanto,

[...] o desenvolvimento territorial apoia-se, antes de tudo, na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de uma certa região. É esta rede que permite a existência de uma dinâmica de “concorrência-emulação-cooperação” entre as empresas de certa região. (ABRAMOVAY, 2009, p.96)

Na política de desenvolvimento rural, o que estaria em jogo não seria apenas arrecadar investimentos públicos para que as transformações de fato aconteçam, mas de planejar uma ação de coordenação de forma voluntária e que busquem criar uma relação de confiança entre os atores sociais, mediadores sociais e os sujeitos sociais, ou seja, formaria uma aliança ao capital social. A ideia é que essa articulação envolveria uma rede social local, com a participação da comunidade que elaboraria propostas que atendam as suas “necessidades” e o “progresso”. Nesse sentido, a unidade administrativa dos municípios é insuficiente para gerenciar a rede social e direcionar os projetos de desenvolvimento rural, e com isso, atender aos anseios de todos os sujeitos sociais.

Um dos entraves estaria relacionado ao fato de que na maioria das situações o poder político exercido pelo prefeito vincula-se às relações de clientelismo com outros setores e alguns habitantes que aceitam participarem do esquema. As formas tradicionais de clientelismo, ou seja, a troca de favores e a retribuição desses por meio do voto são os principais empecilhos para execução do projeto de desenvolvimento rural. Todavia, a manutenção dos prefeitos no cargo político depende desse tipo de relação, mas outras instituições (as forças auxiliares) que atuam em conjunto com ele, o que oferece dinamismo as redes, são externas ao território. (ABRAMOVAY, 2009)

Nesse contexto, atividades que propõem valorizar as tradições como, a produção de leite em determinada localidade, tem a principal base trabalhada pelas redes a região da bacia leiteira, e não apenas em um município específico. Verifica-se que a estrutura comercial já houve a montagem e parte financiada pelos atores sociais para a produção leiteira e que ultrapassam os limites municipais e os mercados circunvizinhos, nacionais e em alguns casos

internacionais; os programas sociais são grandes incentivadores para a produção, valorização e espacialização do leite em regiões semiáridas brasileiras. No semiárido baiano, por exemplo, os autores Ortega; Jesus; Silva Só (2005) ressaltam que os programas sociais PATERLTEITE (Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Agrária) e o PROLEITE (Programa de Modernização da Pecuária Leiteira) foram fundamentais para aumentarem a produção de leite dessa região. Nas palavras dos pesquisadores,

O PATERLTEITE é um programa complementar e paralelo ao PAA-Leite, executado pela EBDA, em parceria com a SECOM/BA capacitou técnicos para atender aos produtores familiares de leite envolvidos no PAA. Dentre os objetivos do programa além da elevação da produção e rentabilidade dos produtores, está a qualidade do leite produzido. Já o Proleite resultou de um protocolo cujo objetivo foi criar e compatibilizar formas de participação e colaboração de diversas entidades ligadas ao setor leiteiro no Estado da Bahia, além de buscar definir ações específicas para cada uma dessas entidades. O objetivo foi proporcionar tanto apoio técnico quanto financeiro aos diversos elementos da cadeia leiteira (pecuaristas, cooperativas e associações de produtores). O principal mecanismo, para tanto, é o financiamento para a aquisição de matrizes leiteiras, melhoria da genética do rebanho e realização de investimentos de infraestrutura. Assinaram o protocolo o BNB/Banco do Nordeste, o governo do Estado da Bahia, através da SEAGRI (Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária), a EMBRAPA. (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a FAEB (Federação da Agricultura da Bahia) e a ABAC (Associação Baiana dos Criadores). Além do financiamento de matrizes, o Proleite vem financiando a consolidação da infraestrutura produtiva, como material e equipamento para inseminação artificial, além de implementos agrícolas. (ORTEGA; JESUS; SILVA SÓ, 2005, p.12)

De fato, a participação das redes sociais dentro do território tem ganhado destaque principalmente na criação de programas sociais que busquem a ampliação de novos mercados consumidores. A sua atuação é decorrente de ações territorializadoras e desterritorializadoras praticadas pelos atores sociais, a partir do capital social. Uma das mudanças provocadas por elas diz respeito às formas de trabalho voltadas ao meio rural. A proposta da rede seria inovar as atividades tradicionais e potencializar a geração de renda em um único produto, resgatando a imagem de modelos de fabricação artesanal do produto, mas com uma marca de qualidade que atenda ao mercado consumidor e gere renda aos produtores que investem nesse tipo de trabalho considerado coletivo. Nesse sentido, a função dos mediadores, seja através de movimentos sociais, associações ou técnicos extensionista seriam essenciais para a prática de tais transformações no meio rural e induzir os agricultores familiares a aceitarem os projetos impostos pelos atores sociais. Sendo assim, o sujeito social é visto apenas como o receptor de todo o processo de territorialização e desterritorialização.

De acordo com Abramovay (2009), o papel das instituições superiores de ensino, localizadas em zonas rurais, exerce uma função complementar nas redes sociais de desenvolvimento territorial, a saber: elaborar estudos e pesquisas sobre as dinâmicas locais organizacionais; assessorar as entidades governamentais ou não governamentais e instituições de pesquisas responsáveis por projetos de extensão rural; colaborar com instituições financeiras de linhas de créditos bancários, recebendo o apoio financeiro, logístico e instrumento de trabalho necessário para realizar pesquisa, no que envolve o desenvolvimento rural.

Sendo assim, o sujeito social dessa dissertação é o agricultor familiar que aparece inserido nas políticas sociais a partir do momento em que ele torna-se assentado da reforma agrária. O assentado, por sua vez, estaria relacionado ao seu enquadramento perante a estrutura social criada pelos agentes econômicos. Desse modo, a política estrutural elaborada pelo Estado seria diferente daquilo que ele (o assentado) almejou. Pode-se dizer que a política social de Reforma Agrária constrói um ambiente social voltado ao mundo moderno. Temos a modernização agrícola que precisa estar presente, mesmo que o assentado não possua condições financeiras para manter essa estrutura. Porém, é importante salientar que a categoria de análise de desenvolvimento rural alcança outros patamares, que não é apenas a efetivação das políticas públicas voltada para o mundo rural, pois, envolve um conjunto de mudanças políticas, sociais e econômicas de determinado território.

É dessa maneira que o assentado da Barra da Onça inicia sua participação da rede social, quando as políticas públicas voltadas à produção de leite, nesse caso, seria a ideia guia, começam a receber infraestrutura para a construção de laticínios organizados por associações, financiamentos de créditos bancários via associação, assistência técnica de empresas de pesquisas agropecuárias estaduais e federais como a EMDAGRO e EMBRAPA, ONG's e de técnicos extensionistas que auxiliam no melhoramento genético com inseminação artificial e na alimentação do rebanho, aumentando a produtividade do trabalho do agricultor familiar.

Nesse sentido, o grande desafio seria transformar os sujeitos sociais em atores principais responsáveis pela construção do território e não direcionar o agricultor familiar a projetos e programas sociais ligados ao sistema de finanças de proximidade, sem analisar as suas reais condições financeiras. Dessa forma, o capital social encontra-se presente nas políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional envolvida nos programas sociais de combate a pobreza como Pró-Leite e o PAA modalidade Leite.

CAPÍTULO 2 - CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO

2. Introdução

Os investimentos na produção do leite e valorização do agricultor familiar no território do Alto Sertão foram iniciados a partir da década de 1970 e 1980, através principalmente do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) e do Projeto Especial de Apoio ao Desenvolvimento da região Semiárida do Nordeste (Projeto SERTANEJO), ambos elaborados pelo governo federal. Percebe-se que entre os anos 1995 e 2003, os programas planejados pelo governo estadual, em parceria com os governos municipais e financiados pelo Banco Mundial foram fundamentais para que o Programa Pró-Sertão (1995-2003), PRONESE e o Programa Pró-Leite e PAA-Leite promovessem infraestrutura e bem estar para as famílias do semiárido sergipano. Essas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e de combate à pobreza tinham como alvo amenizar a situação dos sertanejos e promover condições para o desenvolvimento eficaz da agropecuária na área.

Além das políticas assistenciais, foram criados programas de créditos rurais nacionais, propostos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Dentre eles, destaca-se o PRONAF. Todavia, o objetivo da implantação de políticas públicas sociais e de financiamento de créditos para os agricultores familiares integram o projeto de desenvolvimento territorial rural aliado a uma ideia guia, que nesse caso, é a pecuária leiteira. Essa estratégia utilizada pelo capital social foi promovida pela articulação dos seus atores ou agentes sociais para territorializar a área, e de construir outro território repleto de equipamentos modernos, agricultores familiares qualificados e direcionados a produção de leite para o mercado do agronegócio.

Os segmentos de produção, industrialização e comercialização do leite estão presentes em todos os lugares, o que geram excedentes e renda para a população local. Embora, o último PIB (Produto Interno Bruto) do ano de 2010 não demonstre a sua lucratividade, a pecuária leiteira ainda é considerada a mais importante da região. Nos últimos anos, Poço Redondo é a principal base do agronegócio do leite, com destaque para o povoado de Santa Rosa do Ermírio.

Considera-se que o fortalecimento da pecuária leiteira no município de Poço Redondo é decorrente de ações continuadas, adotadas, implantadas e assistidas pela EMDAGRO,

através do programa de modernização agrícola e de melhoramento genético, inclusive com a introdução de inseminação artificial, incentivo ao cultivo de milho para forragem, junto com os agricultores familiares. Aos poucos, a tecnologia foi introduzida nos estabelecimentos agropecuários familiares, com oportunidades, ampliações de créditos bancários, projetos e programas sociais, visando o desenvolvimento rural e a difusão de novos instrumentos de trabalho e de materiais modernos necessários para o agronegócio do leite.

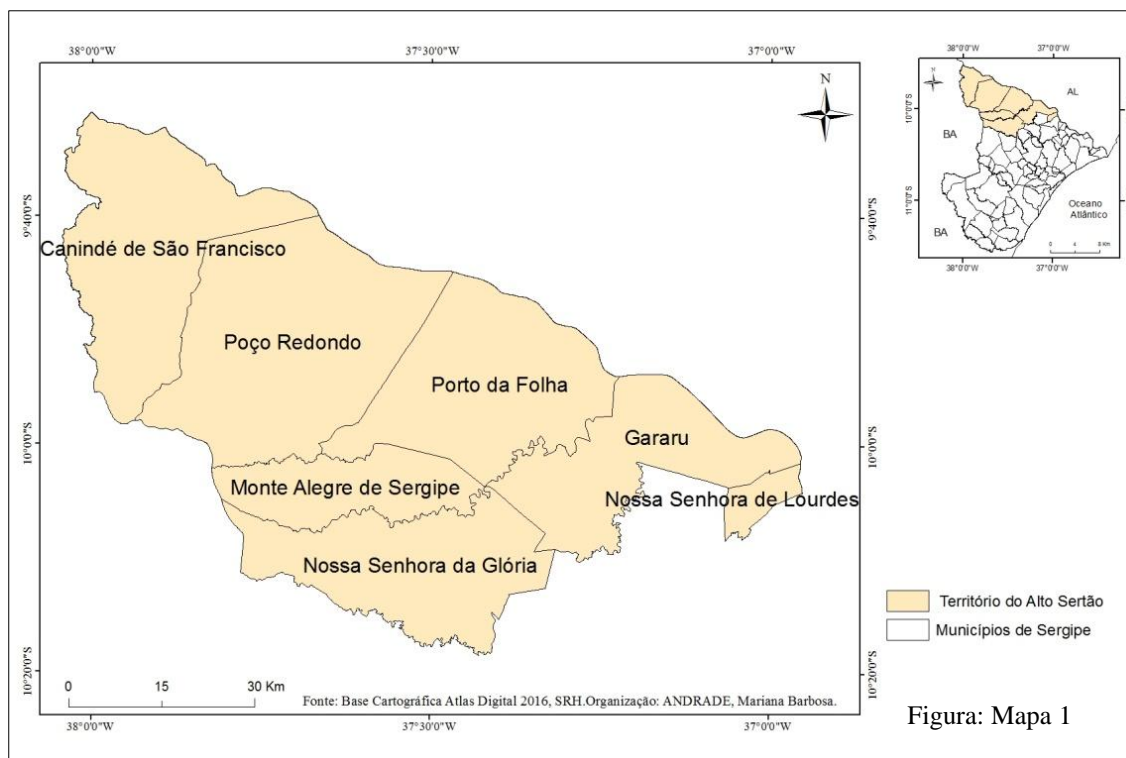
A tecnologia de melhoramento genético apresentado e aplicada por técnicos da EMDAGRO foi decisiva para a pecuária leiteira. Essa técnica possibilitou ao agricultor familiar reduzir o número de efetivos bovinos, o que acarretou no aumento do volume de leite produzido. Em relação à inseminação artificial, pode-se dizer que é um dos meios mais baratos, rápidos e eficientes. Porém, os custos operacionais são altos para que o agricultor familiar desenvolva sozinho. Na época dos projetos e programas social Pró-Leite e PAA-Leite, o governo de Sergipe, em parceria com a prefeitura, comprava o sêmen aplicado nos rebanhos bovinos dos agricultores familiares, um auxílio para abastecer o laticínio. Tais mercados institucionais do Pró-Leite e PAA-Leite foram de extrema importância para ampliar a instalação da miniusina e, dessa forma, instalar no Assentamento Barra da Onça, o Laticínio União.

Neste sentido, a proposta deste capítulo é analisar, de modo detalhado, a formação do território, da situação socioeconômica e as suas dificuldades, no que se refere a estrutura fundiária e o uso do solo e as relações de proximidades pelo capital social, através da formação dos mercados institucionais do território do Alto Sertão de Sergipe.

2.1.Aspectos Gerais do Alto Sertão Sergipano

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), o território do Alto Sertão localiza-se no noroeste do estado de Sergipe, com a ocupação de uma área de 4.875 km², o que equivale a 22,42% da área total do Estado. Essa região de clima semiárido é considerada a mais seca em Sergipe, e corresponde aos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória e Nossa Senhora de Lourdes (Mapa 1).

Localização do Território do Alto Sertão de Sergipe 2017



Segundo descreve o IBGE, esse território do Alto Sertão Sergipano insere-se na bacia hidrográfica do rio São Francisco e é banhado por sete dos seus afluentes, inclusive o Complexo Hidrelétrico de Xingó. A área do solo, dessa região, é composta por “Neossolos Litólicos, textura arenoso-média, relevo suave ondulado a ondulado, Planossolos, variando de texturas arenosas a argilosas até pela média, Luvisolo Crômico, textura médio-argilosa e algumas áreas de Argissolo Vermelho, Amarelo, textura média/argilosa”. (IBGE, 2011, p.156). As características do solo e o relevo desse território suave ondulado a ondulado são específicos para a formação de pediplano sertanejo. Nesse contexto, encontram-se como forma geomorfológica resultante do maciço residual os pediplanos sertanejos e as Serra da Guia de 600m e a Serra Negra, que possui 750m localizada na divisa entre o município de Poço Redondo e o de Pedro Alexandre no estado da Bahia.

Para Andrade (2005, p.52), “em Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, o pediplano é erodido em função do nível do São Francisco e apresenta em toda a sua extensão certa uniformidade”. No estado de Sergipe, o pediplano sertanejo possui entre 100 e 400 m de altitude. No que se refere ao seu relevo, é considerado plano e ondulado, com declives suaves orientados para os vales dos rios São Francisco, Sergipe, Vasa Barris, Piauí e Real. A existência de pediplanos é decorrente de solos rasos, devido aos afloramentos rochosos,

pedregulhos e cascalhos trazidos pela erosão e de solo de baixa ou média fertilidade. De acordo com o pesquisador Ab'Saber, essa parte do Nordeste seco do Brasil, onde predomina temperatura média anual muito elevada e chuvas irregulares, acarretam a alteração no regime hídrico. Essas áreas apresentam baixo índice de umidade com os solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto geoquímico (solos parcialmente salinos, solos carbonáticos). Esses solos carbonáticos apresentam composição carbonato de cálcio, que não afetam o desenvolvimento das plantas.

Quanto à hidrografia, o território do Alto Sertão Sergipano é drenado pela bacia do Rio São Francisco que compreende 4.952,9 km² e abrange 20,3% do território sergipano. E conforme relatam França e Cruz (2007), esse rio principal, ao passar por esse território, formam cinco sub - bacias compostas pelos seus afluentes: Rio Curituba; Rio das Onças; Rio Jacaré; Rio Campos Novos; e Rio Capivara que abastecem, total ou parcial, os municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu, Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora da Glória.

O bioma característico da área é a caatinga. Este possui uma vegetação xerófila adaptada ao clima semiárido, na qual predomina arbustos caducifólios e espinhosos. Há ocorrências de cactácea, como xique-xique e o mandacaru, que é predominante no Sertão Nordestino. Dentro do estado de Sergipe, há registros de dois tipos de caatinga, a saber: a hiperxerófila e a hipoxerófila, sendo que esta é característica comum no território do Alto Sertão. A respeito do bioma caatinga Sertão de Sergipe Santos e Andrade (1992, p.101) ressaltam que,

A caatinga hipoxerófila é a que tem sete meses seco apresentam-se mais úmida, aparecendo os três estratos: herbáceo, arbustivo e arbóreo. O herbáceo contém plantas de até um metro de altura. Existem, contudo, manchas de solos recobertos por macambiras, gravatás e caroás que a torna impenetráveis para o homem e para o animal. Apresenta-se descontínua, uma vez que não recobre totalmente o solo. Abrange os municípios de Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha, Poço Redondo, Canindé do São Francisco, Monte Alegre de Sergipe e parte de Graccho Cardoso.

Esse tipo de vegetação é predominante em clima semiárido, com temperaturas superiores a 18°C e a precipitação pluviométrica varia entre 368 mm e 630 mm com chuvas irregulares concentradas. Para Menezes (2015), essa área do Sertão Sergipano é regulada pela Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) e, por isso, nelas ocorrem temperaturas elevadas durante o ano. Nesse sentido, no clima semiárido, as chuvas irregulares são distribuídas nos meses de abril a julho e a não ocorrência de chuvas caracterizam-se como fenômenos de seca.

Diante desse contexto, no território do Alto Sertão Sergipano, França e Cruz (2007, p.51) identificam que: “as chuvas iniciam em abril com períodos secundários em julho e os períodos de estiagem podem se estender por dois ou três anos, podendo haver seca permanente, seca sazonal, seca contingente e seca invisível”. Essas diferentes formas de secas provocam sérios riscos para os cultivos anuais e perenes, além de acentuar a pobreza rural e intensificar a migração rural. Nesse sentido, o determinismo ambiental predominante no território do Alto Sertão, faz com que o sertanejo adapte-se a situação com os elementos naturais. Nesse caso, é a natureza que determina as ações e não o contrário.

Em áreas de clima semiárido, em função do curto período de chuvas, é comum a prática de agricultura de ciclos, a exemplo do milho. Esse cultivo é parte integrante da agricultura tradicional voltada para autoconsumo e alimentação do rebanho bovino. No território Alto Sertão de Sergipe, desde a sua ocupação e formação, a pecuária foi a pioneira e ainda é a principal atividade econômica do território, considerada um meio de sobrevivência dos agricultores familiares.

2.1.1. Ocupação e formação do território do Alto Sertão Sergipano

Desde o processo de colonização de Sergipe, a agricultura e a pecuária foram de grande importância para a economia do estado, responsáveis pela ocupação das terras do território. Tais atividades abrangeram todo o estado, contribuindo para uma divisão econômica e territorial dos municípios. Devido à proximidade entre os estados da Bahia e Sergipe, a economia açucareira espalhou-se pelo litoral na direção Sul e Norte do estado sergipano; enquanto que os rebanhos prosperavam e, logo, povoavam nas terras do Agreste e Sertão.

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios do IBGE (1959), a pecuária foi à primeira atividade econômica praticada no Sertão e era basicamente formada por rebanhos bovinos, muares, equinos e o gado miúdo (expressão referente à criação de suínos, caprinos e ovinos). Para reforçar essa afirmação, Menezes (2009) descreve que esses rebanhos eram criados soltos e sem cuidados especiais e, por esse motivo, denominados de crioulos ou pé duros, devido a sua rusticidade e ausência de raça. Apesar da sua aparência rústica, os rebanhos bovinos crioulos possuíam preços acessíveis para as condições dos agricultores familiares e de se adaptarem ao clima semiárido.

O Sertão possuía condições favoráveis para o desenvolvimento da pecuária, foi menos povoado do estado, com terras em boas condições para a pastagem, já que a atividade

pecuária necessitava de pouca mão de obra, o que motivou os pecuaristas a continuarem com os rebanhos. França e Cruz (2007) esclarece que dentro da relação de trabalho estabelecida entre o pecuarista e o vaqueiro (empregado) predominava o Sistema de Quarteação. Isso significava que o vaqueiro tinha o direito à posse de um quarto do rebanho que se reproduzia dentro da propriedade. Por outro lado, Diniz (1996) destaca que as sesmarias ou latifúndios não cultivados ou abandonados pelos donatários ou proprietários eram ocupados pelos posseiros. Este é considerado pelo autor como o primeiro agricultor/pastor do território. É nesse contexto que Andrade (2005, p.184) ressalta como essas duas personagens desbravaram o Sertão:

Os vaqueiros e os posseiros foram os homens fortes da conquista do nosso sertão. Eles enfrentaram o calor e a sede das caatingas adustas, as flechas traiçoeiras dos indígenas, que atacados pelos brancos, não tinham para onde recuar, passando a defender palmo a palmo aquela terra seca onde caçavam aquelas ribeiras onde pescavam para a sua alimentação.

À medida que a pecuária avançava no Sertão, o processo de expulsão e dizimação dos povos indígenas crescia. A presença dos vaqueiros e posseiros tornou-se decisiva para a defesa do território e a permanência da pecuária ativa na região sertaneja. Caso semelhante foi com o cultivo da atividade algodoeira no semiárido, a partir do final do século XVIII. De acordo com Freire (2009), inicialmente o cultivo do algodão estava localizado nas matas de Itabaiana e depois espalhou-se para outras áreas do Agreste e Sertão. Nos anos seguintes, o incentivo de empresários no ramo de tecidos aparece em outras localidades, a fim de que o preço do produto não fosse monopolizado, o que tornava a atividade mais lucrativa e competitiva para os latifundiários, donos de fábricas de tecidos, sobretudo durante a guerra de secessão.

Em 1860, começa a espacialização da atividade algodoeira no Sertão Sergipano. Esta foi responsável para povoar terras que precisavam ser ocupadas. Os principais fatores para o aumento da produção de algodão em Sergipe estão relacionados ao advento da Revolução Industrial e da Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1862-1866). Alguns dos fatos históricos relacionados à época em que o estado esteve a serviço da política do país, com o objetivo de abastecer as indústrias têxteis britânicas e aos mercados internacionais. A ascensão do produto ainda tornava o cultivo do algodão uma atividade precária, tendo em vista que o trabalho era realizado por pequenos lavradores familiares, meeiros ou arrendatários e os principais instrumentos de trabalho eram: pás, machados e enxadas. (FRANÇA; CRUZ, 2007)

Diante de todas as dificuldades, a produção de algodão é voltada para o mercado externo; enquanto que pecuária, milho, feijão e mandioca abasteciam autoconsumo das famílias dos agricultores familiares, ou seja, não representavam importância econômica para o estado. A produção familiar era concentrada no Agreste e Sertão. Já uma pequena proporção no litoral Sul começa a modificar o tipo da sua produção para atender os mercados internacionais e gerar lucro. Segundo ressalta Diniz (1996, p.52),

No início, a pequena produção familiar de Sergipe produzia milho, feijão, arroz e, sobretudo, mandioca. Na segunda metade do século XVIII, com a Guerra de Secessão nos Estados Unidos passou-se a plantar intensamente o algodão nas pequenas e grandes propriedades.

No período da Guerra de Secessão, houve uma valorização do algodão. Isso ocasionou a substituição ou associação gradativa de zonas tradicionais de pecuária, cana de açúcar e de autoconsumo pelo cultivo do algodoeiro. Esse avanço do algodão pela região do semiárido, Santos e Andrade (1992) relatam que eram comuns nessa época engenhos e máquinas de desencaroçar algodão; no sertão sergipano, tal expansão do algodão, atingiu áreas em direção ao noroeste e as mais próximas às fábricas recebiam trabalhadores de outros municípios e estados, o que surgia a construção de vilas ao redor dessas fábricas.

Embora a cana de açúcar e o algodão fossem atividades de grande destaque para a economia do estado de Sergipe, até o século XIX, a pecuária constituía uma estratégia de sobrevivência adotada pelas famílias para enfrentarem as frequentes estiagens e perdas da produção características do clima semiárido.

Em 1950, o cultivo de algodão no semiárido sergipano iniciou a sua primeira crise, em virtude de uma “praga do bicudo do algodoeiro”. Devido à concorrência desleal com os produtores do Sul e Sudeste do país, que tinham modernizado as suas indústrias e aumentado a sua produção de algodão e tecidos. Esses são alguns dos fatores que fizeram com que muitos donos de fábricas e pequenos agricultores desenvolvessem maciçamente a cotonicultura na área substituindo por outras atividades. Desse modo, o algodão não era mais lucrativo para o mercado e deveria ser extinto em todas as áreas do estado. De acordo com Freire (2009, p.45), havia outras atividades, como a cana de açúcar e do algodão, a qual se desenvolvia pelo território de Sergipe “como a do café nas Matas de Simão Dias; do coco e do sal no litoral; do fumo no interior; do cacau nas várzeas do Rio Japarutuba; do trigo e do arroz no Rio São Francisco”. No território do Alto Sertão Sergipano, a pecuária leiteira e os cultivos tradicionais (mandioca, milho e feijão) permaneciam para a sobrevivência do agricultor

familiar. Atualmente, o território do Alto Sertão possui o maior número de assentamentos rurais em Sergipe; enquanto que a agricultura de cultivos temporários, bem como a permanente, é desenvolvida por meio da agricultura de irrigação ou agricultura de sequeiros (técnica agrícola sem irrigação), a depender da quantidade de equipamentos disponibilizados e das reais condições da área escolhida.

Segundo descreve Abramovay (1998), a grande transformação da agricultura tradicional dos países subdesenvolvidos aconteceu em 1960, quando Theodore Schultz lança o livro “Transformando a Agricultura Tradicional” com o seguinte slogan: “Pobres mais eficientes”. Essa obra tornou-se uma fonte de inspiração para técnicos e intelectuais responsáveis por elaborarem planos estruturais baseados na implantação de centros de pesquisas semelhantes aos modelos da Revolução Verde. A teoria Shultziana utilizava-se de um agricultor integrado para explicar que o sistema produtivo funcionava mediante a “escolha” de um produto de menor preço e maior rentabilidade. No entanto, o trabalho realizado pelo agricultor continuaria insuficiente para alcançar o nível de produtividade desejável, ou seja, ele precisaria consumir mais e mais instrumentos modernos, a fim de conseguir a tão sonhada eficiência produtiva. No Brasil, foi criada a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural de Sergipe – ANCARSE - para o fomento, liberação de crédito rural, pesquisa e ação fundiária, esse programa vinculava-se ao órgão estadual ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – sede localizada em Recife (PE) e que coordenava ações no estado de Sergipe. Essas associações foram baseadas no modelo norte americano e eram apoiadas por empresários de insumos e agrotóxicos que negociavam seus produtos no Brasil.

Em 1964, a ANCARSE desvinculou-se da ANCAR, adquiriu personalidade jurídica, estatuto próprio e passou a integrar o Sistema Brasileiro de Extensão Rural que era coordenado anteriormente pela ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural; e no ano de 1975, depois de associação, a instituição transformou-se em uma empresa estatal. Após esse fato, foram instalados vários centros de pesquisas estaduais ou EMATER - Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural – com o objetivo de auxiliar o agricultor familiar a inovar a sua técnica de produção, além de melhorar e diversificar as produções agrícolas tradicionais daquela área. Todas as ações da EMATER são executadas por meio de projetos de desenvolvimento rural elaboradas pelos técnicos agrícolas, em parceria com o governo estadual. Em Sergipe, a EMATER – era uma empresa pública do estado ligada ao Ministério da Agricultura através da EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. A EMBRATER coordenava todo o sistema nacional e custeava

70% das despesas; em 1991, a EMATER transformou-se em EMDAGRO, o que ocasionou a sua dependência financeiramente do Estado, que arcava com quase 100% dos custos.¹

Seguindo esse ritmo de desenvolvimento rural, o governo estadual criou a EMDAGRO, com o objetivo de desenvolver atividades de extensão rural em áreas agrícolas. Porém, ao longo do tempo, foram incorporadas outras funções, a saber: o fomento, crédito rural, pesquisa e ações fundiárias. Todas são dependentes financeiramente dos governos: federal e estadual. Pode-se afirmar que a entidade governamental é responsável pela consolidação da bacia leiteira do território do Alto Sertão Sergipano. A EMDAGRO foi a pioneira no estado a utilizar técnicas de inseminação artificial, criação de matrizes, reprodutores, reprodução de palmas, rolão e ensilagem de milho, alimentação nutritiva do rebanho bovino e prestar assistência técnica aos agricultores familiares, o que visava aumentar a produtividade do leite.

Entre os anos de 1970 e 1980, o território do Alto Sertão foi marcado pelas modificações do sistema agrícola e pecuário, com a implantação de inovações tecnológicas, colocações de cercas de divisas de pastos das grandes propriedades para dificultarem a invasão de posseiros. Em meio a essas demarcações de terra, muitas delas cercadas por fazendeiros, houve um aumento na concentração de terras, o que ocasionou a perda de propriedades para as pastagens de pequenos agricultores. Já no ano de 1980, o território do Alto Sertão foi alvo de pequenos grupos de agricultores familiares insatisfeitos com política fundiária brasileira voltada para beneficiar latifundiários, passaram-se a aliar-se a movimentos sociais. A exemplo temos, a Diocese de Propriá, com o discurso de desocupar latifúndios improdutivos e destiná-los a reforma agrária. Nas palavras de Menezes (2009, p.65),

Na década de 1980, expande-se a ação dos movimentos sociais no Sertão, iniciado com a CPT (Comissão Pastoral da Terra – Diocese Propriá). Posteriormente com as mudanças na direção da Diocese, o movimento passou a ser organizado prioritariamente pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Com a organização dos trabalhadores liderados pelo referido movimento, incrementou-se a luta pela reforma agrária. A ocupação da terra pelos trabalhadores e sua transformação, a posterior, em projetos de assentamentos rurais, fomentam o crescimento populacional do Alto Sertão Sergipano.

A participação dos mediadores sociais como o MST e a CPT, o território do Alto Sertão destacou-se para fortalecer os movimentos sociais, desapropriar latifúndios

¹ TORRES, Sheila. Deagro completa 43 anos. *Jornal Cinform*, Aracaju, 24 de abril a 01 de mai. 2005. Cidade, p. 02

improdutivos e ampliar os assentamentos rurais. Diante de políticas agrícolas nacionais voltadas a beneficiar o latifundiário e de outras as dificuldades, a pecuária leiteira ainda é utilizada como estratégia de sobrevivência do agricultor familiar.

2.1.1.1.O uso da terra e sua relação com a pecuária leiteira

Em 1980, era comum no estado um tipo de ocupação da terra por arrendamento ou a forma indireta de obter a terra. Esse sistema poderia ser praticado em grandes, médios e pequenos estabelecimentos agropecuários. Para o agricultor familiar, a renda era obtida através do cultivo de alimentos tradicionais, dentre esses, mandioca, feijão e milho. Após a colheita, o agricultor recompensava ao proprietário com um pagamento pela utilização da terra. Nessa época, esse modelo de ocupação, passava por um processo de mudanças devido às zonas tradicionais de cultivos serem substituídas por pastagens, principalmente na área do Sertão. Segundo relata Diniz (1996, p.82),

Em Canindé de São Francisco pecuaristas trabalhavam diretamente o gado e cedem anualmente terra para formação de pasto nesse sistema, aproveitando o período da chuva. Há em tudo isso, um grande problema, que é a escassez de terra produzida pela substituição do “sempre verde” por gramíneas mais resistentes à seca. No extremo Sertão, ainda há terras disponíveis, mas, pouco a pouco, os pastos permanentes tende a ocupar todo o espaço utilizável.

Nesse período, a expansão da atividade pecuária dominava a economia do território do Alto Sertão, o que ocasionou uma redução na ocupação da terra com os minifúndios anexados aos latifúndios para servirem de pastos de rebanhos bovinos. Por esse motivo, houve conflitos de terras entre agricultores familiares (sem terra) e latifundiários. Fatores climáticos, perdas de produções e dívidas bancárias, são algumas causas do endividamento de agricultores familiares, já que os mesmos não obtinham condições financeiras de manterem as suas produções agrícolas e criações de animais; por isso, vendiam suas propriedades de pequena extensão territoriais voltadas para o autoconsumo para os latifundiários. No território do Alto Sertão, essas políticas direcionadas a redistribuição de terra e de crédito rural ampliaram os latifúndios improdutivos e a direcioná-los para a pastagem do gado, o que incentivou o agricultor familiar a adquirir empréstimos para a compra de equipamentos e animais.

No ano de 1983, o crédito rural disponibilizado aos agricultores familiares, juntamente com os programas governamentais de financiamento e apoio técnico específico a áreas de

miserabilidade a exemplos de: Projeto Sertanejo e o Projeto Chapéu de Couro, esses proporcionaram ao Alto Sertão ações de infraestrutura que inovaram o sistema de agropecuário do território. Dessa forma, pequenos agricultores solicitavam empréstimos bancários, para modernizarem seus estabelecimentos, com isso, adquiriam mais dívidas, o que lhes faziam vender suas terras para os latifundiários.

Nessa época, foram introduzidos pela EMBRAPA e EMATER o capim Sempre Verde (*Panicum Maximum*) e Pangola (*Digitaria de Cumbens*), originados de regiões subúmidas do Sul do Brasil, e dos plantios de palma forrageiras para alimentar o rebanho bovino. Outro fator importante para o desenvolvimento da pecuária leiteira no Alto Sertão Sergipano foi à proximidade desse território com o estado de Alagoas. Devido a grande produção leiteira no município de Batalha (AL), aos poucos as grandes propriedades do território do Alto Sertão, que investiam em cultivos de forrageiras, introduziram a técnica de melhoramento genético, através do programa de inseminação artificial iniciado pela EMATER em seu rebanho bovino.

Em 1985, com a quase extinção do cultivo do algodão em todo o território do Alto Sertão, a pecuária leiteira dominou a economia dos municípios e o único capim sobrevivente, aos longos períodos de estiagem, foi do tipo Buffel (*Cenchrus Ciliaris*). Esse garantiu a permanência do agricultor familiar na terra até os dias atuais, o que proporcionava uma alimentação nutritiva, balanceada e de baixo custo financeiro aos agricultores familiares. Tais medidas ativaram o processo de produção do leite, bem como o crescimento do número de rebanho bovino. Sendo assim, o leite foi o produto para entrada do agricultor familiar no mercado; as fabriquetas de queijo expandiram a sua produção e passou a escoar a maior parte do volume de leite comercializado por eles. A proposta dos técnicos agrícolas da EMATER para os agricultores familiares seria incentivá-los o cultivo de capim adaptado ao clima semiárido e de forrageiras, e ensinavam como preparar a alimentação do gado bovino e torná-lo nutritivo.

No ano de 1991, o programa da EMDAGRO, antiga EMATER, de melhoramento genético com a introdução de inseminação artificial nos rebanhos bovinos, bem como a entrada da raça do gado holandesa e de matrizes de alta mestiçagem e de reprodutores puros, compradas pela empresa estadual, aliada a tecnologia de produção de ensilagem, começava a ser aplicadas em estabelecimentos agropecuários familiares. As tecnologias aplicadas nos estabelecimentos agropecuários familiares e assistência técnica recebida por técnicos agrícolas da EMDAGRO, abertura de linhas de créditos e os investimentos de instituições governamentais, aumentaram a produção de leite do agricultor familiar, essa por sua vez, estava a caminho de abastecer os mercados institucionais. Na gestão do governador João

Alves Filhos (2003-2007), a EMDAGRO passou quatro anos sendo conhecida por DEAGRO (Departamento de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe); a mudança de status de empresa para departamento ocasionou a desistência da Secretaria de Estado da agricultura em não dar suporte necessário e essa atitude enfraqueceu o órgão estatal. Após esse período, a empresa retornou com o nome de EMDAGRO.

Visando estimular a produção de leite dos agricultores familiares, foi criado em 2001 pelo governo estadual, o programa Pró-Leite e, mais tarde, substituído pelo programa federal PAA-Leite. A operacionalização do programa social de Segurança Alimentar e Nutricional intensificou o uso de financiamentos bancários, que ativaram o progresso e o desenvolvimento rural e, com isso, modificaram as relações de trabalho entre o agricultor e a terra.

A pecuária foi à primeira atividade econômica do Sertão. O agricultor familiar é resistente a permanecer na terra, mesmo não possuindo condições financeiras para adquirir instrumentos e materiais de trabalho, com o objetivo de aumentar a sua produção e gerar lucro. A sua atividade aborda sentimentos de amor ao patrimônio e ao rebanho bovino. Partindo desse princípio, que as redes sociais formadas por Instituições Financeiras, Entidades Governamentais e Entidades Não Governamentais, elaboraram políticas de desenvolvimento rural aliadas ao capital social e a estratégia de combate à pobreza para estimular a produção de leite do território.

Segundo os dados coletados pelo último censo agropecuário do IBGE no ano de 2006, a distribuição dos estabelecimentos agropecuários do território do Alto Sertão e sua área territorial correspondia o número de 13.824 estabelecimentos agropecuários separados por categorias de produtores, dentre esses, proprietário, Arrendatário, Parceiro e Ocupante, o que atingiam uma área de 333.332 hectares. O maior número de estabelecimentos agropecuários era ocupado por 6.774 proprietários dentro de uma área de 98.890 hectares. (Tabela 1)

**TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS
AGROPECUÁRIOS DO TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO
2006**

Estratos de área (ha)	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	Nº Estab.	Área (ha)	Nº Estab.	Área (ha)	Nº Estab.	Área (ha)	Nº Estab.	Área (ha)	Nº Estab.	Área (ha)
Menos de 1 ha	1063	614	0	0	32	18	306	136	1333	768
1 a menos de 2 ha	806	1184	4	5	23	30	86	118	919	1337
2 a menos de 5 ha	1758	6146	3	0	7	9	454	1796	2222	7951
5 a menos de 10 ha	1876	13964	2	0	3	0	335	2203	2216	16167
10 a menos de 20 ha	2394	35374	7	56	6	47	309	4840	2716	40317
20 a menos de 50 ha	2684	78236	6	126	1	0	508	11806	3199	90168
50 a menos de 100 ha	663	47152	3	0	1	0	11	0	678	47152
100 a menos de 200 ha	316	43665	0	0	1	0	3	414	320	44079
200 a menos de 500 ha	160	47219	0	0	2	0	3	0	165	47219
500 a menos de 1000 ha	35	22954	0	0	0	0	2	0	37	22954
1000 e mais ha	20	15220	0	0	0	0	1	0	19	15220
Total	11775	311728	25	187	76	104	2018	21313	13824	333332

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Elaboração: Distribuição dos estabelecimentos agropecuários e índice de Gini do estado de Sergipe (1985-1995/96 – 2006). Organizadores Eliano Sérgio Lopes...[et al]. – São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

De acordo com a Tabela 1, a condição do produtor enquadrado na categoria de Proprietário, enquadra-se ao estabelecimento agropecuário entre 20 a 50 hectares, o que representava 2.684 do total e ocupava uma área territorial de 78.236 hectares, ou seja, esses estabelecimentos com menos de 100 hectares aparecem em maior número do que os maiores de 100 hectares, mas a sua representatividade econômica não é relevante para o estado. Além disso, os municípios de grande extensão territorial e de concentração de estabelecimentos agropecuários de menos de 100 hectares estão localizados no semiárido sergipano.

Há àqueles que arrendam seus estabelecimentos agropecuários para que outros agricultores deem continuidade à produção agrícola. A grande maioria utiliza a terra para a criação bovina e vendem o leite, principalmente, para agroindústrias do leite ou fabriquetas, e ainda cultivam milho. No território do Alto Sertão, a especialização do milho tem provocado à diminuição da produção de alimentos tradicionais como o feijão e mandioca. De acordo com a Tabela 1, no ano de 2006 a categoria de produtor Arrendatário aparece em 25 do total dos estabelecimentos agropecuários, ou seja, ocupavam uma área de 187 hectares.

Isso seria reflexo de duas situações: a primeira seria que esses municípios representam uma área de vulnerabilidade social e de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) baixo; e a segunda, seria o alto número de assentamentos rurais. Os estabelecimentos agropecuários de menos de 100 hectares significam que os agricultores familiares não possuem condições

financeiras suficientes para modernizarem seus estabelecimentos agropecuários, e os produtos cultivados e as criações de animais bovinos, caprinos, suínos são em pequena quantidade e utilizados para o autoconsumo e gerar renda, logo não é lucrativa. De acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), o índice de Gini, instrumento que mede a desigualdade social, com dados estatísticos que servem de parâmetro internacional, entre os anos de 1996 e 2006 o território do Alto Sertão saiu de 0,727 e atingiu no último ano o equivalente a 0,589. Embora os estabelecimentos agropecuários familiares passassem por um processo de modernização agrícola, programas sociais, de ampliação do crédito rural, de melhoramento genético do rebanho bovino, tais avanços, não foram suficientes para melhorar a condição de vida deles e reduzir a desigualdade social.

Como acontece em todos os municípios do Alto Sertão, o que dificulta a eficácia do desenvolvimento rural são as ações governamentais paliativas e de caráter assistencialistas planejadas e executadas para o desenvolvimento da agricultura e pecuária. Outro ponto relevante são os fatores climáticos típicos do clima semiárido caracterizado por chuvas irregulares, a constante escassez de produtos essenciais para a sobrevivência humana, a continuidade da produção agrícola, além da limitada oferta de investimento e produtos. São fatores que reduzem o desempenho do seu sistema produtivo e refletem no baixo desenvolvimento socioeconômico do território.

De fato, a pecuária leiteira sempre representou o fator determinante de sua ocupação, identidade e da economia sertaneja, pois, entre todas as atividades, a produção de leite é a de menor risco econômico para o agricultor familiar. Deve-se a isso, o leite e seus derivados constituírem uma renda diária e, como o trabalho é realizado de modo familiar, o custo da sua mão de obra diminui, enquanto que em outros tipos de produção são geralmente sazonais, o que significa a necessidade de mão de obra e tempo disponível para conseguir o retorno financeiro. Apesar de o retorno financeiro ser menor do que o esperado, a ordenha do leite não precisa que o animal cresça ou que a plantação comece a gerar o produto para depois ser vendido, como acontece no confinamento de rebanho bovino de corte. Por isso, a pecuária leiteira praticada pelos agricultores familiares constitui uma estratégia de sobrevivência adotada diante das frequentes estiagens e perdas da produção.

É no Alto Sertão onde se encontra a maior bacia leiteira do estado de Sergipe e está centrada nas pequenas e médias unidades produtivas de base familiar e na presença de grandes laticínios. Atualmente, os três maiores produtores de leite do território do Alto Sertão estão localizados em Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Porto da Folha. Assim sendo, o município de Poço Redondo possui uma das maiores cadeias agroindustriais do leite e a sua

produtividade assegura a renda de muitas famílias de agricultores familiares e movimenta a economia do município atingido constantemente pelos efeitos da seca.

2.2. O sistema de finança de proximidade no território do Alto Sertão Sergipano antes dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional Pró Leite e PAA - Leite

Visando aumentar a produção de leite e de cultivos agrícolas do território do Alto Sertão de Sergipe, os governos, federal e estadual, intensificaram planos de elaboração de ações assistencialistas com imediata execução, durante as décadas de 1970 e 1980, com os seguintes programas: POLONORDESTE e o Projeto SERTANEJO. Essas políticas de desenvolvimento rural e de combate à pobreza tinham por finalidade de amenizar a situação dos sertanejos e promover condições para o desenvolvimento eficaz da agropecuária na área.

De acordo com Souto (1998) e Menezes (2015), a atuação do Projeto SERTANEJO alinhava-se a proposta do Programa POLONORDESTE, do qual fazia parte do PDRI (Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado) de planejamento agrícola de execução de serviços de instalação de energia elétrica, armazenagem, sistema de irrigação e construção de estradas vicinais; além de disponibilizar assistência técnica e créditos rurais para os agricultores familiares em situação de miserabilidade. No ano de 1975, o programa POLONORDESTE foi substituído pelo PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste).

Essas políticas públicas assistencialistas vigentes apareciam para fornecer água nas áreas mais atingidas pela seca, combater a pobreza rural e consolidar a atividade agrícola na pequena e média propriedade do Nordeste. Esses projetos e programas ajudaram a minimizar os efeitos provocados pelas estiagens, melhoraram a infraestrutura do semiárido e garantiu o desenvolvimento da atividade agrícola, durante o período de estiagem e das criações de gado. No entanto, essas intervenções do Estado foram ações paliativas, pois não alcançou o objetivo esperado de aumentar a produção agrícola dos estabelecimentos agropecuários familiares de todo o território do Alto Sertão.

Santos e Andrade (1992) e França e Cruz (2007) descrevem que essa área banhada pelo Rio São Francisco foi planejada e coordenada pela Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e pela Companhia de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe (COHIDRO), com o objetivo de desenvolver a agricultura irrigada e aumentar a produção de gado leiteiro no semiárido. Dentre esses projetos voltados para resolver problemas hídricos, estiveram à construção das adutoras Sertaneja (extensão de 270 km), Alto

Sertão (extensão de 257 km) e Canindé (extensão de 24 km). A construção de adutoras abasteciam os perímetros irrigados como, o Jacaré Curitiba, além da população residente no município sede e povoados.

O Projeto Chapéu de Couro (1983-1985) foi uma das obras do governador João Alves Filho (1983-1987), que previa a construção de adutoras, barragens, poços artesianos e cisternas para solucionar o problema da escassez da água e as questões hídricas de todo o território semiárido. Outros projetos deram continuidade à proposta do Chapéu de Couro, como foi o caso do Projeto Campo Verde e o Projeto Padre Cícero (1987-1991), ambos elaborados na gestão do governador Antônio Carlos Valadares (1987-1991). Esse projeto era executado pelas empresas estaduais: COHIDRO, DESO (Companhia de Saneamento de Sergipe) e EMATER, todos formulados para atenderem às necessidades básicas dos agricultores familiares, como a construção de cisternas para abastecimento familiar, poços e casas de farinha. (SANTOS, 2014).

No Brasil, a década de 1990, foi marcada pelo fortalecimento da agricultura familiar, desenvolvimento rural e o avanço das políticas públicas, dentre elas, destaca o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar em 1995 e iniciado um ano depois. Para que a política social e econômica, o PRONAF, fosse planejada e executada foi necessária a participação da ONU (Organização das Nações Unidas), durante as pesquisas desenvolvidas pelo governo brasileiro em 1990.

Trabalhos relacionados à agricultura familiar produziram uma tipologia dos estabelecimentos rurais brasileiros embora não fosse inédita, a FAO, INCRA e inseriu-a em seus projetos e acabaram sendo importantes para o Estado reformular políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural como o PRONAF. Sob o segundo fator de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, o Estado passa a legitimar as reivindicações dos movimentos sociais e a promover várias ações inéditas no espaço rural. Uma das principais ações foi a aceleração da Reforma Agrária, o que ocorreu após sanção da Lei Agrária e dos Ritos Sumários, em 1993, sendo em seguida criada a Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários, que viria a ser transformada no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1998. (SCHNEIDER, 2010, p. 516)

Essa iniciativa disponibilizaria recursos para financiamento de produção, equipamentos, infraestrutura nos estabelecimentos agropecuários familiares, além de agregar valores à propriedade, a proposta do programa era: elevar a capacidade produtiva do agricultor familiar; gerar emprego e renda; reduzir das desigualdades sociais; tornar a mão de obra familiar mais eficiente; incluir os agricultores familiares no âmbito da política econômica e social, tornando- os agentes transformadores capazes de influenciar ações do

governo; e a inclusão dos movimentos sociais como mediadores, ajudando-os a fortalecer seus ideais.

A implantação de políticas públicas de financiamento de crédito para os agricultores familiares visava tornar o Alto Sertão em um território propício para o desenvolvimento da agropecuária, independente de fatores climáticos. Quanto ao agricultor, este se tornaria dependente das instituições. Sendo assim, a inserção de equipamento moderno e de materiais auxiliaria no aumento da produção de leite, o que transformaria a pecuária leiteira em uma atividade econômica de mercado, não apenas para o autoconsumo. Porém, as políticas assistenciais não supriram todas as necessidades sociais e econômicas dos agricultores familiares. Em contrapartida, os programas de créditos rurais nacionais, dentre esses, destacam-se, o PRONAF e o extinto PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) ajudaram áreas carentes em infraestrutura, de uma população que vive em condições de extrema pobreza, o que contribuíram para que o desenvolvimento rural agisse em torno de uma ideia guia e com a permissão de que o capital social fosse construído sua rede social. De acordo com Abramovay (2009, p.111)

Embora o sistema bancário exija certa organização local para a concessão de financiamentos, ele nem de longe estimula a criação do aspecto mais virtuoso das finanças de proximidade: a mobilização da poupança, dos investimentos e da capacidade de planejamento locais para o combate explícito à marginalização econômica. A principal virtude de um sistema de finanças de proximidade é que a geração de renda por parte da população vivendo em situação de pobreza é um objetivo explícito em virtude do qual o desempenho de todo sistema será avaliado. Sua característica fundamental é que cria redes que constroem capital social nas áreas em que isso é mais necessário.

Esses programas de crédito rural estão vinculados ao BNB e Banco do Brasil, parceiros na elaboração de projetos e programas de modernização agrícola do governo estadual, que são articulados ao financiamento para a compra de equipamentos de produção, insumos agrícolas e a compra de animais para os agricultores familiares do Alto Sertão Sergipano. A criação desse programa via governo federal tem como objetivo: reorganizar a estrutura fundiária brasileira; modernizar a agricultura e a pecuária; proporcionar infraestrutura (saúde, educação e criação de estradas de acesso) para o campo; e financiar créditos de longo prazo e com juros baixos para os agricultores familiares. Essas vantagens atraíram facilmente os agricultores familiares.

Para manter o agricultor familiar produzindo e modernizando seus estabelecimentos agropecuários, a seleção de linha de crédito empregada pelo PRONAF direciona a produção

agrícola do agricultor familiar e o enquadra em um perfil empreendedor sem, contudo, analisar as suas condições financeiras. No caso do território do Alto Sertão Sergipano, o produto escolhido para gerar renda é o leite. Quanto ao perfil do agricultor familiar eles estão distribuídos e enquadrados ao PRONAF do Grupo A e Grupo A/C, direcionados aos assentados da reforma agrária; e o Grupo B, beneficiários que possuem renda bruta não superior a R\$ 20.000,00. Quanto ao financiamento de crédito destinado a atividade agropecuária, pode ser de custeio, investimento e integralização; os créditos podem ser concedidos de forma individual ou coletiva, sendo considerado crédito coletivo quando formalizado por grupo de produtores para finalidades coletivas como associações ou cooperativas. Segundo descreve Delgado e Leite (2015, p.242),

[...] a concepção originária do Pronaf atendia o programa como uma política de desenvolvimento rural, assentada em três dimensões básicas, todas sustentadas por políticas de financiamento, seu instrumento próprio e característico: (1) o aumento da renda dos estabelecimentos dos agricultores familiares através do financiamento da produção agrícola em cada safra e de sua expansão ao longo do tempo, com a realização de investimentos; (2) a qualificação técnico-produtiva e gerencial e a profissionalização desses agricultores por meio do financiamento a formação e a pesquisa, além da capacitação requerida para a implementação e o controle social da modalidade municipal do programa; e (3) o desenvolvimento local, com ênfase no financiamento de infraestrutura e dos serviços em municípios pobres, rurais e com predominância de agricultores familiares.

Além do PRONAF, existe o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Este foi criado no ano de 1964 e seus principais agentes financeiros são bancos e cooperativas de créditos. As normas e regras para aplicação de recursos seguem mediante a aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e, após os trâmites acordados, são publicadas pelo Banco Central do Brasil (BC) no Manual de Crédito Rural (MCR). A disponibilidade de recursos para custeio e investimento a juros subsidiado para a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos aliada às políticas de desenvolvimento rural liderada pelo Estado (parceiro de Institutos de pesquisa e assistências técnicas) e Instituições Financeiras seguem o calendário da safra que se inicia da data de primeiro de julho de um ano a 30 de junho do ano seguinte, além do montante colocado à disposição para a agricultura empresarial. Todos esses fatores fortaleceram as agroindústrias, quanto ao controle do preço do produto, como também a comercialização e distribuição do mesmo. De acordo com Graziano da Silva (2003), esse processo de modernização da agricultura é um dos requisitos para que o modo de produção capitalista substitua a economia natural local por atividades agrícolas integradas à indústria,

intensifique as divisões de trabalho assalariado e especialize a produção agrícola. No Alto Sertão Sergipano, a cadeia agroindustrial do leite assegura a renda de muitas famílias e aumenta a economia estagnada pelos efeitos da seca prolongada.

Por mais que exista uma dominação econômica dos grandes produtores sobre os pequenos, o crédito oferecido pelas Instituições Financeiras é amplo e atende os dois lados. No mercado competitivo, o que varia é a taxa de juros, ligadas, em sua maioria, por políticas econômicas distantes da realidade vivenciada do agricultor familiar. Essa situação é exemplificada da seguinte forma:

[...] o comerciante compra antes mesmo da colheita – às vezes no momento do plantio – a produção do agricultor por um preço evidentemente muito inferior ao prevalecente no mercado. Esta venda permite ao produtor financiar seu consumo até o momento da colheita, quando sua safra estará empenhada para este comerciante. (ABRAMOVAY, 1998, p.120)

De fato, o agricultor é obrigado a entregar, neste caso, aos comerciantes (agora ao banco), o que ele possui de valor, a sua propriedade. É uma situação de miséria, que se alastra em dificuldades financeiras e sem perspectivas para prosseguirem com a sua produção, muitos deles recorrem a agências bancárias ou financiadoras de créditos e empréstimos com juros supostamente baixos e no final da transação saem endividados.

Segundo comenta Abramovay (1998), antes do SNCR, os pequenos comerciantes emprestavam pequenas somas em dinheiro ou produtos aos agricultores familiares através do sistema de venda a fiado. É um sistema de venda em que se diz, “a confiança é alma do negócio”. Quanto ao agricultor, torna-se uma vítima desse sistema, virando freguês fiel dos estabelecimentos comerciais que, na maioria dos casos, esses lugares são propriedades de comerciantes ou microagentes a serviço do capital financeiro compostas por pessoas influentes na cidade com rendas superiores ao restante dos habitantes. Esse tipo de comércio é denominado de mercados personificados, pela não existência de taxas de juros, por haver a possibilidade de o agricultor trocar suas dívidas por produtos.

Seguindo a linha de pensamento do autor, para que a economia de mercado desenvolva, torna-se necessário a competitividade de produtos petroquímicos, fertilizantes, pesticidas vendidos para os agricultores, de todas as classes sociais, proprietários de pequeno, médio ou grandes estabelecimentos agropecuários. Verifica-se que no território do Alto Sertão Sergipano, os pequenos e médios estabelecimentos comerciais de produtos agropecuários são os mais movimentados e lucrativos dos municípios.

Os comerciantes que trabalham com esse tipo de produto somente perderam espaço para os donos de estabelecimentos do ramo alimentício. A partir do momento em que o agricultor passa a ter acesso a produtos petroquímicos, fertilizantes, pesticidas, inicia-se a sua entrada na economia de mercado capitalista, como também a dependência deles aos fornecedores. Entretanto, essa relação entre agricultor e a indústria extrapola os limites estabelecidos pelo modo de produção do agricultor, consequentemente, interfere em sua sobrevivência. No caso do semiárido sergipano, os agricultores familiares compram a ração animal cujo principal ingrediente é o milho industrial; depois, eles misturam o produto com a palma para diminuir os custos da produção e fortalecer o rebanho. Essa técnica utilizada pelo pequeno agricultor substitui o cultivo de produtos essenciais como o milho, tanto na sua própria alimentação como a de seu rebanho bovino, na compra por produtos industrializados. Isso quando os mesmos abandonam o campo, buscando nas cidades melhores condições de sobrevivência.

Em épocas de estiagem, o preço do milho aumenta o seu valor de mercado, e na mesma proporção, eleva-se o custeamento para manter as criações bovinas. Surge, então, a difícil missão entre escolher alimentar o gado ou a sua família. Diante dessa problemática, agricultores contraem empréstimos concedidos pelo governo federal, através do MDA, a exemplo, o Plano Safra. Esse convênio é firmado entre os municípios e o Governo do Estado de Sergipe, para que os agricultores familiares possam quitar suas dívidas, devido à perda da produção, como também, os mesmos possam investir novamente em seus estabelecimentos agropecuários. Essas estratégias são necessárias para fortalecer a rede de articulação dos atores sociais e, por isso, eles têm a função de: detectar, avaliar e estimular todas as formas possíveis para gerar trabalho e renda; e assim, promover “o progresso e o desenvolvimento socioeconômico” da área, para tornar-se um agricultor submisso às formas de atuação financeira.

2.3. As articulações das redes sociais para a formação dos mercados institucionais Pró-Leite e PAA-Leite.

No território do Alto Sertão de Sergipe, a atuação das redes sociais formada pelos atores sociais (Instituições Financeiras, Entidades Governamentais, Entidades Não Governamentais), mediadores sociais (Movimentos sociais, ONGs, cooperativas e Associações, além de Institutos de pesquisas e assistências técnicas governamentais), articulam-se na proposta de levar a tecnologia de produção aos estabelecimentos

agropecuários familiares, a fim de alterar o modo de trabalho e produção artesanal dos derivados do leite. Para isso acontecer, as redes sociais auxiliam os agricultores familiares (sujeitos sociais), incentivando a outros pequenos, a investirem em seus estabelecimentos agropecuários, para que eles aprimorem o aprendizado local e, assim, a possibilidade de inovar através da tecnologia de produção no campo.

Nesse sentido, os atores sociais investem na formação e qualificação dos agricultores familiares, na inserção de maquinários, melhoria na qualidade do produto, além de práticas de gerenciamento de negócio. Esses investimentos na produção local são resultados de ações e projetos elaborados pela Secretaria de planejamento estadual e municipal, em parceria com instituições financeiras. As ações são articuladas em conjunto com políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para fortalecer os mercados institucionais.

De acordo com Menezes (2009) e Santos (2014), os principais objetivos seriam o seguinte: promover o desenvolvimento socioeconômico dos produtores de leite do Alto Sertão; fortalecer o produto (leite) e seus derivados; e direcionar a cadeia produtiva do leite. Essas atuações dos atores sociais são algumas estratégias dentro de um projeto e programa capazes de criar novas técnicas e objetos para condicionar as ações humanas. Para as autoras, o projeto de modernização agrícola e melhoramento genético com a aplicação de inseminação artificial em rebanhos bovinos são algumas das ações das redes para garantir aos agricultores familiares o acesso à tecnologia, e com isso, aumentar a produção de leite da área.

Nesse sentido, a partir do ano 2000, a Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe preparou um relatório com o propósito de desenvolver o conhecimento técnico dos agricultores familiares, bem como aperfeiçoar a tecnologia empregada em seus estabelecimentos agropecuários, e assim, aumentar a produção do leite no território do Alto Sertão de Sergipe. Sobre esse assunto, Menezes (2009, p.263) relata que,

Na pesquisa de (re) conhecimento da rede institucional em Sergipe, no período pós 2000 encontrou-se um relatório do INCRA (2006) que trata da cadeia produtiva do leite na escala territorial. Nesse estudo, essa estratégia assentada no território é analisada como um dos constructos para a sustentabilidade da população do Alto Sertão e as fabriquetas de queijo como viabilizadoras da cadeia produtiva do leite.

Com a inserção de políticas públicas direcionadas a produção de leite, foi possível elaborar um plano estratégico, em que a população participaria de reuniões municipais, juntamente com as instituições governamentais para desenvolver ações específicas visando aumentar à produção do leite e derivados no território. Esse tipo de política de governança, de

decisões tomadas em parceria com a população e o Governo do Estado, exige a eleição de delegados e representantes das categorias envolvidas, sejam agricultores familiares, agroindustriais, empresas privadas e o governo estadual, ou seja, todos que integram a Política de Desenvolvimento Territorial.

Os representantes das categorias são responsáveis por participarem das conferências territoriais, assegurando os direitos das categorias. Nas reivindicações dos agricultores familiares, há o desinteresse em aperfeiçoar suas técnicas de trabalho; e a ignorância no sentido de não possuir instrução para tomar suas próprias decisões. Para que as pautas sejam atendidas, agricultores elegem os seus mediadores. Porém, a falta de confiança em gerenciar suas ações e, também, a autonomia na tomada de decisões, são os principais obstáculos enfrentados pela Política de Desenvolvimento Territorial.

A participação das instituições constituem uma rede social, cuja principal função seria produção, industrialização e comercialização do leite e seus derivados para atender as necessidades do mercado consumidor local e nacional. Todavia, o agronegócio do leite é voltado apenas ao território do Alto Sertão, onde está inserida a maior bacia leiteira do estado de Sergipe. O planejamento e a execução das ações são elaborados por uma comissão formada pelos atores sociais e os representantes dos agricultores familiares que são formados por mediadores de movimentos sociais, associações, sindicatos de trabalhadores rurais, dentre outros representantes. Nas palavras de Santos (2014, p.149),

Junto aos agricultores, estão presentes duas organizações sociais com significativa representatividade, que contribuem com mobilização e sugestões para qualificação e integração de ações: o Movimento do Pequeno Agricultor (MPA) e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Sergipe (FETASE). Organizados em lideranças e sindicatos, respectivamente, configuram-se como um potencial político articulador, ao proporem uma agenda de participação desde a sua formulação até a elaboração de propostas de desenvolvimento para o território.

Para o Alto Sertão de Sergipe, as instituições públicas ligadas Entidades Estaduais e Instituições de Pesquisas e Instituições privadas, contribuíram para a pesquisa de informação sobre os produtos vendidos e seus principais consumidores. Todas essas entidades envolvidas apontaram os desafios enfrentados pelos atores sociais e as estratégias para serem superados. Para Menezes (2009), dentre esses problemas destacam-se: a gestão dos produtores de leite; verificação da qualidade do leite e dos seus derivados; participação das associações de agricultores familiares nos arranjos; o aumento da produtividade do leite; o auxílio de técnicos na prestação de assistência aos agricultores familiares; resolver a informalidade das

fabriquetas de queijo; diversificar a produção de derivados do leite; a elaboração de políticas públicas específicas para a pecuária leiteira; aquisição de crédito rural; e o desenvolvimento de pesquisa para o melhoramento genético do rebanho.

A estratégia da rede seria extinguir com manipulação do preço do leite das fabriquetas de queijo. Esse controle e regulação do preço do leite pertenceriam ao Estado através de políticas sociais de combate a pobreza como, no caso da implantação em 2001 do programa estadual Pró-Leite; e depois, o programa federal PAA modalidade leite e, assim, tornar os produtores de leite dependentes de políticas sociais e de agroindústrias.

A política pública de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) chamada de programa social Pró-Leite começou a ser desenvolvida no estado de Sergipe em Agosto de 2001. Implantado durante a gestão do governador Albano do Prado Pimentel Franco, a meta do programa abrangia todos os municípios inseridos no Território do Alto Sertão que tivessem sua produção leiteira com uma média anual de 3 mil litros. A escolha pelo território do Alto Sertão ocorreu por dois motivos: o primeiro relaciona-se aos elevados índices de desnutrição da população desses municípios; e o segundo, deve-se ao fato de que esse território possui forte potencial para o desenvolvimento da pecuária leiteira.

Para fortalecer a pecuária leiteira, era preciso diminuir os índices de desnutrição. Para tal, seria necessário elaborar projetos de desenvolvimento social, ligados a investimentos em tecnologias voltadas a bovinocultura leiteira e assistência técnica agropecuária adequada, para que os agricultores familiares aumentassem a produção de leite em suas propriedades rurais. A EMBRAPA, em parceria com o governo do estado via EMDAGRO, elaboravam projetos para elevar a produtividade do leite. Esse programa fornecia as famílias carentes um produto de qualidade que proporcionava autonomia aos agricultores familiares. A EMDAGRO era a empresa estadual responsável pela execução do programa e prestação de assistência técnica aos agricultores familiares cadastrados. Era sua função elaborar projetos que incentivasse a modernização agrícola. Em junho de 2007, a SEIDES passou a operacionalizar e executar o programa no estado de Sergipe.

Constata-se que o Pró Leite valorizou o produto do leite, o que aumentou o preço do rebanho bovino, gerou emprego e renda para todos os agricultores familiares dos municípios que participavam do programa social. Em agosto de 2003, o Pró Leite foi inserido ao Programa do Leite gerenciado pelo governo federal através do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome (MESA). Posteriormente, o Pró-leite integrava ao Programa Fome Zero, ambos vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em parceria com o governo estadual pelo CONSEAN inserido na SEIDES. Esse novo

programa atendia os 09 estados da região Nordeste e a região semiárida do estado de Minas Gerais.

No estado de Sergipe, o Programa do Leite permanecia com a mesma proposta de distribuição do Pró Leite para famílias com alto índice desnutrição. No entanto, algumas regras foram modificadas para enquadrar as normas do programa federal PAA. Nesta modalidade, a busca seria por assegurar o consumo de leite a gestantes, crianças, nutrízes, idosos e outros públicos prioritários, através da aquisição da produção leiteira de agricultores familiares com a média diária de até 30 litros de leite, podendo chegar a até 100 litros, caso isso atenda às necessidades do programa. O leite era pasteurizado e ensacado em laticínios contratados e distribuídos para as famílias em postos instalados em locais de concentração dos beneficiários. O programa era direcionado a atender aos agricultores cadastrados no PRONAF.

Embora houvesse toda uma preparação para adequação do produtor e dos laticínios ao programa, o PAA-Leite encerrou suas atividades no estado de Sergipe em novembro de 2011. Segundo informações obtidas pela SEIDES e pelo representante do MST, foram constatadas durante as reformulações, dívidas trabalhistas das associações que administravam os laticínios com os funcionários e associados, como no caso do Laticínio União, que obteve seu selo S.I.E. confiscado e, atualmente, ainda é impedida de exercer as suas funções. Outros casos, como as denúncias de fraudes em notas fiscais e no cadastramento do produtor, alguns deles, falecidos com as suas assinaturas falsificadas. Em decorrência dessa má-administração, acarretou na desorganização dos produtores associados, como a demora no repasse das verbas e atraso de pagamento dos fornecedores, vendas ilegais de caminhões baús refrigeradores e rodos-coletores doados pelo Programa Fome Zero, em parceria com o governo estadual e de responsabilidade da SEIDES. Conclui-se que, enquanto não resolverem essas pendências com o governo federal, o programa continuará suspenso.

Em contrapartida, matérias publicadas em jornais no ano de 2012 e 2013 informavam que a suspensão do programa ocorreu em virtude de limitação orçamentária da SEIDES, ou seja, a impossibilidade de custear o programa pelo governo estadual. Dessa forma, inserir novos fornecedores, laticínios e famílias, o que gerou insatisfação dos produtores, pois o programa cadastrava muitos agricultores familiares. Embora o preço do litro do leite pago pelo programa fosse baixo, muitos deles tiveram que se adaptar a nova territorialidade com o resgate de um produto de tradição, como o queijo coalho e a manteiga, através das fabriquetas artesanais. Tais produtos eram vendidos para estabelecimentos comerciais de Salvador,

Maceió e Recife. A alternativa encontrada por eles foi venderem o leite aos grandes laticínios próximos aos municípios do território do Alto Sertão: Sabe, Natville e Betânia.

No ano de 2012, período de transformação das transações comerciais entre o agricultor familiar e o Estado contribuiu para reduzir a produção. Esse fato deve-se a ausência de uma nova política pública voltada ao agricultor familiar, devido à instabilidade, diante da falta de mercado para ele vender o seu produto. No entanto, houve a necessidade de criar novas propostas para que os agricultores permanecessem em suas produções. Após o programa, a produção de leite continuou crescendo. (Tabela 2)

TABELA 2 – TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO DE SERGIPE- Volume da Produção de Leite (Mil Litros) - 1975, 1985, 1995, 2005 e 2015.

Nº	MUNICÍPIO	1975	1985	1995	2005	2015
01	Canindé de São Francisco	75	693	2.805	10.601	27.405
02	Gararu	1.366	715	2.380	9.600	27.302
03	Monte Alegre de Sergipe	1.341	1.420	2.295	8.395	19.330
04	Nossa Senhora da Glória	2.139	1.692	5.760	21.060	51.937
05	Nossa Senhora de Lourdes	946	300	1.020	4.024	13.714
06	Poço Redondo	304	615	4.611	16.380	40.745
07	Porto da Folha	2.386	1.320	4.803	18.540	39.152
	TOTAL	8.557	6.755	14.260	88.600	319.585

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários. Pesquisa Pecuária Municipal 1975, 1985, 1995, 2005 e 2015.

Elaboração: ANDRADE, Mariana Barbosa. 2017.

Conforme demonstra a Tabela 2, que antes do programa no ano de 1995, os três maiores produtores de leite do território do Alto Sertão eram Nossa Senhora da Glória, que possuía o volume de 5.760 litros de leite; Porto da Folha, com o volume de 4.803 litros de leite; e Poço Redondo, com o volume de 4.611; respectivamente, a produção total somada com os outros municípios era de 14.260 litros de leite.

Ao comparar esses valores com o ano de 2005, percebe-se que no município de Nossa Senhora da Glória o volume de leite produzido passou de 5.760 litros de leite para 21.060 litros de leite, ou seja, houve um acréscimo de 15.300 litros de leite; e no ano de 2015, observa-se que foi de 30.877 litros de leite a mais. Seguindo esse mesmo ritmo de produção, verifica-se que em Porto da Folha passou de 4.803 litros de leite para 18.540 litros de leite, um acréscimo de 13.737 litros de leite; e em 2015 foi de 20.612 litros de leite a mais, enquanto que Poço Redondo passou de 4.611 litros de leite para 16.380 litros de leite, um acréscimo de 11.769 litros de leite; e no ano de 2015 foi de 24.365 litros de leite a mais. Somada a produção total de leite no ano de 2005 e 2015, o território do Alto Sertão de Sergipe obteve um acréscimo de 230.985 litros de leite.

Outro ponto relevante seria o avanço do município de Poço Redondo, como o segundo maior produtor de leite do território, um lugar na colocação que deixou Porto da Folha em terceiro lugar, com destaque para o povoado Santa Rosa do Ermírio, considerada a maior bacia leiteira do município de Poço Redondo. Sendo assim, os projetos estaduais de melhoramento genético com inseminação artificial em rebanhos bovinos, modernização agrícola, a ampliação de linhas de créditos aliada à política pública de combate a pobreza e o PRONAF alavancaram a produção do território, que mesmo após o encerramento das atividades do programa social PAA-Leite, a produção de leite continuou crescendo.

2.3.1. A situação da pecuária leiteira praticada no território do Alto Sertão Sergipano após o encerramento do programa PAA-Leite

O aumento da produção de leite nos anos posteriores ao programa deve-se a continuidade de proprietários de estabelecimentos agropecuários patronais de pequeno e médio porte ou donos de grandes laticínios. Esses são os que investem na pecuária leiteira, com a introdução de recursos como, melhoramento genético, o uso de inseminação artificial, alimentação balanceada e nutritiva do rebanho bovino. Deve-se ao fato de que a política social do Pró-leite proporcionou melhorias na pecuária leiteira, quanto os índices de vulnerabilidade social dos municípios do Alto Sertão e as condições de vida da população (saúde, educação, habitação); geraram trabalho e renda aos agricultores, através de financiamentos de créditos bancários para a aquisição de instrumentos e materiais para o trabalho. Porém, tornaram o agricultor familiar dependente de ações governamentais, dos grandes laticínios e das fabriquetas. A busca de autonomia livrando-se da dependência financeira do Estado, é que os grandes laticínios e das fabriquetas, os agricultores familiares têm se organizado em cooperativas de leite, gerando emprego e renda.

Destaca-se como exemplo, o município de Porto da Folha. Nele, moradores da comunidade do Junco, formaram no ano de 2006, a COOPEAGRIU (Cooperativa dos Pecuáristas e Agricultores União), com o objetivo de criar uma empresa com a finalidade de negociar e buscar outros mercados consumidores e, assim, expandir seus produtos para outras localidades. A cooperativa surgiu a partir de uma associação fundada em 2002 para atender os mercados institucionais do Pró-Leite e PAA-Leite, bem como regular o preço do leite e evitar a formação de cartel dos grandes laticínios e fabriquetas. Percebe-se que o programa foi importante para a entrada da cooperativa no mercado. Hoje, a COOPEAGRIU representa emprego e renda para mais de 30 famílias que inclui moradores do município de Gararu, por

meio da produção de alguns produtos derivados do leite, a saber: leite pasteurizado tipo C, iogurte, bebida láctea, manteiga, queijo mussarela, frescal e minas, doce de leite e requeijão cremoso. Cada cooperado entra com uma parte da produção e a cooperativa fica responsável por melhorar o produto e vender, o lucro é repartido entre eles.

A COOPEAGRIU possui cooperados de pequeno, médio e grande proprietário de estabelecimentos agropecuários. Alguns desses cooperados dedicam-se a produtos que mantêm a cadeia produtiva do leite, tais como, milho e feijão. Para se tornar membro da cooperativa, é necessário ter a sua propriedade próxima ao município; a aceitação ou não do candidato será discutida em assembleia, com eleição democrática entre os membros. Os produtos da Unileite (marca da Cooperativa) possui o selo S.I.E. e S.I.F. Esses produtos encontram-se a venda em estabelecimentos comerciais em Aracaju ou municípios circunvizinhos de Porto da Folha. Os cooperados receberam orientações de gerenciamento de empresa e capacitação de órgãos como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e CODISE (Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe).²

A maior dificuldade na produção leiteira da COOPEAGRIU seria a alta taxa de juros cobrada pelo Governo do Estado pelos produtos. Para driblar essa situação e reduzir os custos da produção, os agricultores familiares não cobram a sua mão de obra à empresa, pois todos os cooperados sentem-se donos do negócio; e uma parte do lucro obtido pela empresa é investida na cooperativa.

Além disso, a COOPEAGRIU gera empregos diretos e indiretos, impostos para o município, e ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço), contribuição estadual e movimentação na economia do município de Porto da Folha. É uma política de incentivo que se propõe a criar outras medidas para que o agricultor desenvolva-se, através do surgimento de cooperativas. Os investimentos não se restringem apenas a diversificação da produção, mas a compra de rebanhos bovinos adaptados ao clima semiárido e que sejam excelentes reprodutores, com melhoramento genético na aplicação de inseminação artificial, são alguns dos requisitos essenciais para dar qualidade ao produto do leite.³

Quanto às criações bovinas no território do Alto Sertão de Sergipe são originadas por gados azebuados com holandês. Essa mestiçagem do gado tornam as criações mais adaptáveis

² DANTAS, Tarcísio. Cooperativa de leite gera emprego e renda no Sertão. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 22 e 23 de jun. 2008. Cidades. p.08.

³ idem

ao clima, por isso, mais produtivas. São características que diminuem os custos da produção do leite. Os investimentos na pecuária leiteira fizeram com que o Alto Sertão elevasse seu número de efetivos bovinos/cabeças e de vacas ordenhadas/cabeça no território do Alto Sertão de Sergipe. (Tabela 3)

TABELA 3 – TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO DE SERGIPE – Número de Efetivos Bovinos (Cabeça) -1975, 1985, 1995, 2005 e 2015.

Nº	MUNICÍPIO	1975	1985	1995	2005	2015
01	Canindé de São Francisco	6.033	11.660	13.200	25.000	31.340
02	Gararu	19.155	14.000	12.600	20.000	33.870
03	Monte Alegre de Sergipe	12.066	12.500	10.500	15.000	23.560
04	Nossa Senhora da Glória	24.770	27.300	25.700	36.000	52.340
05	Nossa Senhora de Lourdes	6.020	3.200	6.000	8.500	18.140
06	Poço Redondo	13.795	13.000	21.000	32.200	42.640
07	Porto da Folha	22.921	22.000	22.700	37.000	42.690
	TOTAL	104.760	103.660	111.700	173.700	244.580

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários. Pecuária Municipal 1975, 1985, 1995, 2005 e 2015.
Elaboração: ANDRADE, Mariana Barbosa. 2017.

De acordo com Tabela 3, observa-se que entre os anos de 1975 e 1985 o número de efetivos bovinos/cabeça no município de Nossa Senhora da Glória passou de 24.770 para 27.300, obtendo um acréscimo de apenas 2.530 cabeças bovinas; enquanto que em Porto da Folha, houve uma redução de 921 cabeças bovinas; já em Poço Redondo, a redução foi de 795 cabeças bovinas, e no total o território perdeu em dez anos 1.100 cabeças bovinas. O baixo número de efetivos bovinos e a redução deles na maioria dos municípios surgem como necessidade para elaboração de projetos e programas governamentais que incentivassem o aumento do efetivo bovino, bem como de vacas ordenhadas. Na década de 90, com o apoio de projetos e programas, esse território inicia um desenvolvimento que nos anos de 1995 e 2015, Nossa Senhora da Glória acrescentou ao seu rebanho 26.640 cabeças bovinas; Porto da Folha, esse crescimento foi de 19.990 cabeças bovinas; e Poço Redondo, 21.640 cabeças bovinas. Conclui-se que, nesse período, o total de efetivos bovinos no território do Alto Sertão de Sergipe obteve um acréscimo de 132.880 cabeças bovinas.

Entre os anos de 2001 a 2011, quando o programa de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) Pró-Leite e, depois PAA-Leite, o número de efetivos bovinos e vacas ordenhadas aumentaram em todos os municípios, mesmo após o encerramento da atividade do programa no território do Alto Sertão, principalmente nos maiores produtores, como nos municípios de Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Poço Redondo. Vale ressaltar que esse aumento foi devido ao número de efetivos bovinos e do volume da produção de leite, como também de vacas ordenhas. (Tabela 4)

TABELA 4 – TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO DE SERGIPE - Número de Vacas Ordenhadas (Cabeça) - 1975, 1985, 1995, 2005 e 2015.

Nº	MUNICÍPIO	1975	1985	1995	2005	2015
01	Canindé de São Francisco	324	1.260	3.300	6.200	10.875
02	Gararu	3.398	1.300	2.800	6.400	10.834
03	Monte Alegre de Sergipe	2.908	2.000	2.550	4.800	7.660
04	Nossa Senhora da Glória	4.795	2.550	6.400	11.700	18.320
05	Nossa Senhora de Lourdes	1.270	1.500	1.200	2.550	5.442
06	Poço Redondo	992	1.230	5.300	9.100	14.925
07	Porto da Folha	5.390	2.180	5.650	10.300	14.915
	TOTAL	19.077	12.020	27.200	51.050	82.971

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários. Pecuária Municipal 1975, 1985, 1995, 2005 e 2015.

Elaboração: ANDRADE, Mariana Barbosa. 2017.

Os dados mostrados na Tabela 4 revelam que entre os três maiores produtores de leite do território do Alto Sertão, entre os anos de 1975 e 1985, tiveram redução e apenas Poço Redondo obteve um acréscimo no número de vacas ordenhadas/cabeça. No município de Nossa Senhora da Glória, o número de vacas ordenhadas foi reduzido em 2.245 vacas ordenhadas/cabeça; já em Porto da Folha, a redução foi de 3.210 vacas ordenhadas/cabeça; enquanto que Poço Redondo, o acréscimo de 238 vacas ordenhadas/cabeça; no geral, o território do Alto Sertão de Sergipe, reduziu de 7.057 vacas ordenhada/cabeça. Nos anos iniciais de projetos e programa, entre 1995 e 2005, o número de vacas ordenhadas/cabeça em Nossa Senhora da Glória subiu de 6.400 vacas ordenhadas/cabeça para 11.700 vacas ordenhadas/cabeça, ou seja, um acréscimo de 5.300 vacas ordenhadas/ cabeça.

Após o programa em 2015, esse número aumentou para 6.620 vacas ordenhadas/cabeça. Ao comparar com o município de Porto da Folha, percebe-se que o acréscimo no número de vacas ordenhadas foi de 4.650 cabeças; em 2015, esse número era de 4.615 cabeças; verifica-se que houve redução de 35 cabeças. Logo, a perda foi menor no período de dez anos e em Poço Redondo, que obteve o acréscimo de 3.800 cabeças e no ano de 2015, esse número era de 5.825 cabeças. No período de vinte anos, o território do Alto Sertão somou 55.771 vacas ordenhadas/cabeça. Esse aumento no número de vacas ordenhadas deve-se a investimentos financeiros de todos os proprietários de estabelecimentos agropecuários voltados a produção de leite e ao abastecimento dos laticínios, cooperativas e fabriquetas.

Nesse contexto, as redes sociais conhecem as dificuldades do território do Alto Sertão de Sergipe. Por isso, a necessidade de articularem ações voltadas para o aperfeiçoamento, ao tratar do desempenho da cadeia produtiva leiteira. A instalação da sede da EMBRAPA, no município de Nossa Senhora da Glória, tornou-se decisivo para pesquisas no território do Alto Sertão, em parceria com a EMDAGRO. Cursos de capacitação foram realizados pela

CPTASA (Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido) para os funcionários das duas empresas, no município de Petrolina (PE).

As pesquisas desenvolvidas pelas entidades governamentais como a EMBRAPA e EMDAGRO auxiliaram o agricultor familiar a desenvolver técnicas de manejos essenciais, a saber: a alimentação nutritiva do rebanho à base de palma e milho; reserva de um espaço da propriedade para a prática correta de ordenha; cuidados com o rebanho bovino e a limpeza diária do ambiente utilizado por esses animais; e o armazenamento e transporte adequado do leite. A tecnologia empregada nas pequenas e médias propriedades familiares resolveram problemas ocasionados pelos fatores climáticos. Devido ao período de seca, a produção do leite continuou crescendo e transformou as miniusinas em laticínios no semiárido do estado Sergipe. (SOUTO, 1998).

Outro fato preocupante é a higiene no ambiente dessas produções, já que muitos agricultores familiares não possuem condições financeiras de seguirem as normas exigidas pela Instrução Normativa 51 e fiscalizadas pela EMDAGRO. Considerando o alto custo dos equipamentos e da capacitação, a proposta para ampliar a concepção de uma política de intervenção do governo que seja referência e proporcione sustentabilidade às unidades familiares, há a participação de instituições que atuam nas áreas de tecnologia, fomento, financiamento bancário dentre outras. Os acordos firmados entre a Secretaria de Estado da Agricultura, as instituições e a cooperação técnica da entidade governamental EMDAGRO direcionavam o fortalecimento da atividade leiteira com viabilização da competitividade, o que gera a busca pela autonomia dos agricultores familiares. No entanto, tais medidas, tornaram os agricultores familiares dependentes de ações governamentais e mão de obra do agronegócio do leite.

É preciso esclarecer que a principal fonte de renda dos agropecuários é a pecuária leiteira. Portanto, articular ações de capacitação e gestão em parceria com outras instituições ligadas a produção de leite e aliá-las ao ensino técnico e superior, e assim, ter o agricultor e sua família, como sujeitos da reprodução social são à base da sustentação ativa para a produtividade do leite. Além de centros de pesquisas e assistência técnica, o município de Nossa da Glória possui unidades de ensinos federais, como: a instalação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) Campus Sertão em 2015, onde oferta cursos de graduação na área de Agroindústria, Engenharia Agrônômica, Medicina Veterinária e Zootecnia; e no ano de 2011, a instalação do Instituto Federal de Sergipe (IFS) Campus Glória, com cursos técnicos em Agroecologia, Alimentos, Agropecuária, Beneficiamento de frutas e hortaliças e Beneficiamentos de produtos lácteos; e um curso superior de Tecnologia em Laticínios.

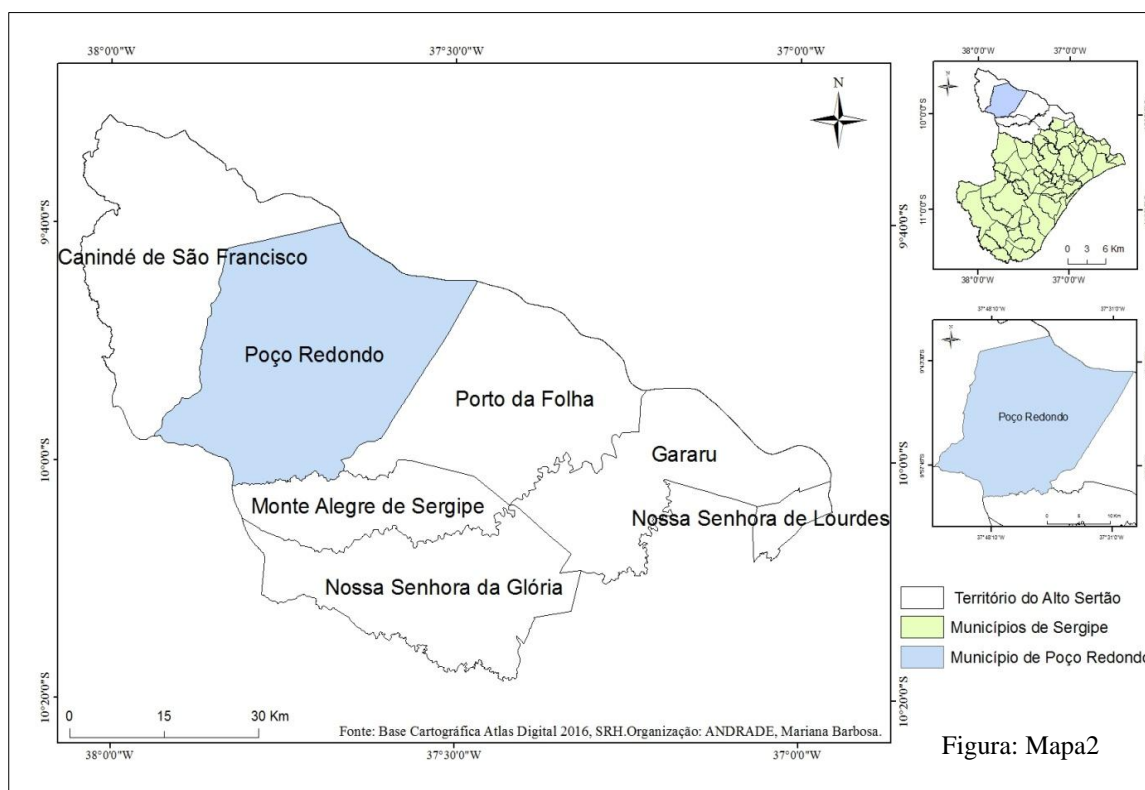
No município de Poço Redondo, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEED), ampliou no ano de 2014 no assentamento da Queimada Grande, a unidade de ensino Centro Educacional Dom José Brandão de Castro (CEDJBC), que oferta cursos técnicos na área de Agropecuária e Agroindústria. A presença dessas unidades de ensino, bem como o direcionamento dos seus cursos voltados a atividade agropecuária, é essencial para estimular a produção de leite e derivados, diversificar a produção, ampliar investimentos em tecnologia de produção e os mercados consumidores e especializar as atividades desenvolvidas nessa área para os municípios circunvizinhos.

As inovações tecnológicas inseridas nos estabelecimentos agropecuários familiares, os insumos agrícolas e a diversificação do produto do leite e derivados fortalecem os laços do sertanejo com a terra, além de promover o desenvolvimento socioeconômico local. No entanto, a estratégia das políticas de desenvolvimento rural de explorar o potencial de produção local e do agricultor familiar, faz com que os estabelecimentos agropecuários familiares passem por um processo de transformação da forma de trabalho e do modo produção artesanal para industrial. Essa mudança aumenta a produção do leite e amplia o mercado consumidor. Porém, torna o agricultor familiar dependente de políticas governamentais e de instituições financeiras, além de agroindústrias, cooperativas e fabriquetas; e no município de Poço Redondo, a atuação da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) aumentou a produção de leite e ajudou na construção do Laticínio União localizado no Assentamento da Barra da Onça.

2.4. O Município de Poço Redondo e sua caminhada rumo à produtividade leiteira

O município de Poço Redondo possui uma área territorial de 1.232,123 km² localizada no noroeste do território do Alto Sertão Sergipano. Limita-se ao norte com o estado de Alagoas, ao sul com o estado da Bahia, a leste com o município de Porto da Folha e Monte Alegre de Sergipe, e a oeste com o município de Canindé de São Francisco. (Mapa 2)

Localização do Município de Poço Redondo/Se 2017



2.4.1 O processo de ocupação e formação do município de Poço Redondo

De acordo com alguns relatos de historiadores, o processo de ocupação do município de Poço Redondo aconteceu em meados do século XVII. Segundo eles, quando caçadores e viajantes instalaram-se às margens do riacho Jacaré e começaram a construir pequenas moradias. Posteriormente, no final do século XXI, uma família oriunda do município de Rosário do Catete, necessitando de um local de clima semiárido para auxiliar no tratamento de enfermidade, veio para a região; o chefe da família, conhecido como Manoel Cardoso de Sousa, os “Sousas” como eram conhecidos, agradou-se com a localidade. Ele decidiu, juntamente com familiares, habitarem no lugarejo que foi denominado, inicialmente, de Poço de Cima. A vinda da família na localidade contribuiu para a construção da casa grande, igreja, senzala e currais. Desse modo, rapidamente, despertaram a admiração e o respeito dos outros moradores de tal forma que os ribeirinhos do riacho do Jacaré foram morar em Poço de Cima. Aos poucos, o local foi crescendo e recebeu nova denominação de Nossa Senhora da Conceição de Poço Redondo por causa de uma capela existente no lugar. Para a Enciclopédia dos Municípios do IBGE (1959), as primeiras penetrações no município de Poço Redondo

ocorreram no início do século XVIII, quando intensificaram-se a colonização do município de Porto da Folha, de acordo com essa fonte:

O território de Poço Redondo foi um dentre outros, como Gararu, Porto da Folha que se achavam encravados no famoso morgado de Porto da Folha, medindo 30 léguas de extensão por 30 fundos instituídos pelo fidalgo D. Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco. (IBGE, 1959, p.406)

Segundo relata a Enciclopédia IBGE (1959), nesse período, houve o aumento da produção de algodão no semiárido sergipano e, por esse motivo, o povoado Poço Redondo começou a atrair migrantes de vários estados do Brasil. No início, as atividades eram voltadas para o cultivo do produto, construir fábricas de desencaroçar algodão e a praticar a agropecuária. A partir dessas transformações, o povoado tornou-se próspero e com requisitos para a elevação no grau de categoria de cidade. O aparecimento da fábrica representou uma forma estratégica de povoar outras áreas desabitadas no município. Com a mudança no local onde havia a fábrica, as pessoas passaram a deslocar-se do arraial de Poço de Cima para Poço Redondo (nome oriundo da função de que essa nova área) situava-se em um local em forma de semicírculo margeado pelo Rio Jacaré, durante o período de ascensão do algodão. Mesmo as fábricas exercendo um papel determinante para a economia local, a atividade pecuária continuava favorável para o povoamento e sobrevivência do agricultor familiar.

Entre os anos de 1930 a 1940, a produção de algodão começava a diminuir sensivelmente na cidade de Poço Redondo. Deve-se a esse motivo, a invasão do cangaço. Os autores Santos e Andrade (1992), ambos, mencionam que durante a invasão do bando de Lampião a cidade de Poço Redondo, muitas fazendas foram abandonadas pelos seus proprietários e muitos deles fugiram para outros estados com receio dos cangaceiros. O bando de cangaceiros liderado por Lampião estava acampado em um local de difícil acesso conhecido como fazenda Angico, onde foram surpreendidos e mortos pela polícia. O local é conhecido como Grota do Angico e integra o roteiro turístico do município.

No ano de 1950, o cultivo do algodão foi quase extinto em todo o estado de Sergipe. Nas áreas do povoado de Poço Redondo, a produção algodoeira foi substituída pela agropecuária. Durante esse período, houve algumas transformações significativas: a primeira, o aumento da atividade da agropecuária na área; e a segunda, diz respeito à elevação da cidade à categoria de município e mais a anexação de quatro povoações, localizadas na beira do rio São Francisco são elas: Povoado Bonsucesso; Povoado Curralinho; Povoado Jacaré e

Povoado Cajueiro. Esse assunto é destaque na Enciclopédia dos Municípios do IBGE (1959, p.407):

Pela Lei estadual nº 5251, de 23 de novembro de 1953, Poço Redondo, recebe a categoria de cidade e sede do município de mesmo nome, desmembrado do de Porto da Folha. A Lei estadual nº 554, de 6 de novembro de fevereiro de 1954, que fixa a administrativa e judiciária para o quinquênio 1954-1958, estabelece os limites municipais e o situa como distrito único e termo da Comarca de Gararu. E a instalação do município deu-se a 06 de fevereiro de 1956, com a posse conferida a sua Câmara de Vereadores composta de cinco membros e ao prefeito municipal, Artur Moreira Sá, eleitos no pleito de 03 de outubro de 1954.

Como em todo o território brasileiro, as primeiras povoações instalaram-se as margens dos rios. As comunidades ribeirinhas, normalmente pobres, destacam-se em atividades como: a pesca, a agricultura e pequenas criações de caprino, suíno, ovino, bovinas, ambas utilizadas para complementar à alimentação. Além disso, a população dessas comunidades era desprovida de acesso à comunicação, transporte e assistência básica dos serviços públicos. As quatro primeiras povoações do município estavam localizadas próximas ao rio São Francisco. Esse era um porto para escoamento de mercadorias advindas de outras regiões e a obtenção de alimentos para sustentação da família do pequeno agricultor. No povoado Curralinho, ficava a sede do primeiro porto, e por isso, esse foi por muitos anos o principal povoado do município de Poço Redondo. (Mapa 3)

Localização dos Povoados do Município de Poço Redondo 2017

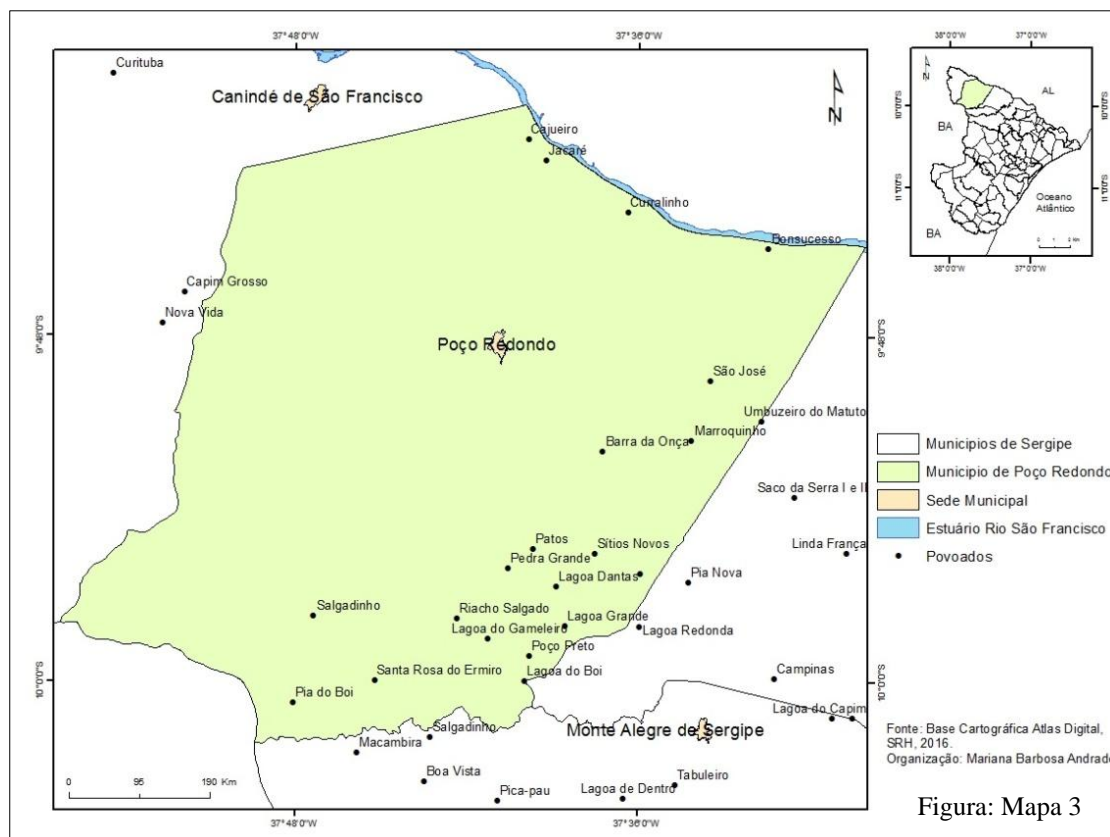
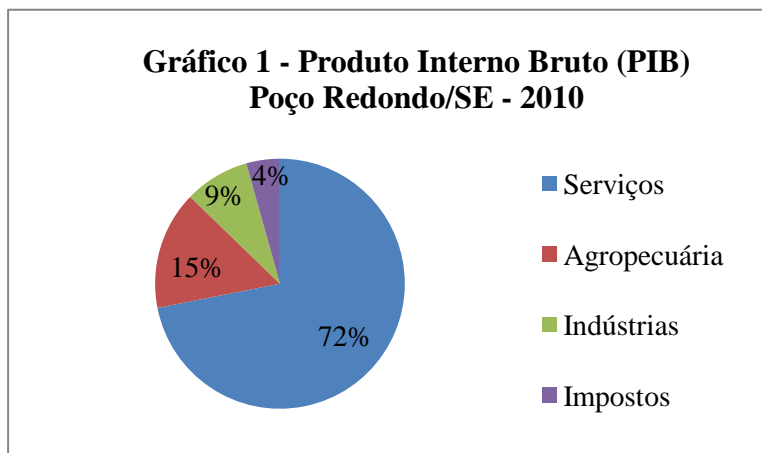


Figura: Mapa 3

Nesse contexto, a Enciclopédia dos Municípios do IBGE (1959) traça o perfil socioeconômico da população do município de Poço Redondo e descreve o homem poço redondense, como sendo pobre e que obtinha o sustento da sua numerosa família, através das pequenas criações bovinas de leite, equinos, asininos, muares, suínos, ovinos e caprinos, como também da agricultura de autoconsumo praticada, em suas ou em outras terras. Quando não possuía uma terra, o agricultor familiar arrendava para sobreviver e, às vezes, faziam pequenos negócios de caça e pesca nos dias de folga para complementar a renda principal, que era sempre insuficiente.

O agricultor familiar exercia a atividade agrícola para o autoconsumo e a sobra da sua produção era vendida em feiras livres do próprio município e circunvizinhos. As pequenas criações serviam de garantia para obter renda tanto pela venda do leite quanto dos animais. Assim sendo, as principais atividades econômicas desenvolvidas no município de Poço Redondo eram a agricultura e a pecuária. A pecuária era a principal fonte de trabalho e renda da maioria dos habitantes; e em segundo lugar, estava à agricultura. No ano de 2010, o setor

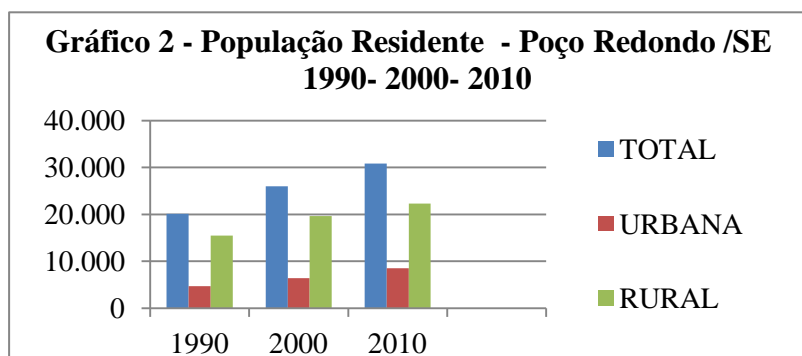
de serviços era o que mais se destacava na geração emprego e renda para a população do município de Poço Redondo. (Gráfico 1)



Fonte: IBGE - Censo demográfico, 2010.
Elaboração: ANDRADE, Mariana Barbosa 2017.

De acordo com os dados do Gráfico 1, no ano de 2010, o município de Poço Redondo apresentou uma mudança significativa em sua economia, pois o setor de serviços representa 72% da arrecadação do município, enquanto que no setor agropecuário esse número representa 15%. Já as indústrias, arrecadam 9% e, por último, os impostos 4%, obtidos, sobretudo, da área urbana, no que se refere ao IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Apesar do crescimento do PIB do município e de alguns investimentos no setor de serviços, não foram suficientes para gerar renda à população e promover o desenvolvimento socioeconômico do município nem o crescimento populacional. Embora a atividade agropecuária continue dominando a economia do município, a sua arrecadação é considerada pequena em virtude do elevado número de agricultores familiares que a desenvolve para a sua sobrevivência e não para gerar lucro.

De acordo com os dados coletados pelo censo demográfico 2010 do IBGE, Poço Redondo possuía uma população de 30.880 habitantes residentes em sua maioria na zona rural. A partir do Gráfico 2, é possível analisar o número de habitantes residentes no município, como também dividi-la em zona rural e zona urbana.



Fonte: IBGE - Censo demográfico, 1990 – 2010.
Elaboração: ANDRADE, Mariana Barbosa. 2017.

Ao analisar o ano de 2010, o número habitante da zona urbana correspondia a 8.538 habitantes, enquanto que na zona rural esse número correspondia 22.342 habitantes; e o total dos habitantes correspondia a uma população de 30.880 habitantes, ou seja, 72,36% da população residiam na zona rural, enquanto que 27,64% residiam na zona urbana. Comparando entre os anos de 1990, 2000 e 2010, percebe-se que durante vinte anos, a zona rural apresentou crescimentos significativos. Verifica-se que os dados mantiveram-se a frente da zona urbana; e a dominação da população da zona rural era ocasionada pelo crescente número de assentamentos rurais no município, por isso, eles são importantes para manter o dinamismo pecuário de Poço Redondo.

2.4.2. A composição da estrutura fundiária e a sua relação com o uso da terra

No estado de Sergipe, o padrão mínimo do módulo rural corresponde a 40 hectares; e o estabelecimento agropecuário de menos de 100 hectares pertence à agricultura familiar. Acima desse número, corresponde à agricultura patronal. Em Poço Redondo, a estrutura fundiária do município é marcada pelo grande número de agricultores de estabelecimentos agropecuários de área 31.845 hectares originados, principalmente pela política social de Reforma Agrária. (Tabela 5)

**TABELA 5 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO/SE
2006**

Grupos de área total	Nº de estab. Agropecuários com agricultura familiar (Unid.)	Nº de estab. Agropecuários com agricultura familiar (%)	Nº de estab. Agropecuários com agricultura não familiar (Unid.)	Nº de estab. Agropecuários com agricultura não familiar (%)	Área dos estab. Agropecuários com agricultura familiar (ha)	Área dos estab. Agropecuários com agricultura familiar (%)	Área dos estab. Agropecuários com agricultura não familiar (ha)	Área dos estab. Agropecuários com agricultura não familiar (%)
- de 2ha	370	9,99	5	3,54	394	0,58	7	0,03
2 a -5 ha	854	23,07	14	9,66	3.300	4,87	54	0,19
5 a -10 ha	555	14,99	7	4,83	3.822	5,65	49	0,17
10 a - 20 ha	526	14,21	16	11,03	7.904	11,68	222	0,78
20 a - 50 ha	1.197	32,33	31	21,38	31.845	47,02	985	3,44
50 a - 100 ha	137	3,70	23	15,86	9.303	13,74	1.798	6,29
100 ha a mais	63	1,70	49	33,79	11.124	16,43	25.495	89,11
Total	3.702	100,00	145	100,00	67.692	100,00	28.610	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Elaboração: ANDRADE, Mariana Barbosa. 2017.

A Tabela 5 demonstra que no ano de 2006 existiam 3.702 de unidades de estabelecimentos agropecuários que desenvolviam a agricultura familiar e 1.197 deles estão classificados no grupo de 20 a 50 hectares, representando 32,33% do total; enquanto que no grupo de 100 a mais hectares esse número diminuiu para 63 estabelecimentos, cerca de 1,70% do total. O domínio das unidades de estabelecimentos agropecuários familiares entre 20 a 50 hectares revela que o agricultor familiar possuía uma área de 31.845 hectares, o que é considerada pequena e limitada para desenvolver a agricultura diversificada; já a pecuária de ordenha era manual, o que dificultaria a expansão da sua produção de leite, ou seja, não era capaz de produzir em grande escala. Vemos que na agricultura não familiar do total de 145 unidades de estabelecimentos agropecuários, 49 deles pertenciam ao grupo de 100 a mais hectares, representando 33,79% do total. Nos estabelecimentos agropecuários não familiares, as unidades de 100 a mais hectares prevaleciam sobre as outras áreas de 25.495 hectares, que representavam 89% da área; e sua produção estava centrada na pecuária leiteira mecanizada com uma produção de volume maior de leite.

Ao relacionar a estrutura fundiária do ano de 2006 do município com os dados fornecidos pela Tabela 5, ambas do mesmo ano, é possível verificar que do total de 3.702 unidades de estabelecimentos de agricultura familiar, 2.548 possuía energia elétrica, o que corresponde a 68,82% dos estabelecimentos agropecuários familiares. Embora, do total de

145 de unidades de estabelecimentos não familiares, esse número correspondia a 77 e 53,10% do total. (Tabela 6)

**TABELA 6 - TECNOLOGIA E INSUMOS AGRÍCOLAS NOS
ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO MUNICÍPIO DE POÇO
REDONDO/ SE
2006**

Componentes tecnológicos	Números de estabelecimentos agropecuários	
	Agricultura familiar (Unidades)	Agricultura não familiar (Unidades)
Assistência técnica	349	27
Associado à cooperativa	-	-
Energia elétrica	2.548	77
Força de tração animal	1.956	83
Força de tração mecânica	1.676	72
Irrigação	182	14
Adubos e corretivos	376	35
Controle de pragas	104	11
Conservação de solo	2.307	74
Agrotóxicos	441	63
Arados	688	68
Grades e/ou enxadas rotativas	55	13
Roçadeiras	13	08
Semeadeiras e/ou plantadeiras	30	08
Colheitadeiras	-	02
Tratores	15	16
Pulverizadores e/ou atomizadores	07	01
Ceifadeiras (picadeira de forragens)	62	31
Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário	02	-

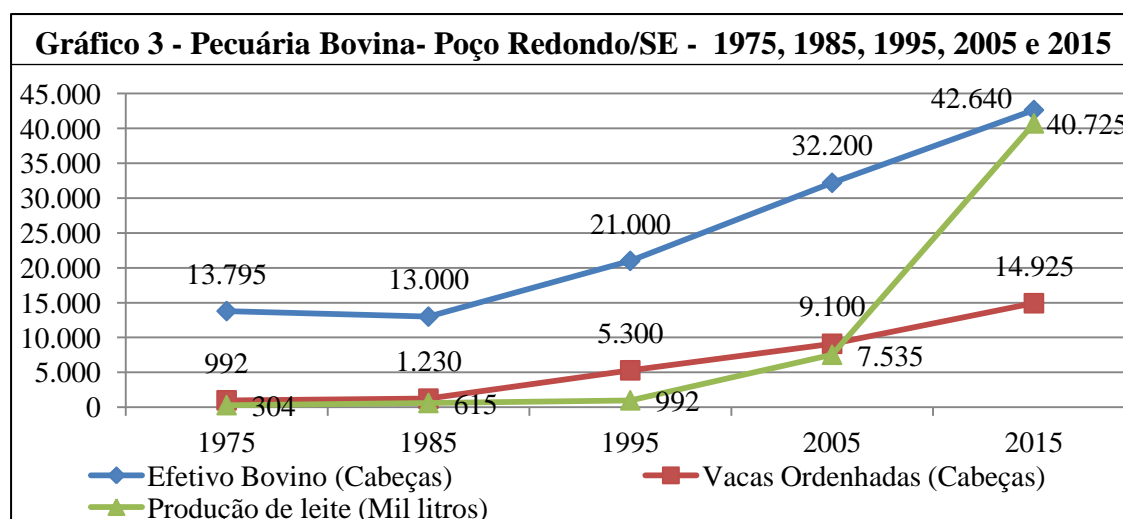
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Elaboração: ANDRADE, Mariana Barbosa. 2017.

A instalação da energia foi essencial para o fornecimento de máquinas e equipamentos que o pacote tecnológico do Estado propõe. A DEAGRO/EMDAGRO prestava assistência técnica em lotes que pertenciam a associações de agricultores familiares, com o objetivo de auxiliar na conservação do solo e na alimentação animal, as empresas elaboravam projetos de mecanização agrícola e melhoramento genético, e por último, incentivavam os agricultores a solicitarem financiamentos bancários através do PRONAF para a compra de materiais e instrumentos de trabalho. Por isso, dos 3.702 estabelecimentos agropecuários familiares, 2.307 unidade familiares, ou seja, 62,31 % dos estabelecimentos agropecuários familiares preocupavam com a conservação do solo e nos estabelecimentos agropecuários não familiares era de 51,03%. Comparando a força de tração animal com a mecânica nos estabelecimentos agropecuários familiares, percebe-se que a diferença entre ambas seria de apenas 280 unidades familiares a mais. Embora haja infraestrutura, a aplicação de tecnologia e insumos para o desenvolvimento da pecuária leiteira, a força de tração animal era dominante. Tal fato

apenas demonstra a transformação do instrumento de trabalho do agricultor familiar para aumentar a sua produção ao mercado.

A partir do ano de 1991, a EMDAGRO iniciou o trabalho em conjunto com os agricultores familiares sobre a prática da conservação de forragem a partir do cultivo do milho na forma de ensilagem e/ou de rolão. Essa ação provocou algumas mudanças, que ocasionaram substituições nos estabelecimentos agropecuários familiares no uso da tração animal pelo trator para o preparo do solo, que se complementava pela semeadeiras e/ou plantadeiras. Conforme mostra a Tabela 6 no ano de 2006, houve um crescimento no número de estabelecimentos agropecuários familiares que utilizavam a semeadeira e/ou plantadeira; e trator eram 30 e 15 respectivamente; enquanto que nos estabelecimentos agropecuários não familiares esses números eram de 08 e 16, respectivamente.

A atividade da pecuária leiteira é a mais importante do município de Poço Redondo. Isso se deve as condições climáticas favoráveis para o cultivo de forrageiras e a necessidade de pouca mão de obra, sobretudo nas áreas localizadas nas proximidades de Santa Rosa do Ermírio. Dessa maneira, o agricultor familiar passou a investir nesse tipo de atividade para o autoconsumo e gerar renda familiar, e por esse motivo, nos últimos anos houve um aumento significativo do efetivo bovino, vacas ordenhadas e produção de leite na área. (Gráfico 3)



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário.

Pesquisa Pecuária municipal, 1975, 1985, 1995, 2005 e 2015.

Elaboração: ANDRADE, Mariana Barbosa. 2017.

De acordo com o Gráfico 3, no ano de 1975, o número de efetivos bovinos/cabeça era de 13.795 cabeças, sendo que de vacas ordenhadas/cabeça eram de 992 cabeças. Dessa forma, a produção de leite correspondia a 304 mil litros e em 1985 o número de efetivos bovinos correspondiam a 13.000 cabeças. Dessas, 1.230 era de vacas ordenhadas e a produção de leite era de 615 mil litros, ou seja, embora o número de efetivos tenha sofrido uma redução de 795

cabeças e o de vacas tenha crescido em 238 cabeças, a produção de leite aumentou em 311 mil litros de leite. Se comparado com o ano de 1995, período que se iniciou os projetos estaduais de modernização agrícola e melhoramento genético do rebanho bovino, ao relacionar com ano de 2005, início do programa social PAA-Leite, percebe-se que o número de efetivos subiu de 21.000 cabeças para 32.200 cabeças, de vacas ordenhadas 5.300 cabeças para 9.100 cabeças e a produção de leite 992 mil litros para 7.535 mil litros. Pode-se dizer que, em dez anos, o município de Poço Redondo obteve um acréscimo no seu número de efetivo de 11.200 cabeças, 3.800 vacas ordenhadas e o volume da produção de leite em 6.543 mil litros.

No ano 2015, posterior ao programa, o número de efetivo bovino era de 42.640 cabeças, de vacas ordenhadas 14.925 cabeças e o volume da produção de leite eram de 40.725 mil litros. Mesmo com o encerramento do programa social, a produção de leite continuou em crescimento no ritmo acelerado, em virtude dos altos investimentos e materiais de médios e grandes proprietários de estabelecimentos agropecuários localizados, principalmente no povoado Santa Rosa do Ermírio. A escolha deve-se a fatores climáticos, pois é nesse povoado, onde concentra a maior ocorrência de chuvas de Poço Redondo. Quanto aos pequenos agricultores, esses começam a fornecer o seu leite para abastecerem aos grandes laticínios e as cooperativas localizadas no povoado Santa Rosa do Ermírio e fabriquetas.

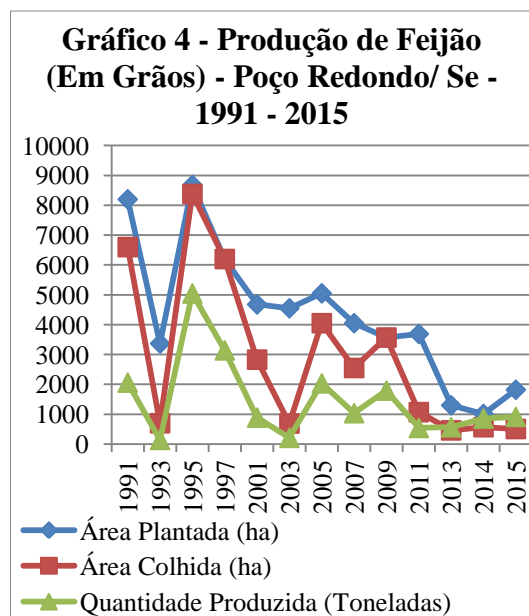
Considerado o povoado mais importante de Poço Redondo, Santa Rosa do Ermírio recebeu infraestrutura e investimentos do governo estadual para atender o agronegócio do leite e garantir a produtividade do leite, em épocas de estiagem. Nesse sentido, no ano de 2008, em um convênio estabelecido entre a DESO e a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) concluíram que a construção da adutora no povoado, o serviço de interligação entre a adutora do Alto Sertão com o objetivo de abastecer os povoados de Santa Rosa do Ermírio, além de outros povoados circunvizinhos: Serrote do Meio, Lagoa das Onças, Soares, Serra do Boi e Garrote. De acordo com o site Agência Sergipe de Notícia (ASN), a adutora possui uma extensão total de 19.914 metros, com um investimento de R\$ 4.269.959,28.

Além disso, para movimentar a economia do município e estimular a produção de leite do povoado desde 2009, Santa Rosa do Ermírio organiza anualmente a “Grande Festa Amigos do Leite”. Esse evento acontece durante três dias no mês de junho, com uma programação que inclui: exposição agropecuária e implementos; torneio leiteiro nacional; passeata dos tratores; feira de agronegócio e agricultura familiar; palestra sobre nutrição; plantio de palmas forrageiras adensadas; fertilidade, criação de bezerros, leilões de animais; vendas de máquinas agrícolas; premiações aos produtores com as vacas mais pesadas e volume maior de leite.

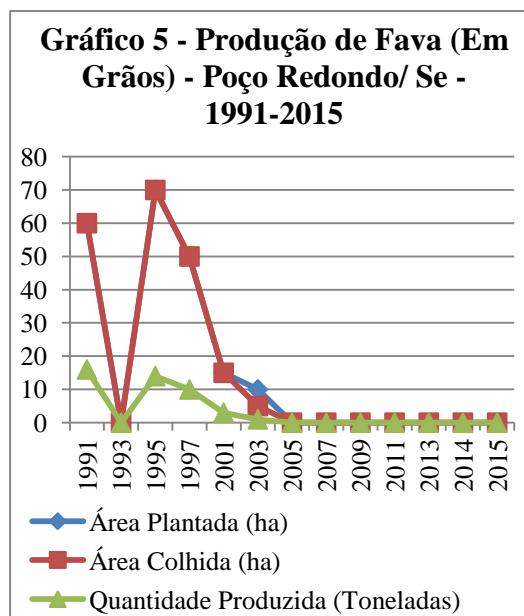
A iniciativa da festa é patrocinada por produtores donos de cooperativas do leite que fornecem aos laticínios como Betânia, Natville e Sabe. Este último, localizado no município de Muribeca, exerce uma forte influência no território do Alto Sertão. O evento ainda reúne mais de 60 produtores e 120 animais de municípios circunvizinhos e de outros estados. O povoado ocupa uma área territorial equivalente ao município de Monte Alegre de Sergipe, que possui menos de 10 mil habitantes com uma produção mais de 100 mil litros de leite por dia. O gado é selecionado por possuir alta produtividade, que é a principal fonte de renda de 90% das famílias residentes e abastece os grandes laticínios.

Além de o agronegócio do leite impulsionar a modernização agrícola e o aumento da produtividade do leite, no município de Poço Redondo houve uma grande evolução na pecuária leiteira, devido ao melhoramento genético do rebanho bovino, a cultivo de palma forrageira e o uso de máquinas. Essas interferências aperfeiçoaram a produção. Ou seja, um dos meios utilizado pelo capital para transformar o território e subordinar à produção do agricultor familiar as agroindústrias. Logo, a influência do capital na agricultura acelera processo de transformações nas relações de trabalho caracterizadas pela mão de obra barata, monocultura e produção em grande escala voltada para o mercado. Isso reflete no desinteresse dos agricultores em cultivar produtos tradicionais como, fava, feijão, mandioca.

Embora os estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares sejam equipados com tecnologias agrícolas, ainda não são considerados locais suficientes para aumentar a produção dos cultivos tradicionais. Conforme demonstra os Gráficos 4 e 5, o município de Poço Redondo houve uma diminuição significativa dos principais cultivos como feijão e fava. Por não ser lucrativo, o cultivo da fava não era praticado desde 2003; e o de feijão tem sofrido com o longo período de estiagem. Devido às perdas de produção e o baixo retorno financeiro. Logo, não há interesse de agricultores familiares de cultivarem tal alimento.



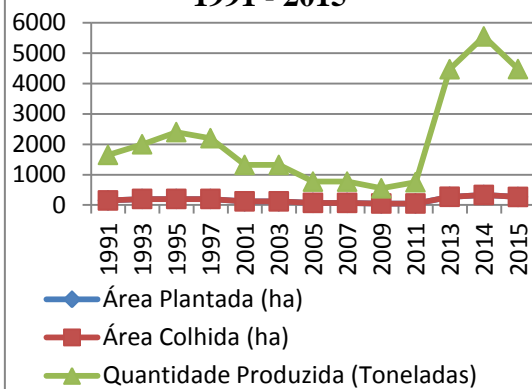
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 1991 -2015.
 Elaboração: ANDRADE, M. B. 2017.



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 1991 -2015.
 Elaboração: ANDRADE, M. B. 2017.

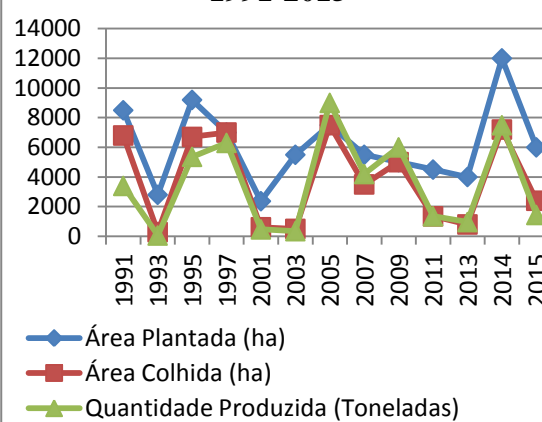
Entretanto, o Gráfico 6 mostra que a mandioca obteve um aumento na quantidade produzida entre os anos 2011 a 2014. Isso se deve, principalmente, ao aumento do consumo do produto da mandioca, dentre eles, a tapioca. Observa-se que a mandioca do município é proveniente de outros estados e municípios. Embora, grande parte desse produto serviria para abastecer a casa de farinha localizada no povoado de Sítios Novos. A implantação de Casa de Farinhas de Beneficiamento da Mandioca em Assentamentos da Reforma Agrária em Sergipe foi inaugurada no ano de 2008 pelo Centro Comunitário de Formação em Agropecuário Dom Jose Brandão de Castro. Essa entidade, foi financiada via MDA e INCRA, atualmente encontra-se fechada desde outubro de 2012, com os equipamentos retirados do local. Em outra posição, o Gráfico 7 demonstra o crescimento do cultivo do milho entre os anos de 2013 e 2014. O aumento da produção de milho na área deve-se ao alto valor do preço do produto no mercado nacional. O milho é utilizado na forma de silagem e/ou de rolão para a alimentação animal. Porém, os agricultores familiares cultivam esse produto para abastecerem o seu rebanho bovino e em outras situações, eles vendem.

Gráfico 6 - Produção de Mandioca (Em Toneladas) - Poço Redondo/Se - 1991 - 2015



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 1991 -2015.
Elaboração: ANDRADE, M. B. 2017.

Gráfico 7 - Produção de Milho (Em Grãos) - Poço Redondo/ Se - 1991-2015



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 1991 -2015.
Elaboração: ANDRADE, M. B. 2017.

Em virtude do longo período de estiagem e para dar continuidade à produção de leite, no ano de 2014, o Governo do Estado de Sergipe, em parceria com o governo federal, inicia em todo o semiárido sergipano o Programa de Aquisição de material Forragem para o Consumo Animal com Logística de Distribuição para os Municípios em Situação de Emergência, sendo distribuídas toneladas de rolão de milho a agricultores familiares com a DAP, que é regularizada, com o atendimento para no máximo dez cabeças de gado devidamente vacinadas contra a febre aftosa. Esse total era selecionado pela EMDAGRO e, dessa forma, autorizado para serem entregues pelas prefeituras. Para a seleção, a EMDAGRO seguiu critérios definidos pelo governo federal. No ano de 2015, a redução do cultivo da mandioca e milho, ambos os produtos, foram resultados da estiagem que ocorreu em todo o estado de Sergipe. O Governo do Estado de Sergipe continuou com o programa até maio de 2016, no entanto, alegou que não tinha como mantê-lo devido a diminuição dos recursos do MDA.

Outro ponto relevante diz respeito à diminuição da área plantada colhida e a quantidade produzida dos cultivos do feijão e da fava. Esta é relacionada à interferência dos perímetros irrigados onde é instalado um sistema de irrigação por aspersão convencional para o cultivo de frutas e hortaliças. No Assentamento Jacaré Curituba, localizado entre os municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco a COOPRASE (Cooperativa Regional dos Assentados da Reforma Agrária do Sertão de Sergipe), é caracterizada por pertencer a maior produção agrícola do município. O perímetro irrigado Jacaré Curituba funciona desde 1997. Além disso, o projeto foi um dos contemplados com recursos do programa federal Mais Irrigação, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional e

executado pela CODEVASF. Na localidade, os principais produtos cultivados são: quiabo, macaxeira, milho, frutas e hortaliças.

Nesse contexto, observa-se que a pecuária leiteira constitui uma estratégia de sobrevivência adotada diante das frequentes estiagens e perdas da produção agrícola no território do Alto Sertão. No município de Poço Redondo, os agricultores familiares foram incentivados pelo estado, através de políticas de modernização agrícola e melhoramento genético com inseminação artificial de rebanho bovino e programas sociais para aumentarem a produção de leite da área. Por isso, foram elaboradas estratégias voltadas como a prestação de assistência técnica, a bovinocultura, modernização de locais de ordenhas, alimentação do gado e a inserção do agricultor familiar em projetos e programas sociais. A atuação da política de Segurança Alimentar Nutricional ativou o processo de modernização agrícola e possibilitou a construção do Laticínio União localizado no Assentamento da Barra da Onça.

CAPÍTULO 3: ASSENTAMENTO BARRA DA ONÇA: UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS, CONQUISTAS E DECEPÇÕES COM O LATICÍNIO UNIÃO.

3. Introdução

O assentamento Barra da Onça foi criado na área de imóvel rural Fazenda Riacho do Capim e Bom Sucesso. Trata-se de uma propriedade, desapropriada para fins de Reforma Agrária através do Decreto nº 92.840 de 26 de junho de 1986 e em 19 de agosto de 1986, na qual emitiu a posse aos agricultores sem terras acampados.

As duas fazendas estavam localizadas em uma área de elevado número de agricultores sem terra. Segundo relatam Lavres Filho (2000) e Lopes (1988), no total de dezesseis agricultores, residentes do município de Poço Redondo, também eram trabalhadores do local. A notícia de que os proprietários da fazenda reivindicavam na justiça a posse da terra, os trabalhadores resolveram ocupar a fazenda em 23 de setembro de 1985. Porém, posteriormente, eles foram expulsos por determinação judicial.

Em novembro de 1985, um acontecimento envolveu um grupo de agricultores dos municípios de: Poço Redondo, Porto da Folha e Nossa Senhora da Glória, organizaram-se ocupar a fazenda, que foi tomada por decisão judicial. Esse movimento recebeu o apoio da igreja católica, integrada com a CPT e da Diocese de Propriá; CUT (Central Única dos Trabalhadores), Sindicato de Trabalhadores Rurais dos três municípios envolvidos dentre outros.

Na tentativa de resolver esse conflito de interesses entre agricultores e proprietários da fazenda, os técnicos da Divisão Estadual Técnica do INCRA foram convocados como intermediadores de ambas as partes. Inicialmente, o INCRA cadastrou 219 famílias, sendo que dessas, 156 foram pré-selecionadas, caso houvesse alguma desistência. Todavia, apenas 211 famílias ocuparam os lotes, no total de 30 hectares demarcados e divididos em Gleba, da seguinte forma: Gleba 01 - Poço Redondo; Gleba 02 – Nossa Senhora da Glória; e Gleba 03 – Porto da Folha. Dessa forma, cada Gleba tinha associações responsáveis por organizarem as ações dos assentados e arrecadarem recursos financeiros.

Quanto às ações de infraestrutura, essas foram iniciadas a partir do relatório de diagnóstico elaborado pelo INCRA, através do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento); e para os assentados modernizarem seus lotes. Para tal, era preciso comprar animais e materiais agropecuários, os quais foram disponibilizados pelo incentivo ao crédito

rural via PROCERA e a EMATER/EMDAGRO, que era a entidade governamental responsável pela assistência técnica dos lotes. Essas instituições elaboravam projetos de modernização agrícola, com envios de relatórios autorizando a liberação do crédito.

No assentamento da Barra da Onça, a primeira tecnologia aplicada nesse lugar foi a forragem, desenvolvida pela EMDAGRO. Inicialmente, os técnicos incentivavam o agricultor com o convívio da seca; depois, a ensilagem do milho. Foram colocados em 50% dos lotes de forragens variedades resistentes ao semiárido e melhoramento genético com aplicação de inseminação artificial nos rebanhos bovinos.

Esse programa de inseminação artificial trouxe benefícios ao assentamento, como o aumento da produção leiteira e a venda de produtos nas fabriquetas. Foi a partir desse momento que os assentados mobilizaram as associações para tornarem independentes das fabriquetas e do laticínio Parmalat. Com o apoio do INCRA, a associação APPRBO alojava-se um pequeno prédio, que se transformou em uma miniusina de leite. Todas as iniciativas de melhorias no assentamento integravam os projetos elaborados pela EMDAGRO, adquiridos através de recursos PRONAF, PRONESE e MAPA (doação) via associação.

A construção e o funcionamento do Laticínio União iniciaram-se no ano de 2001. Porém, o encerramento de suas atividades ocorreu precocemente, dez anos mais tarde. Como não houve o incentivo aos programas sociais governamentais - Pró-Leite, PAA-Leite e PNAE-, o fechamento do laticínio era inevitável. Dessa forma, muitos assentados foram obrigados a abandonarem seus lotes ou buscarem novas alternativas para permanecerem produzindo, o que acarretou uma situação de miserabilidade.

Para compreender a trajetória de lutas, conquistas e decepções dos assentados com o Laticínio União, bem como as alternativas encontradas por eles após o fechamento do laticínio, esse capítulo foi estruturado da seguinte forma: 3.1. Barra da Onça e sua história de luta; 3.2. Os caminhos e descaminhos percorridos pelos assentados para produzir leite; 3.3. Da miniusina ao Laticínio União e 3.4. As novas territorialidades construídas após o fechamento do Laticínio União.

3.1. Barra da Onça: uma história de luta pela terra

O Assentamento Barra da Onça está localizado no município de Poço Redondo. Distante 2 km da sede municipal e 187 km da capital Aracaju, o local compreende uma área de extensão territorial de 6.266 hectares. Limita-se ao Norte com o Assentamento Lagoa da

Areia e o Assentamento São José do Nazaré, e ao Sul com o Assentamento da Queimada Grande. (Mapa 4).

Localização do Assentamento Barra da Onça 2017

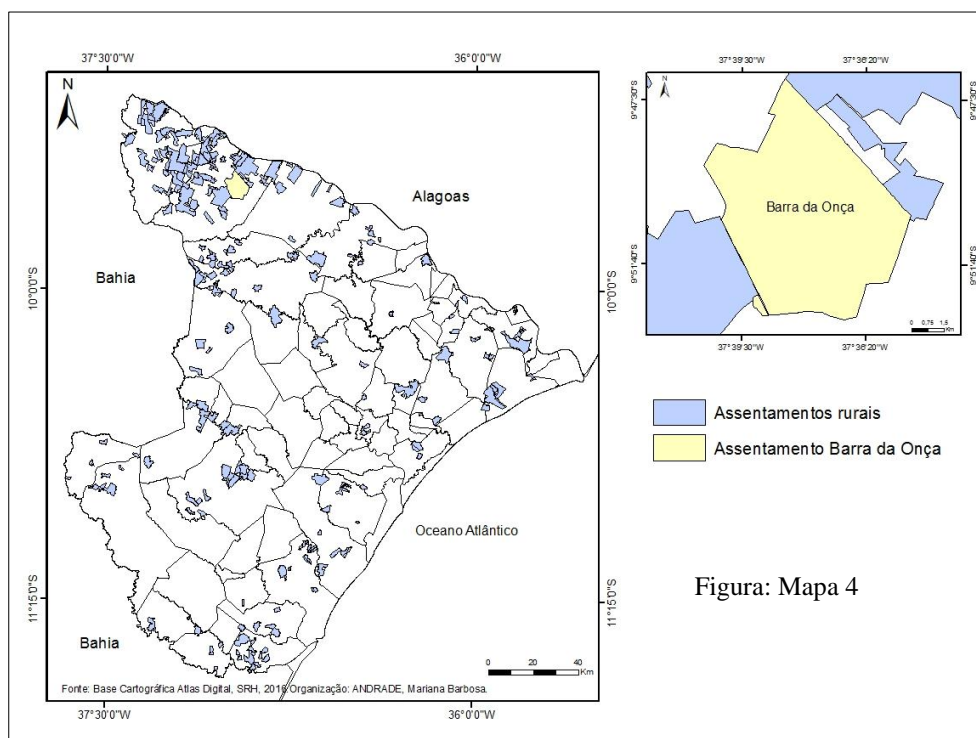


Figura: Mapa 4

De acordo com INCRA, a criação de um assentamento é feita através da publicação de uma portaria, onde deverão constar as seguintes informações, como: os dados do imóvel rural; a capacidade estimada de famílias; o nome do projeto de assentamento. A partir da elaboração do diagnóstico da área, ou seja, o PDA, os próximos passos serão executados pelos seus próprios técnicos. Após a coleta dos dados, os assentamentos serão divididos em dois grandes grupos representados por diferentes modalidades, sigla e características. O primeiro Grupo é o de Modalidades de Projetos criados pelo INCRA; e o segundo, de Modalidades de áreas reconhecidas pelo INCRA.

Ao referir à Modalidade de Projeto, os técnicos do INCRA elaboram um projeto de infraestrutura integrado ao mercado e comercialização dos assentados e a atuação de órgãos públicos para a sua execução. Nesse sentido, o Projeto Assentamento Barra da Onça, formado em 27 de junho de 1986, obtém-se a terra sob a forma de desapropriação e junção das antigas fazendas conhecidas como, Bom Sucesso e Riacho do Capim. Ambas, pertencentes ao latifundiário Antônio Leite. A esse respeito, Lavres Filho (2000, p.40) escreve:

Essas duas fazendas passaram a constituir-se em um só imóvel, ficando conhecido por Barra da Onça. Posteriormente em 1961, o Sr. Antônio Leite comprou 500 tarefas da mesma fazenda Bom Sucesso ao Sr. Edgar Menezes e sua mulher, anexando-as à Fazenda Barra da Onça. Com a morte do Sr. Antônio Leite, os herdeiros retiraram todo o gado ficando praticamente as terras abandonadas.

Todo o processo para desocupar esse latifúndio de exploração da pecuária, considerado improdutivo, permaneceu aproximadamente durante um ano. Nesse tempo, o governo federal, através da União, reconheceu a desapropriação da propriedade para fins de Reforma Agrária. Nas palavras de Lopes (1988, p.19), “em 1985 essa propriedade foi alvo de ocupação por parte de trabalhadores rurais sem terra de Poço Redondo e de municípios vizinhos mobilizados pela Diocese de Propriá e dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e de Poço Redondo”. Esses três grupos e a igreja envolveram-se ativamente na luta pela desocupação da terra, o que tornou o Assentamento da Barra da Onça o primeiro do território do Alto Sertão e o segundo do estado de Sergipe. Vale ressaltar que o primeiro assentamento do Estado foi formado em 1982, que é o Santana dos Frades, localizado no município de Pacatuba.

Esses grupos apresentavam divergência, embora tivesse o mesmo ideal de desocupar a terra, sobretudo quanto à divisão dos lotes. Tais conflitos internos contribuíram para acirrar a rivalidade entre os assentados. Quanto à divisão dos lotes e a localização da área, foram resolvidas, a partir do momento em que o grupo de Poço Redondo iniciou a demarcação da área; já os de Porto da Folha e de Nossa Senhora da Glória, as áreas foram demarcadas pelos técnicos do INCRA, juntamente com os principais representantes dos grupos e dos respectivos sindicatos.

Para assegurar uma distribuição com justiça da propriedade para as 211 famílias do assentamento, os técnicos os lotearam, recebendo de cada membro 30 hectares. Os 211 lotes eram ocupados pelos grupos de trabalhadores rurais dos seguintes municípios: Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Poço Redondo, sendo que 04 destinavam à construção de infraestrutura nas áreas comunitárias, formando um número total de 215. De acordo com Lavres Filhos (2000, p.46), verifica-se que os lotes organizavam-se da seguinte forma:

A área da fazenda ficou distribuída em três glebas, ficando a de nº 1 com 54 famílias de Poço Redondo, distribuídas em 56 lotes rurais, sendo que 02 lotes foram destinados para áreas comunitárias, perfazendo um total de 1.602 ha. A gleba nº 2, com 61 famílias de Nossa Senhora da Glória, distribuídas em 63 lotes rurais sendo que 02 reservados para área comunitária, com um total de 1.869,90 ha e a gleba nº 3 para as 96 famílias de Porto da Folha em

uma área de 2.742,51 ha, ficando 01 para área comunitária e 03 desmembrados para a construção de um poço da COHIDRO, uma escola e uma caixa d'água do DESO. Assim, são 215 lotes, sendo 211 rurais individualmente com área de 30 ha e os 04 lotes destinados à construção de infraestrutura nas áreas comunitárias.

Nesse sentido, os grupos reservaram áreas para as seguintes finalidades: a primeira delas, para o desenvolvimento da agricultura comunitária; a segunda, para a construção de equipamentos sociais referentes à infraestrutura do assentamento. No que se refere à exploração dos lotes, pode-se dizer que era realizada de forma mista e individualizada, ou seja, na parcela do assentado, do uso comum da área comunitária administrada pela associação de cada grupo. Segundo o autor, os instrumentos e a mão de obra utilizada eram em parceria com algumas famílias de cada grupo, os quais se dividiam em mutirão para serviços de infraestrutura do assentamento. A participação, nesse projeto, envolvia cerca de 06 associações dos assentados de cada grupo, considerados os conciliadores dos trabalhadores rurais. A captação de recursos financeiros na compra de pacotes tecnológicos pelas entidades, governamentais ou não, cabiam às associações, uma vez que o objetivo da criação do assentamento era que o assentado produzisse o produto, pois não era permitido a ele comercializar e nem terceirizar o lote.

A organização desse sistema de uso coletivo da terra tinha por objetivo integrar os agricultores de um mesmo tipo de cultivo e criações de animais nas áreas comunitárias. No entanto, esse sistema coletivo não obteve a aceitação do grupo de Nossa Senhora da Glória, pois os assentados exerciam atividades nos seus lotes e não se disponibilizavam de tempo para dedicarem-se ao cultivo da área comunitária. Já os outros grupos, dos municípios de Poço Redondo e Porto da Folha, prosseguiram suas atividades de forma coletivas. Entretanto, a individualidade foi aflorando, o que comprometeu as atividades em todo Projeto Assentamento Barra da Onça. (LAVRES FILHO, 2000)

Posteriormente, as divergências políticas entre o assentado e as lideranças do MST e do INCRA começaram a comprometer todo o trabalho construído de maneira coletiva pelos agricultores, entidades religiosas, movimentos sociais e organizações não governamentais. Além disso, tais divergências afetaram à prática e o uso da área comunitária administrada pela as associações dos grupos.

Os autores Anjos, Almeida e Curado (2008, p.206) ressaltam a existência de uma Reserva Legal no assentamento Barra da Onça “[...] inserida em 20% da área total dos lotes rurais sem, todavia, constar nos mapas. Essa forma de Reserva Legal de domínio particular é adotada nas propriedades rurais privadas”. A presença da reserva era uma forma de

preservação do bioma da caatinga, inserido no projeto inicial elaborado pelos técnicos do INCRA. Cada lote entregue aos assentados tinha uma pequena área de reserva de caatinga que deveria ser preservada pelas famílias.

Apesar das constantes divergências entre os assentados e as lideranças que os auxiliaram na desocupação da fazenda, a História de luta do Assentamento da Barra da Onça foi considerada uma referência para a formação de outros assentamentos no município de Poço Redondo e de outros circunvizinhos.

3.2. A trajetória percorrida pelos assentados para produzir leite no assentamento Barra da Onça

As divergências entre os assentados influenciaram todas as atividades agrícolas praticadas de forma coletiva no Assentamento Barra da Onça. Após dois anos, a formação do assentamento foi definitivamente interrompida. Algumas situações adversas afetaram as produções agrícolas no assentamento, como: as instabilidades climáticas dos plantios anuais de milho e feijão, a praga dos bicudos do cultivo algodão e as constantes oscilações dos preços de alimentos. Fatores que tornaram a atividade agrícola precária e inviável. Por esse motivo, muitos assentados abandonaram os cultivos, dedicando-se as plantações de palma e capim, como forma de alimentarem as criações de gado bovino. Segundo relata Lopes (1988, p.20),

Tem-se assim, a ocorrência de um processo que parece apontar para um interesse maior dos assentados em priorizar a criação de animais de grande porte (bovinos) como a atividade econômica mais importante a ser desenvolvida no Projeto, deslocando para segundo plano a produção tradicional feijão, milho e algodão.

De acordo com o autor, o crescimento do cultivo da palma forrageira e da criação bovina fizeram com que os assentados investissem na pecuária leiteira, adquirindo insumos para a produção, alguns equipamentos, como o carro de boi. A força de tração animal servia para a prática da aração da terra, transporte de sementes, instrumento de trabalho, água dentre outros. Esses investimentos aumentaram a produção, o que melhorou a qualidade de vida do assentado. O primeiro programa de crédito concedido ao assentado foi o PROCERA vinculado ao INCRA, que, era composta por uma comissão formada pelo INCRA, EMDAGRO, BNB, FETASE, na condição de aprovar ou não a liberação de créditos.

Constata-se que os primeiros anos de assentamento havia problemas financeiros, além de assistência técnica deficiente para desenvolver as seguintes situações, a saber: agricultura de autoconsumo; precariedade das escolas; ausência de posto de saúde; abastecimento adequado de água; construções de estradas; enfim, condições mínimas necessárias para a sobrevivência. Segundo relata Lavres Filho (2000), os assentados passaram por dificuldades financeiras, o que ocasionou desestímulos em desenvolver a atividade agrícola e o incentivo das assistências técnicas EMATER/EMDAGRO, gerenciadas pelo Governo do Estado de Sergipe, tornaram-se insuficientes para atender a todos os assentados. Logo, muitos assentados desistiram dos recursos aplicados pelo programa e houve àqueles que transferiram para o INCRA a concessão do uso do lote, no valor aproximado entre R\$ 14.000,00 a R\$ 20.000,00, enquanto que o comprador assumiria as dívidas bancárias.

Esse impacto socioeconômico causado pela política de concessão de créditos rurais tornou o agricultor em um ‘depositante de dinheiro’. Esse termo significava que o assentado precisaria quitar imediatamente sua dívida bancária. Seguindo essa lógica, os bens adquiridos, antes do pacote tecnológico, são considerados por eles como os verdadeiros; os outros, são pertencentes ao banco. No entanto, pressionados pelos bancos, os assentados utilizavam de seus bens materiais, para quitarem suas dívidas ou como complemento de suas rendas, eles retiravam a madeira da caatinga para vender a terceiros, os seguintes produtos: lenha, estaca e carvão.

As políticas assistenciais de combate pobreza rurais sustentadas pelas instituições utilizavam as Associações, para que o agricultor familiar adquirisse tecnologia de produção inseridos em projetos e programas de políticas de desenvolvimento rural, e assim torná-lo dependente. Para Lopes (1988, p.26), esses pacotes econômicos provocaram no Assentamento da Barra da Onça, sobretudo,

[...] a incerteza entre os assentados quanto à possibilidade de se tornarem realmente donos desse patrimônio formado por animais, equipamentos, ferramentas, etc. uma vez que ainda não começaram a pagar a parcela do crédito do PROCERA, muito menos tem ideia de quanto está hoje o valor da sua dívida com o Banco que repassou o referido crédito.

Nesse contexto, ao analisar a situação vivenciada pelo assentado da Barra da Onça nos dois primeiros anos da formação, Lopes (1988) relata a forte influência do INCRA com as seguintes entidades governamentais: a EMATER/EMDAGRO e PRONESE; o extinto programa de crédito, PROCERA, representou a instituição financeira; e entidades não governamentais, como a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional)

e da CEBEMO ou Tito Alencar. Esta última é uma entidade holandesa de cooperação internacional ligada à Igreja, as quais auxiliavam os assentados no desenvolvimento de comunidades.

A FASE apoiou diversos movimentos sociais que buscavam reforçar o desenvolvimento comunitário. Na Barra da Onça, a instituição de ensino superior atuava em parceria com o MST para expandir as ideias de socialização entre os assentados. A Organização Não Governamental, CEBEMO (ou Tito Alencar), tinha o objetivo de destinar recursos para o desenvolvimento de projetos relacionados à infraestrutura e aperfeiçoamento do Centro de Formação Agrícola Dom José Brandão de Castro (CEFAC), juntamente com o MST e associações comunitárias, a entidade fornecia estrutura e material para o funcionamento das atividades agropecuárias do município. Para o Assentamento da Barra da Onça, a Tito Alencar financiou a compra de materiais para a obra de drenagem e eletrificação.

A PRONESE trabalhou em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário e Pesca para implantação de programas e ações voltadas ao desenvolvimento territorial rural. A empresa era financiada com recursos provenientes do Banco Mundial, aliada a política pública de combate pobreza rural. De acordo com os dados fornecidos pela PRONESE, a atuação no assentamento Barra da Onça envolvia projetos financiados em parceria com o sistema de abastecimento de água para 02 associações no ano de 1994, beneficiando no total de 100 famílias. Entre os anos de 1998 e 1999, financiou a compra de tratores para 03 associações e 175 famílias. No ano de 2000, foi responsável pela compra de equipamentos para captação de energia elétrica para 05 associações e 152 famílias do Assentamento da Barra da Onça. Os tratores eram utilizados na moagem da palha para a silagem do milho, servindo de alimentos para o gado (Figura 2).



Figura 2: Utilização de tratores na moagem da palha para a silagem do milho

Fonte: Arquivo pessoal de Eliano Sergio Azevedo Lopes. Ano 2008

Desde a formação do assentamento Barra da Onça, as instituições são responsáveis para a liberação de recursos financeiros destinados a modernização da atividade agropecuária, aquisição de equipamentos e materiais, compra de rebanhos bovinos, construção de moradia dentre outros. A EMDAGRO era a entidade governamental intermediária das ações, que prestava assistência técnica a todos os lotes, verificava as “necessidades” de cada assentado e enviava o relatório para a liberação do crédito via antes o PROCERA, e depois PRONAF. Essa participação das instituições colaborou para o planejamento e execução de ações de melhoria na infraestrutura e de recursos financeiros para a aquisição de instrumentos e materiais de uso individual ou coletivo.

A pecuária leiteira praticada pelo assentado constituía uma estratégia de sobrevivência adotada diante das frequentes estiagens e perdas da produção do assentado. Para Lavres Filho (2000), o fato de o assentamento estar localizado em uma área de clima semiárido, de solos salinizados, de baixa e média fertilidade, são algumas características da localidade que dificultavam o desenvolvimento dos cultivos, principalmente do milho e feijão. Outro ponto destacado pelo autor são os danos ambientais causados à caatinga da Reserva Legal, que poderia ocasionar a extinção espécies, como a árvore Catingueira (*Caesalpinia Pyramidalis* Tul) (Figura 3); e algumas espécies de plantas, emergencialmente, usadas para a forragem como, a macambira e o mandacaru (Figura 4). Ambas reduzem a fertilidade do solo.



Figura 3: Árvore Catingueira
Fonte: Visita de campo ano de 2012



Figura 4: Mandacaru
Fonte: Visita de campo ano de 2012

Com a intensidade da pecuária leiteira e sem a implantação de uma infraestrutura necessária e suficiente para manutenção do rebanho bovino, a prática da queimada era uma forma barata e normal, após a colheita do plantio do capim Buffel (*Cenchrus Ciliaris*). A forma de rotação de pastagem danifica o bioma, o que ocasiona a perda de nutrientes do solo.

No período chuvoso, o gado alimentava-se com o capim Buffel (*Cenchrus Ciliaris*). Para os assentados, era recomendada a técnica agrícola imposta pela EMDAGRO, no

incentivo ao cultivo de feijão e milho (Figura 5) em forma de consorciação. Dessa forma, o feijão seria utilizado na alimentação da família do assentado, enquanto que o restante dos grãos eram vendidos em feiras livres; já o milho era utilizado para alimentação do gado. Essa era uma prática agrícola ainda muito utilizada conhecida como ensilagem, ou seja, o método de guardar e depois, conservar a forragem de silos de milho.

A ensilagem e o rolão eram usados no período seco para a alimentação do gado e substituíam o capim. O armazém (Figura 6) do assentamento da Barra da Onça era utilizado para a estocagem da ensilagem e do rolão; e o presidente da associação APPRBO era o responsável pela segurança e armazenamento do produto. A construção do armazém de estocagem era para suprir as necessidades de todos os associados para torná-los independentes das rações industrializadas.

Com a escassez da água, a palma forrageira foi a alternativa adaptada ao assentado para enfrentar o clima semiárido, alimentar o gado e produzir leite. Atualmente, a palma (Figura 7) é a única alternativa para alimentar o rebanho, sendo preparada no próprio lote. Essa é uma prática utilizada pela maioria dos assentados (Figura 8).



Figura 5: Consorciação de milho e feijão
Fonte: Arquivo pessoal de Eliano Sérgio Azevedo Lopes. Ano 2008



Figura 6: Armazém para a estocagem de ensilagem de milho e do rolão
Fonte: Visita de campo ano 2012



Figura 7: Plantação de palma
Fonte: Visita de campo ano 2012



Figura 8: Preparação da palma
Fonte: Visita de campo ano 2016

Quanto ao serviço de infraestrutura básica almejada pelos assentados e proposta no PDA, que recebia recursos para o projeto e financiamento da União via INCRA, constatou-se que muitos serviços previstos não foram realizados no assentamento, como o serviço de terraplanagem e a construção do posto de saúde; e dos 65 km previstos de estrada, somente foram construídas 35 km. (LAVRES FILHO, 2000).

Verifica-se que os únicos serviços que foram realizados no local foram às construções de casa de alvenaria para os assentados, àqueles com as dívidas quitadas junto ao INCRA e/ou em fase de emancipação, ou seja, os que receberam a escritura do lote. Outros como, infraestruturas nos riachos temporários conhecidos como Cururu e Capim, córregos, barragem com capacidade de 15.000m³ de água, todas essas construções foram projetadas pela COHIDRO. Em relação à implantação desse projeto no Assentamento da Barra da Onça, Anjos, Almeida e Curado (2008, p.208-209) os autores lembram que,

Há também na Barra da Onça uma fonte natural, de pequena vazão, às margens do riacho Cururu, no Grupo/Gleba 02. Há também uma barragem de alvenaria com capacidade para 15.000m³, no riacho Cururu, de pouco aproveitamento, devido ao assoreamento de sua bacia. Outra adutora foi construída com recursos da Unidade de Administração do Projeto Nordeste em Sergipe (PRONESE), através da Companhia de Saneamento: de Sergipe (Deso) e de recursos oriundos de uma entidade filantrópica estrangeira, a Cáritas. Essa adutora tem capacidade para 7.000m³ e quatro chafarizes, que atende ao Grupo/Gleba 03 e a maioria dos assentados do Grupo/Gleba 01.

Segundo os assentados, a barragem da Barra da Onça apresenta problemas de vazamento na sua estrutura. As alegações verificam que se os problemas de engenharia já tivessem sido executados, de acordo com o projeto, possibilitaria a criação de peixes. No entanto, a barragem construída no município não retém a água. A primeira cisterna da Barra da Onça foi instalada durante o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, totalizando um milhão de cisternas rurais obtidos com recursos oriundos da ASA (Aplicação no Semiárido Brasileiro) e do MDS, todas instaladas pela CODEVASF.

Os técnicos agrícolas da prefeitura acompanhavam a equipe de engenharia da CODEVASF nas visitas aos lotes, faziam reuniões com os assentados beneficiados e orientavam qual seria o local ideal para colocar a cisterna. Quanto ao trabalho da COHIDRO na perfuração de 10 poços na Barra da Onça, foram inviáveis, tendo em vista que o solo é salinizado e água retirada deles concentra uma grande quantidade de sal, ou seja, são impróprios para o consumo humano e animal. Como o fornecimento de água é de

responsabilidade da DESO e o seu custo é muito alto para os assentados, eles optavam pelo caminhão pipa para abastecer seus lotes. A construção de pequenos açudes nos lotes é uma alternativa para dessedentar o gado. Os açudes da Barra da Onça passaram anos sem secar, e devido ao longo período de estiagem, atualmente a maioria deles viraram lama.

3.2.1. Os primeiros passos para a construção da miniusina de leite

Diante dos diversos problemas de abastecimento de água e de obras que não supriram as necessidades de todos os assentados, umas das associações conhecida como APPRBO solicitou empréstimo através do PRONAF e INCRA para a construção de um açude com capacidade de armazenar 10 milhões de litros, instalado na comunidade do Grupo Nossa Senhora da Glória, onde estava localizada a unidade de beneficiamento de leite de cabra para fabricação de queijo. (LAVRES FILHO, 2000).

Segundo Souto (1998), no ano de 1996, o projeto Pró-Sertão investiu nessa unidade de beneficiamento de leite de cabra. Entretanto, não houve um planejamento adequado ao mercado e perfil do consumidor. As etapas de controle de higienização e de qualidade, certificação e comercialização dos produtos, sobretudo para consumidores de classe média alta, moradores do município de Aracaju, seriam de responsabilidade dos órgãos, S.I.F. e S.I.E. Todavia, um dos desafios encontrados para o desenvolvimento da atividade de caprinocultura estaria no convencimento dos próprios assentados a cultivar essa espécie animal e, com isso, reduzir o número de propriedades destinadas a criação de bovinos na região. O espaço atual é utilizado como escritório da APPRBO. (Figura 9)



Figura 9: Mini-usina
Fonte: Visita de campo ano de 2012.

Esses benefícios eram direcionados para todos os assentados associados no Assentamento e à APPRBO era a que se destacava nas atividades pecuárias com o gado bovino, ovinos, caprinos e suínos. A escolha pela criação bovina deve-se ao alto valor de

mercado. Percebe-se que, quando o assentado não possuía gado bovino, (Figura 10), comprava caprinos (Figura 11) e ovinos para suprirem, temporariamente, às necessidades alimentícias de suas famílias.



Figura 10: Criação de Bovinos
Fonte: Arquivo pessoal de Eliano Sérgio
Lopes. Ano 2008



Figura 11: Criação de Caprinos
Fonte: Arquivo pessoal de Eliano Sérgio
Lopes. Ano 2008

Com os investimentos das Entidades Governamentais e Instituições Financeiras aliadas aos projetos de melhoramento genético e modernização agrícola voltada ao desenvolvimento da agropecuária, os lotes dos associados à APPRBO e de outras associações, mantinham o acompanhamento de técnicos da EMDAGRO, principalmente no período de entressafra, responsáveis também pelo monitoramento, reprodução, melhoramento genético dos rebanhos. Essa modernização da pecuária possibilitou as seguintes mudanças: a mestiçagem de raças; criações adaptáveis ao clima semiárido; aumento na produtividade do leite; ampliação do mercado consumidor dos agricultores familiares; e diminuição os custos da produção. Dessa forma, os assentados venderiam o produto diretamente para consumidores, intermediários ou proprietários de fabriquetas de queijo coalho e muçarela, produtos que eram comercializados no próprio assentamento ou em outras localidades. Toda negociação era realizada no próprio lote do assentado. Segundo a técnica agrícola da EMDAGRO,

A primeira tecnologia aplicada no Assentamento da Barra da Onça foi a forragem, a preocupação da EMDAGRO (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe) era trabalhar com o agricultor a convivência com a seca, depois foi a silagem de milho, o rolão, não adiantava compra gado se não tinha comida suficiente. Hoje se inverte as outras assistências técnicas libera a compra do gado sem ter comida. Foram colocados em 50% dos lotes de forragem variedades resistentes ao semiárido. Depois que o gado tinha alimentação, a EMDAGRO entrou no ano de 1990 como o programa de melhoramento genético lá dentro do assentamento. Foi o primeiro

assentamento com inseminação artificial e até hoje eles fazem. O primeiro botijão de inseminação foi doado pela EMDAGRO ao grupo de Glória, nessa época o Laticínio União era um projeto e não existia miniusina. Com a inseminação artificial a produção de leite era de 8 mil litros diários (M.L.C. Entrevista concedida a Mariana Barbosa Andrade. Poço Redondo, 04 de fevereiro de 2017)

Havia um grupo formado por cada Gleba pelos assentados em uma associação específica destinada a comprar os animais para as atividades de agropecuária. Deste modo, um membro do grupo escolhia o animal que seria comprado e, feito isso, informava aos técnicos da EMDAGRO, responsáveis pela inspeção do gado, se esse apresentava excelentes condições de saúde. Muitos animais que o grupo escolhia apresentavam problemas. Por isso, a EMDAGRO possuía outros locais de compra do gado distantes do município.

Uma das características do gado do assentamento da Barra da Onça são de origem, mestiços de Holandês, $\frac{3}{4}$ de Holandês, PC (Por Cruza) e PO (Puro de Origem). Durante o programa de melhoramento genético, a EMDAGRO comprou reprodutores de gado, e houve muitas desavenças entre os assentados. Por isso, o melhor utilizado para aumentar a produção leiteira foi a inseminação artificial. De acordo com o Secretário Municipal de Agricultura e técnico agrícola do município J.F.S., até o ano de 2016, a prefeitura disponibilizava kits de inseminação artificial dentro da Barra da Onça aplicado no rebanho bovino do assentamento. Segundo o secretário, “por muito tempo a prefeitura doava sêmens é tanto que Barra da Onça compete na qualidade produtiva dos animais com Santa Rosa do Ermírio e nos torneios leiteiros ganham os da Barra da Onça” (J.F.S). Na entrevista, ele ainda ressalta que o melhoramento genético é excelente, pois sempre houve um incentivo para os assentados da Barra da Onça, mas agora é pouco, diante da extrema necessidade.

O assentamento da Barra da Onça era considerado a maior produção de leite do município de Poço Redondo. Para comemorar esse período de ascensão econômica, a EMDAGRO patrocinou entre os anos de 1998 e 2008 a festa “Barra da Onça sem fome” que acontecia no período de 18 a 24 de junho. Nos sete dias de festas, eram realizados palestras, seminários, jogos de futebol, tudo com premiação, exposição de animais dos assentados. No entanto, havia algumas restrições, como a entrada da polícia; pois, a comissão de segurança era coordenada pelos próprios assentados. Esses eram vendedores de produtos alimentícios e bebidas alcoólicas no local, no intuito de gerar renda no assentamento. Segundo alguns relatos, durante a festa, eram servidos café da manhã, almoço e jantares com muita fartura “um dava a galinha, outro o garrote, cada um dava alguma coisa farinha, feijão, custo zero,

tinha o sanfoneiro de lá que tocava de graça, o bar era da associação para gerar fundos.” (M.L.C)

Nesse contexto, com a expansão do mercado consumidor favorável a produção do leite, é que foi instalada uma miniusina nas áreas de alto investimento no produto, como no Assentamento Barra da Onça, pertencente à APPRBO e localizada no Grupo de Nossa Senhora da Glória. Sobre as instalações de miniusinas no Sertão de Sergipe, Souto (1998, p.118) escreve:

[...] as miniusinas são uma novidade no Noroeste de Sergipe, ainda não é possível fazer uma avaliação dos resultados desses empreendimentos. O Estado também está apostando nos resultados econômicos dessas miniusinas, e por possuir técnicos qualificados, sua presença pode auxiliar na organização desses empreendimentos, se torna imprescindível.

Com a instalação da miniusina, os assentados tornaram-se mais conscientes sobre o processo de higienização das ordenhas e os vasilhames, assim como manterem alguns cuidados específicos com a higiene do local de armazenamento do produto e, sobretudo, com o transporte. A maior preocupação da técnica agrícola era com a redução do tempo em que leite permanecia exposto ao sol na porteira, até ser transportado; esperava-se a conclusão do projeto de expansão de tanques de resfriamento a ser estruturado definitivamente.

Observa-se que o processo de a pasteurização começava a agregar valor adicional ao leite e o produto abastecia o mercado consumidor local. Com a formação da agroindústria, o agricultor, através dos créditos concedidos pelo PRONAF, passaria a ser o proprietário da produção e da transação comercial entre produtor e consumidor.

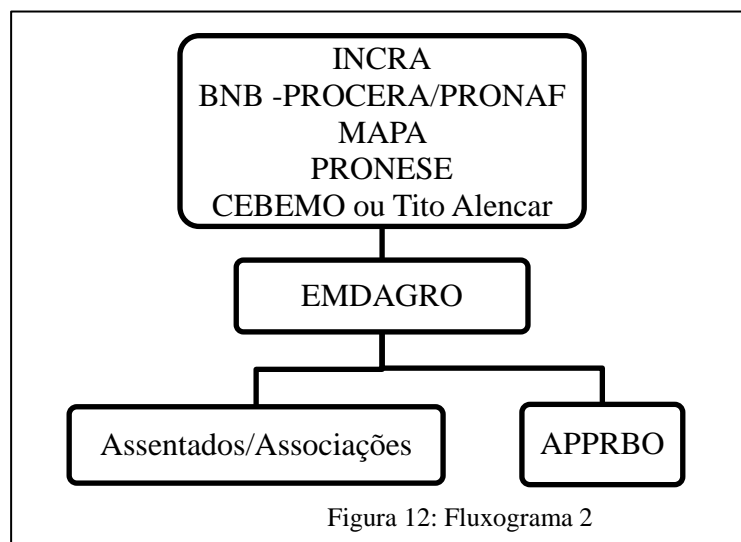
3.3. Da miniusina ao Laticínio União

Visando acabar com o controle do preço do leite estabelecido pela Parmalat e regular o preço, a EMDAGRO elaborou, no ano de 1990, um projeto para a ampliação da miniusina e construção do Laticínio União, com a colaboração de todas as seis associações. Segundo a técnica agrícola responsável pelo projeto, inicialmente, a Comissão de Financiamento não aprovou o projeto alegando que não existia infraestrutura como água e energia suficientes para abastecerem a miniusina e o laticínio. Para resolver essa situação, a EMDAGRO solicitou o financiamento da PRONESE para a ampliação da rede de abastecimento de água e instalação da rede elétrica em todos os lotes e, mais tarde, executaram a obra. A outra parte dos recursos foi obtida pela Organização Não Governamental CEBEMO da Holanda ou Tito

Alencar que doou uma quantia significativa para a compra de todo o encanamento do sistema de drenagem de todos os lotes da Barra da Onça, enquanto que os assentados eram responsáveis pela mão de obra na localidade.

Após o término das obras, a Comissão formada pelo INCRA e BNB não aprovaram o PROCERA, alegando que os assentados não possuíam capacidade gerencial para administrá-la. Sendo assim, o projeto da EMDAGRO para criar o Laticínio União foi encaminhado para o MAPA, o INCRA era vinculado a esse antes do MDA, e com os recursos para a construção do prédio e fizeram a miniusina para processamento de leite de cabra. Decorrido dez anos, foi construído o Laticínio União e, para a compra dos equipamentos, a EMDAGRO elaborava projetos e solicitava recursos por meio do PRONAF - Infraestrutura - e MAPA – Doação - todos os recursos eram via APPRBO, que ainda era responsável pela administração. A articulação das instituições para a construção do Laticínio União contribuiu para ativar o fenômeno de proximidade do capital social, como também o processo de modernização agrícola e melhoramento genético do rebanho bovino do assentamento. (Figura 12)

ARRANJO DAS INSTITUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO LATICÍNIO UNIÃO



Fonte: Fluxograma elaborado a partir dos estudos de Haesbaert e Martins
Elaboração: ANDRADE, Mariana Barbosa. 2017

As instituições formadas pelo INCRA, BNB, MAPA, PRONESE e CEBEMO da Holanda ou Tito Alencar criaram mecanismo, no sentido de conceder articulação, interação, cooperação voltada à inovação tecnológica. Para isso, houve a formação de associações, com o objetivo de fortalecer a produtividade do leite no assentamento. Os atores sociais

(Instituições) indicavam o mediador das suas ações, que, nesse caso, seria a EMDAGRO para dialogar com os sujeitos sociais, os associados.

Os esforços dessas ações integradas têm como foco principal, a seguir: a geração de emprego e renda; formação e qualificação da mão de obra do assentado; melhoria na qualidade do leite e seus derivados; uso de equipamentos modernos para aumentar a produtividade; e práticas de gestão e negócio. Além disso, os programas e projetos incentivados pelas instituições deram mobilidade à atividade leiteira e ainda operacionalizava a necessidade de políticas específicas direcionadas a melhor aplicação de recursos públicos.

Nesse sentido, a construção do Laticínio União era para controlar o preço do leite, o que acabaria com a formação de cartel dos laticínios e fabriquetas, e dessa forma, direcionar a produção para atender os mercados institucionais por meio dos programas sociais Pró-Leite e, posteriormente, o PAA-Leite, que utilizavam as suas regras e normas como instrumento para financiar a modernização dos lotes e ampliar as relações com o mercado consumidor.

No ano 2000, durante a gestão do então governador Albano do Prado Franco em parceria com a PRONESE, havia um projeto de ampliação da rede elétrica rural e um dos contemplados com esse benefício foi o Assentamento da Barra da Onça. De acordo com Freire (2000, p.10) “os 600 metros de extensão da rede de energia elétrica que foram autorizados, possibilitarão a instalação para o funcionamento de duas pequenas, mas importantes fábricas do povoado. Uma de ração e outra de laticínios (manteiga, iogurte e queijo)”.⁴

Nesse período, a estrutura do Laticínio União já existia. Porém, em virtude da rede elétrica insuficiente, não havia uma preparação para atender o mercado. Com o término das obras, o laticínio poderia gerar emprego e renda para os agricultores familiares do assentamento e o produto poderia ser vendido em estabelecimentos comerciais locais. Nas palavras de Nascimento e Oliveira (2000, p.111)

O Laticínio União, a ser inaugurado no presente ano, caracteriza-se pelas mudanças radicais, fugindo dos padrões geralmente evidenciados na região. O volume total do leite recolhido pela unidade produtiva será direcionado para um processamento diversificado, mantendo apenas como produto específico a produção de queijo tipo coalho. Esse empreendimento pode ser considerado de alto risco, tendo em vista a falta de experiência e de preparo técnico dos produtores na fabricação de produtos genéricos e específicos, com uso de equipamentos e maquinarias industrial. Além desse fato, o sucesso do empreendimento implica na capacidade do sistema de competir

⁴ FREIRE, Edivânia. Barra da Onça terá mais duas fábricas. *Jornal Cinform*, Aracaju 23 a 30 de jan. 2000. Cidades, p. 10.

com as tradicionais fabriquetas informais, e com as unidades de processamento de maior porte radicadas no mercado formal regional e nacional.

Na proposta do governo estadual foi definido que os recursos obtidos pelo INCRA e pela APPRBO, que adquiriam os investimentos através da PRONESE e do PRONAF, financiariam não somente a construção e ampliação da miniusina, mas todos os equipamentos necessários para a fabricação de derivados do leite, além de instalações elétricas e distribuição de água adequada para suprirem a miniusina. Após a implantação da infraestrutura, a miniusina recebeu o selo de certificação do S.I.E. A partir disso, esse produto poderia ser comercializado em estabelecimento de pequeno e médio porte. Com a certificação, a miniusina transformou-se em agosto de 2001 no Laticínio União. (Figura 13)



Figura 13: Laticínio União
Fonte: Visita de campo ano de 2017.

Segundo Menezes (2009, p.181), “a instalação dessa unidade de produção fundamentava-se na necessidade de aproveitar o potencial dominante local – o leite – e de igual modo impulsionar o surgimento de atividades que proporcionam a melhoria na qualidade de vida”. Essa era uma das inúmeras tentativas para gerar emprego e renda aos assentados da área. Como ressalta a autora, a proposta do governo era aproveitar o potencial dos assentados e valorizar o leite e derivados. Nesse sentido, foi necessário promover melhorias nas condições sanitárias, modernizar os equipamentos de todos os envolvidos na produção do leite e de cursos técnicos em Laticínios oferecidos pelo governo estadual. As melhorias eram para atenderem as exigências do programa social Pró-Leite.

Depois da construção do Laticínio União, o INCRA encerra suas atividades no assentamento e a EMDAGRO era a entidade governamental responsável por elaborar projetos para liberar recursos via PRONAF e a disponibilizar créditos bancários para os assentados

pertencentes a associações da Barra da Onça. As instituições financeiras integravam a política de desenvolvimento rural, que envolvia o assentado para adquirir empréstimos bancários para modernizar os seus estabelecimentos agropecuários. Dessa forma, programa social Pró-Leite foi um grande incentivador da ampliação de microcréditos por meio do PRONAF que disponibilizavam créditos bancários vinculados ao Banco do Nordeste para os assentados da Barra da Onça.

3.3.1. O Laticínio União entre os anos de 2001 a 2004: uma parceria de sucesso com o Pró-Leite

A partir dessas mudanças, as pequenas agroindústrias oficialmente receberiam a certificação S.I.E. e, então, criariam um novo tipo produto voltado para um mercado consumidor para atender a classe baixa. Esse produto era o beneficiamento do leite pasteurizado tipo C (MENEZES, 2015). Quanto ao uso do laticínio, este funcionava da seguinte forma: o presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais da Barra da Onça, no caso Francisco Souza, ficaria responsável pela administração dos negócios do Laticínio União; e os 25 associados pagariam uma taxa pela utilização dessas instalações. Essa taxa serviria para cobrir as despesas geradas pelos associados e manutenção deles. (LAVRES FILHO, 2000). Essa mudança no cenário do assentamento deve-se a política pública de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) conhecida como Pró-Leite e mantida com recursos financeiros da Secretaria Estadual de Agricultura.

O Laticínio União era em nome da APPRBO e todas as associações, tinham um representante. Cada associação, durante a assembleia, escolhia um representante dentro do Laticínio União. Todavia, todos os projetos elaborados pela EMDAGRO recebia o nome da APPRBO; já outras associações encontravam-se vinculadas por um membro específico para controlar o leite daquele grupo, quando era o Pró-Leite. Ao todo, 3 mil litros de leite eram pasteurizados pelo Laticínio União e fornecidos as famílias residentes no município de Canindé de São Francisco (500 litros diários) e de Poço Redondo (2.500 litros diários). No ano de 2001, a capacidade máxima de processamento e beneficiamento do leite no Laticínio União era de 3 mil litros por dia. Sendo assim, toda essa produção destinava-se ao programa Pró-Leite.

Esse programa social era operacionalizado pela EMDAGRO de cada município participante. Pois, a função do órgão estadual era gerenciar o pagamento e o cadastramento dos fornecedores, agricultores familiares que, por sua vez, deveria ter uma produção de até 50

litros de leite por dia, ter a DAP regularizada e possuir um estabelecimento agropecuário familiar de até 40 hectares localizada no próprio município cadastrado. Cabia a EMDAGRO prestar assistência técnica aos agricultores familiares cadastrados no programa. Quanto à escolha dos laticínios, seguiam a critérios relacionados à localização, sempre próximos aos fornecedores. As famílias, em fase de desnutrição, que poderiam ser crianças, gestantes, deficientes, idosos, eram selecionadas e cadastradas pela Secretaria de Ação e Inclusão Social dos municípios inseridos no programa com a função de distribuir o leite em locais escolhidos pela prefeitura em todos os seus povoados e, como também, prestar assistência às famílias.

No assentamento da Barra da Onça, a EMDAGRO cadastrava o assentado e o Laticínio União no Pró-Leite por meio de um software, todos os dados pessoais. Inclusive, verificar àqueles que realmente dedicavam-se a coleta de leite. Para efetivar o cadastro, instalava-se o software a quantidade de leite. Entretanto, poucos associados faziam parte do programa, pois os lotes da Gleba de Porto da Folha recusaram-se a receber assistência técnica e, em consequência, o processo de melhoramento genético atrasou, em relação aos outros, o que comprometeu a sua produção.

O objetivo do programa era aumentar a produção de leite do assentamento da Barra da Onça, fornecer as famílias carentes um produto de qualidade, proporcionar autonomia aos assentados e gerar emprego direto e indireto dentro do assentamento. Com o funcionamento do Laticínio União, criaram-se novos postos de trabalho, aumentou o número de fabriquetas e de carroceiros e motoqueiros responsáveis pelo transporte do leite até o laticínio. Segundo Santos (2002, p.05) “o pequeno produtor era explorado pelas pequenas fabriquetas que comprava o produto a preço baixo, pois antes do programa o litro do leite era vendido por R\$ 0,14 e agora oscilava entre R\$ 0,28 à R\$ 0,35”.⁵ Ainda de acordo com o autor, o governo estadual repassava quinzenalmente o valor mínimo de R\$ 0,56 e máximo de R\$ 0,70 por litro do leite; desse valor, 50% era destinado ao laticínio.

No ano de 2002, o agricultor cadastrado possuía um cartão benefício para retirar no banco o pagamento pelo produto que era aproximadamente de no mínimo de R\$ 210,00 e máximo de R\$ 262,50. Em 2003, o valor quinzenal de pagamento pelo programa ao produtor era no mínimo de R\$ 300,00 e máximo de R\$ 337,50. Ao comparar o salário mensal mínimo do produtor de leite cadastrado no programa no ano de 2002 seria de R\$280,00 e máximo R\$332,50; em 2003, o mínimo era de R\$ 370,00 e máximo, de R\$ 407,50. Percebe-se que, anualmente, o preço do leite era reajustado. Nesse período, o assentado recebeu uma quantia

⁵ SANTOS, Jorge Henrique. EMDAGRO leva leite ao Sertão. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 05 de mar. 2002.Cidades, p.05.

a mais no valor de R\$ 75,00; exatamente uma variação de 10% anual para que o produtor recebesse um pequeno lucro, ao adquirir materiais e instrumentos de trabalho. O cartão serviria para solicitar empréstimos bancários e pagamento com as despesas da produção. Nas palavras do assentado da Barra da Onça Z.P.B., “o programa melhorou a minha vida, porque você tinha uma renda certa, você colocava aquele leite, tirava a parte que era da ração e a outra ficava para você se virar eu fazia feira, comprava medicamento do gado, pagava energia etc.”.

Para os produtores, o valor de pagamento pelo programa por cada litro de leite, além de ser maior do que o oferecido pelas fabriquetas serviria para que eles investissem em melhorias em seus estabelecimentos agropecuários. Os assentados da Barra da Onça adquiririam crédito rural de custeio para cobrir as despesas normais dos ciclos produtivos e crédito de investimento em bens ou serviços, que se estendem por vários períodos de produção disponibilizados pelo BNB. Segundo matéria do Jornal da Cidade, relacionava ao programa, das mudanças ocorridas durante a sua implantação no assentamento.

O Governo do Estado, através do Pró-Leite, gerou, com sua implantação, emprego e renda na região de atuação do programa, especificamente no assentamento da Barra da Onça, no município de Poço Redondo. O local que estava em processo de falência por causa da total descapitalização dos produtores, mudou o cenário com produtores satisfeitos, trabalhando e investindo na propriedade.⁶

Nesse ano de 2002, o Laticínio União comprou novos equipamentos com recursos do PRONAF e ampliou a sua produção de 3.000 litros para 4.250 litros de leite distribuídos diariamente a famílias beneficiadas pelo programa Pró-Leite, por empregar 30 funcionários residentes no assentamento da Barra da Onça, como também, proporcionou indiretamente 350 empregos, sendo que 170 deles estavam vinculados ao programa. Os profissionais envolvidos no Laticínio União foram treinados de como utilizar os maquinários, sendo capacitados em suas práticas de manipulação na produção de leite e diversificar os produtos. Para auxiliá-los nas criações do gado, produção de leite e intensificar na variação do produto, já que a maioria dos produtores trabalhava com a produção artesanal de derivados do leite, como queijo coalho; manteiga de garrafa e comum e requeijão. Dessa forma, o assentado teria uma segunda fonte de renda, com a venda de derivados do leite.

O Pró Leite valorizou o produto do leite, aumentou o preço do rebanho bovino, gerou emprego e renda para todos os agricultores familiares dos municípios que participavam do

⁶ EMDAGRO leva leite ao Sertão. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 03 de mar. 2002. Cidades, p. 05.

programa social. Em agosto de 2003, o Pró Leite foi inserido ao Programa do Leite gerenciado pelo governo federal através do MESA, em parceria com o governo estadual pelo CONSEAN. Esse novo programa atendia os nove estados da região Nordeste, e incluía o semiárido do estado de Minas Gerais. Em Sergipe, o Programa do Leite conseguiu manter a mesma proposta de distribuição do Pró Leite para famílias com alto índice de desnutrição. No entanto, algumas regras foram modificadas para enquadrar as normas do programa federal PAA.

O processo de mudança no programa estadual Pró-Leite iniciou em abril do ano de 2003 no território do Alto Sertão de Sergipe. Segundo Lino⁷, a equipe de técnicos do MESA enviados pelo programa federal Fome Zero, realizou um curso de capacitação destinada a gestores da Secretaria Municipal da Ação Social, dos sete municípios e o representante do Fórum de Desenvolvimento Local Sustentável, em nome da sociedade civil. Além disso, eles informaram que os nomes das famílias beneficiárias do programa deveriam ser preenchidos diretamente através de um cadastro único disponível por meio eletrônico no site da Caixa Econômica Federal.

O objetivo do Comitê Gestor era selecionar as famílias beneficiárias e realizar o gerenciamento do programa social Bolsa Família. Outro ponto relevante seria a participação de ONG's, Associação Comercial, SEBRAE, CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), Federação do Comércio de Sergipe, Caixa Econômica Federal (CEF), BNB e o Sistema SESC/SENAC e SESI/SENAI, todos os mencionados, integraram o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe. De acordo com o Jornal Cinform⁸, houve uma reunião entre a representante do CONSEAN estadual da época Maria do Carmo Alves. As instituições, representantes de Secretarias estaduais de Combate à Pobreza, Fazenda, Infraestrutura, Educação e Saúde, na elaboração do Plano Estadual, objetivava a implantar políticas públicas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

A participação das instituições na elaboração do plano era uma exigência do Programa Fome Zero. O Pró-Leite e, depois com a mudança do termo para PAA-Leite, renovava as suas estratégias de ampliação, reforçando a sua parceria com o governo federal e receberia investimentos do MDS, direcionados ao MESA. As verbas eram divididas entre os governos, federal e estadual, na seguinte forma: 80% eram provenientes de verbas da União via MDS e Combate à Fome e pelo ministério setorial Comitê Interministerial, função ocupada pelo

⁷ LINO, Noel. Técnicos de Brasília Capacitam para o Fome Zero. *Jornal Cinform*, Aracaju, 28 de abr. a 04 de mai. 2003. Cidades, p. 10.

⁸ Ong's integradas ao Conselho de Segurança Alimentar do Governo do Estado. *Jornal Cinform*, Aracaju, 05 a 11 de mai. 2003. Cidades, p.08.

antigo MESA; e os outros 20%, destinava-se ao governo estadual via Secretaria da Agricultura.

A articulação das redes sociais direcionadas pelos atores sociais (Instituições Financeiras, Entidades Governamentais e Organizações Não Governamentais). Esses são representados pelo Estado que utilizavam os programas sociais para aperfeiçoar algumas técnicas, como de: manipulação de leite e utilização do maquinário e gestão e negócio. Todos esses os cursos eram oferecidos pelos SEBRAE e SENAI, com um contato direto com a associação. No ano de 2004, para obter o cadastro no PAA-Leite, o agricultor familiar deveria ter produção de 100 litros/dia, enquanto que o programa pagava o preço mínimo por cada litro, no valor de R\$0,50; e para o laticínio, o preço mínimo era de R\$ 1,00 por litro. Logo, o Laticínio União serviria como parâmetro de medição do preço do leite.

O Laticínio União foi considerado um exemplo de sucesso no sistema de associativismo, pois, além de envolver o trabalho das quatro associações presentes no assentamento da Barra da Onça, a sua vinculação ao PAA-Leite melhorou as condições de vida do assentado e diversificou a produção de queijo. Nesse período, o Pró-Leite integrou o programa PAA-Leite e PNAE, os quais eram vinculados ao Programa Fome Zero e recebiam recursos do governo federal, através do MDS. Segundo descrevem os autores Schimit, Medeiros, Leite, Grisa, Cintrão e Zimmermann (2014, p.165)

O PA Barra da Onça, situado em Poço Redondo (SE), é o mais antigo e populoso entre os assentamentos analisados. A bovinocultura de leite, a palma forrageira para o gado, a produção de subsistência e a extração de mel são as atividades produtivas mais importantes do assentamento. Não por acaso a modalidade PAA-Leite destaca-se no assentamento, acompanhando a sua importância na região do Alto Sertão Sergipano e no estado como um todo. Além de contar com um arranjo político-institucional diferenciado em relação aos outros estados, envolvendo a realização de convênios diretamente com as associações de agricultores familiares e assentados, o PAA-Leite em Sergipe tem estimulado mudanças no sistema produtivo, particularmente nas características tecnológicas da produção leiteira (melhoramento genético, ração industrializada, mecanização na produção agrícola, ampliação e modernização das estruturas de refrigeração etc.).

A indústria empregava 25 funcionários, residentes no assentamento da Barra da Onça ou os próprios filhos. Mesmo com a mudança do nome de Pró-Leite para o PAA-Leite, o Laticínio União continuava gerenciado pelo presidente da APPRBO, Francisco Souza, enquanto que a contribuição financeira era de responsabilidade dos 25 associados. A produção de leite transformou-se na principal fonte de renda das famílias assentadas e toda matéria prima adquirida dos PA (Projeto Assentamento) Queimada Grande, PA (Projeto

Assentamento) Barra da Onça, assentados do município de Poço Redondo e pequenos agricultores não assentados, no total de 250 fornecedores. (MENEZES, 2009). Sendo que 190 fornecedores eram assentados da Barra da Onça, ou seja, quase todos os assentados optavam por destinar sua produção de leite, pois o preço desse produto de custo pelo programa era melhor do que os das fabriquetas e laticínios.

Pode-se dizer que o Laticínio União comprava toda a produção de leite do assentado, independente se era para fornecer ou não ao programa. Mesmo quando atingia o limite da capacidade dos equipamentos de processamento e armazenamento do leite, esse era vendido para as fabriquetas, ou alguns laticínios, como: Natville e Betânia (Nossa Senhora da Glória) e Unileite (Porto da Folha) que dedicavam-se ao fornecimento para o mercado consumidor de derivados do leite pré-cozido, coalho, frescal, muçarela, requeijão, manteiga, manteiga de garrafa e provolone.

A entrega da produção de leite aos fornecedores era feita pessoalmente ou através de transportes em carroças com destino aos laticínios. O tempo de permanência do leite no curral perdia em qualidade e, conseqüentemente, seu valor de mercado era reduzido. Segundo descreve um dos funcionários do laticínio responsável pela verificação da qualidade do leite e do pagamento do litro do leite e do carroceiro, a negociação era da seguinte forma:

Quando o leite era bom fazia queijo frescal, provole, pré-cozido, agora tinha produtores malandro que colocavam farinha de neném no leite para dar grau, colocava sal, água, os funcionários faziam o teste da qualidade do leite constataavam a fraude, o leite bom ele gruda na mão e o outro não, na peneira você ver logo também. Entre carroceiros e indiretos tinha em média de 50 a 80 funcionários, dentro eram 25. O carroceiro recolhia o leite de cada propriedade, de cada produtor ele tinha R\$0,05 por litro que ele pegava, se ele pegasse 100 litros de uma propriedade ele tinha R\$5,00. Em média ele recolhia de 400 a 500 litros de leite por dia era a renda da família entre R\$ 20 e R\$ 25,00 por dia. O Laticínio União separava aquela porcentagem e colocava na conta deles para pagar no final do mês. (G.C.S. funcionário do Laticínio União. Entrevista concedida a Mariana Barbosa Andrade. Poço Redondo. 04 de fevereiro de 2017)

A prioridade do Laticínio União era com a produção de leite pasteurizado tipo C e de derivados e toda a sua produção era destinado ao programa do governo federal PAA e PNAE, que eram os principais compradores das pequenas agroindústrias certificadas do S.I.E. O mercado do leite atendia aos seguintes municípios: Poço Redondo, Canindé do São Francisco e Monte Alegre de Sergipe. Desse modo, somando os municípios e seus respectivos povoados contemplavam 37 localidades beneficiadas.

3.3.2. O Laticínio União entre os anos de 2005 a 2008: a entrada do PAA-Leite e as novas regras do programa federal de Segurança Alimentar Nutricional

Em 2005, a DEAGRO ficaria responsável de aplicar as novas reformulações impostas pelo MDS para a adequação do PAA-Leite operacionalizado pelo Estado às normas do programa federal referentes à Instrução Normativa 51 do Ministério da Agricultura. Essas novas normas impostas dirigiam-se aos produtores do leite, pois tratava da higienização das ordenhas e refrigeração e armazenamento do produto. Para segui-las, era necessário realizar o recadastramento de cada agricultor familiar que possuísse a DAP e tivesse uma produção de até 100 litros de leite por dia. No entanto, o programa federal comprava até 50 litros de leite por dia e a DEAGRO seria a responsável pela fiscalização, bem como adequação do agricultor familiar no período de dois anos. Nesse período, eram processados, diariamente, no Laticínio União 4.200 mil litros de leite destinados ao programa. Este comprava de cada agricultor familiar, o equivalente a 35 litros de leite.

Os assentados cadastrados no programa tiveram auxílio da DEAGRO para prática de: higienização de ordenhas, cuidados com a alimentação do gado, melhoramento genético de inseminação do rebanho bovino, manipulação e armazenamento de materiais genéticos. A DEAGRO estabelecia um acordo com a APPRBO para solicitar a relação dos fornecedores regulares do programa. Concluída esta etapa, era feito o agendamento para a visita ao lote, o laticínio comprava a vacina e a técnica agrícola aplicava todo esse controle rigoroso para colocar o leite de qualidade em animais imunes à zoonose, brucelose e aftosa.

A prefeitura entraria mais como um suporte. O tempo ficaria restrito com os atendimentos individuais para facilitar o acesso das políticas públicas pelo assentado, por exemplo, o Garantia Safra vinculado ao MDA via PRONAF; o cadastramento era de responsabilidade da DEAGRO, mas quem o solicitava era a Secretaria Municipal de Agricultura. A parceria entre a prefeitura de Poço Redondo e a DEAGRO permitiu a ampliação de linhas de créditos rurais, com o objetivo de adquirir novos equipamentos e materiais. De acordo com os autores Schimit, Medeiros, Leite, Grisa, Cintrão e Zimmermann (2014, p.167)

No PA Barra da Onça (SE), a operacionalização do PAA-Leite teve apoio da Prefeitura e do Governo do Estado. De forma geral, em quase todos os casos, chamou a atenção certa ausência do INCRA (ou de programas a ele vinculados) como fonte de informação ou apoio a execução do PAA nos assentamentos.

No ano de 2006, o Programa do Leite passou por algumas mudanças, no que diz respeito ao produtor de leite. Nesse sentido, o valor do preço do leite pago ao produtor de R\$ 0,50 e R\$0,56, passa ao valor mínimo de R\$0,60 e máximo de R\$ 0,65. Cada produtor recebia do programa o valor mínimo anterior de R\$500,00 e máximo de R\$560, 00 mensal e receberia R\$600,00 a R\$ 650,00; dessa forma, percebe-se que, durante os três anos, o valor do leite aumentou entre R\$ 100,00 a R\$ 110,00. Outra mudança foi à ampliação do valor máximo pago pelo programa aos produtores. O valor anterior era de R\$ 2.500; e depois, R\$ 3.500. O produtor recebia diretamente em sua conta pessoal, o que não precisava o deslocamento até as associações. Se por ventura o produtor extrapolasse esse valor estabelecido pelo programa, ele seria temporariamente suspenso.

Para o cadastramento dos laticínios, era necessário um pregão eletrônico licitatório aberto para comunidade, onde os únicos requisitos para fazer parte do programa eram possuir os laticínios em municípios associados ao programa, oferecer o menor preço ofertado e o compromisso em beneficiar e pasteurizar. Eram seguidas técnicas, como: após o resfriamento, o leite tipo C era despejado em sacos adequados com a logomarca do laticínio. Depois de pronto, os laticínios eram responsáveis pela entrega do produto a Secretaria de Ação Social dos municípios, que organizava o produto para distribuição do leite às famílias assistidas pelo programa. Dessa maneira, os grandes laticínios poderiam participar do programa, desde que obedecessem as regras estabelecidas. A concorrência desleal deixava os laticínios de associações e cooperativas de agricultores familiares fora do programa.

Em dezembro de 2006, o Laticínio União entrou em crise financeira, o que ameaçou do estabelecimento encerrar suas atividades no assentamento de Barra da Onça. As ameaças eram referentes à perda do vínculo do laticínio, junto ao programa federal, devido às novas reformulações e formas de licitações para a escolha dos laticínios. Segundo a Secretaria, os critérios para a escolha dos laticínios eram o menor preço oferecido, desde a pasteurização até a distribuição; venceria, de certo modo, em processo licitatório, que era desleal, uma vez que os pequenos saíam em desvantagens.

Os representantes da APPRBO, administradora do Laticínio União, alegavam que, durante o processo de licitação realizada pela Secretaria Estadual de Agricultura, não houve a participação de pequenos laticínios administrados por cooperativas e associações. Porém, grandes laticínios eram responsáveis pelo processamento, beneficiamento e transporte do

leite. Os representantes afirmavam que “dos novos lotes, sete ficaram com a Indústria e Comércios Lácteos Ltda, e os outros dois com o laticínio Buril”⁹.

O contrato não assinado com o Governo do Estado para distribuição diária de dois litros de leite às famílias selecionadas pelo programa com renda familiar mensal de até meio salário mínimo e que estejam em situação de vulnerabilidade nutricional significaria que, o Laticínio União deixaria de realizar o processamento e o beneficiamento de 4.200 litros de leite por dia, ou seja, o laticínio não teria condições financeiras para contribuir com os custos de sua produção. Isso demonstra o quanto o programa influenciava na sobrevivência de todos os assentados que eram fornecedores.

Os assentados da Barra da Onça, preocupados com o fechamento do Laticínio União, procuraram lideranças partidárias e do MST para reverterem o processo de licitatório, o que incluía os laticínios de associações e cooperativas. Nesse caso, o Laticínio União e a COOPEAGRIU eram os que gerenciavam, o laticínio Unileite, de Porto da Folha. Após as negociações entre os atores sociais e os mediadores, foram retomados os vínculos dos laticínios ao programa federal.

No final de dezembro de 2006, devido às constantes denúncias feitas por prefeitos e entidades de que o fornecimento de leite havia sido suspenso há mais de 30 dias, técnicos do MDS realizaram uma auditoria para verificar os motivos dos atrasos do pagamento aos fornecedores e da distribuição do leite, além de irregularidades durante os processos licitatórios envolvendo laticínios. Eles visitaram 11 dos 25 municípios assistidos pelo programa, entrevistaram 105 pessoas entre prefeitos, líderes comunitários e famílias, constataram a veracidade das denúncias e suspenderam o convênio do programa PAA-Leite com a DEAGRO (Departamento de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe) pelas irregularidades no gerenciamento. Com a suspensão do contrato, a coordenação do programa passou para a responsabilidade da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e de mais quatro associações de pequenos produtores. Nesse período, os produtores de leite do território do Alto Sertão cadastraram-se em cursos de capacitação para melhorar a qualidade do produto fornecido às famílias pelo PAA-Leite em Sergipe.¹⁰

O curso era promovido pelo Centro de Capacitação de Canudos (CECAC) com o apoio do MDA, CONAB, Secretaria de Agricultura e DEAGRO. No artigo publicado pelo

⁹ Fábrica de laticínios em Poço Redondo deve fechar em breve. *Jornal Cinform*, Aracaju, 04 a 10 de dez. 2006. Cidades, p. 04.

¹⁰ Deagro desqualifica auditoria do leite. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 15 de dez. 2006. Cidades, p. 08

Jornal da Cidade¹¹ escreve que “Além da ampliação e melhoria do programa, os produtores trocam experiências sobre como melhorar a qualidade do leite produzido através de um manejo correto”. Ainda de acordo com o artigo, o programa comprava diariamente de cada produtor 35 litros de leite, pagando o valor de R\$0,60, independente do período (estiagem ou chuvoso); e para aqueles que forneciam 100 litros, era comprado durante 70 dias por semestre.

A CONAB coordenou o programa até a data de 31 de maio de 2007; a partir de junho de 2007, o PAA-Leite foi operacionalizado pela SEIDES e a DEAGRO/EMDAGRO. Esta última não era mais a responsável pelo cadastramento nem a prestação de assistência técnica dos lotes do assentamento da Barra da Onça. Quanto à presença da associação, pode-se dizer que, essa repassava a SEIDES os cadastrados dos agricultores familiares realizados pelos laticínios.

A associação CFAC (Centro de Formação Dom José Brandão de Castro) estabelecia relação com o Laticínio União da APPRBO e atendia às famílias residentes, nos municípios de Poço Redondo e Monte Alegre de Sergipe. A CFAC era responsável pelo repasse das verbas para o pagamento dos laticínios e fornecedores. Sobre a participação das associações no programa, o Sumário Executivo de Pesquisa de Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos – Modalidade Leite publicado pelo MDA (2009, p.05) relata que:

Em alguns casos os núcleos gestores recebem a colaboração de cooperativas e associações de produtores, para intermediar suas relações com as usinas de processamento de leite. Este tipo de parceria que em princípio, bastante produtiva, por facilitar a organização dos pequenos produtores e o acesso deles ao programa, vem sendo realizada de maneira ainda incipiente e ineficaz. Na maior parte das vezes as associações utilizadas para tal finalidade são instituições imaturas que preenchem formalmente as funções contratuais, mas não mantêm com o seu corpo de associados às relações que dela se espera.

Nesse sentido, os agricultores familiares deveriam procurar o Laticínio União e apresentarem as documentações exigidas pelo programa. O laticínio realizava o cadastro desse agricultor e repassava a CFAC. A Secretaria Municipal de Ação Social selecionava com alguns requisitos, a saber: famílias com renda inferior a um meio salário mínimo e com crianças de 02 a 07 anos de idade, que estejam com a carteira de vacinação em dia; gestante com apresentação do atestado médico mensal de exame pré-natal; nutrízes que estejam amamentando; portadores de deficiência com atestado médico, comprovando a não condição

¹¹ Programa do Leite é discutido em reunião. *Jornal da cidade*, Aracaju, 21 de mar. 2007. Cidades, p.05.

para o trabalho dentre outros casos. Essas solicitações eram justificadas e autorizadas pelo CONSEA.

A SEIDES, por sua vez, recolhia os cadastros dos agricultores e das famílias, separava por associação e laticínios, autorizava o pagamento aos fornecedores e laticínios e a distribuição famílias. Essas informações eram repassadas a um banco de dados, através do Cadastro Único vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social. O MDS controlava a quantidade de famílias, fornecedores e laticínios e as quais participavam do PAA-leite e repassava as verbas federais destinadas ao programa.

A parceria entre o Governo do Estado de Sergipe, através da SEIDES com o governo federal pelo MDS, proporcionou ao Laticínio União expandir seus mercados, elevou o potencial produtivo do leite no assentamento da Barra da Onça e diversificou a produção.

Nesse período, a produção de leite do Laticínio União variava entre 9.600 a 10.000 litros/dia, sendo que 6.250 litros/dia eram vendidos ao preço de R\$ 0,50/litro para o PAA; com o excedente, produziam-se queijos pré-cozidos, coalho, provolone, muçarela, requeijão, além de iogurte, bebida láctea e manteiga. O leite adquirido, através do PAA, era distribuído pelo laticínio para os municípios conveniados da seguinte forma: 1250 litros/dia em Monte Alegre de Sergipe; 800 litros/dia para o município de Canindé de São Francisco; e 4200 litros/dia para Poço Redondo. Por isso, a política pública do PAA contribuiu para o desenvolvimento humano dos habitantes de todos os municípios envolvidos com o programa (MENEZES, 2015).

De acordo com informações dos associados ao laticínio, no ano de 2007, o Laticínio União pasteurizava 270 mil litros de leite por mês e abastecia famílias assistidas pelo PAA-Leite e as escolas municipais, através do PNAE. Ambos os programas nacionais eram aliados ao Programa Fome Zero e voltados à política de combate a pobreza e geração de emprego e renda aos agricultores familiares. Os produtos também eram comercializados em estabelecimentos comerciais, pois o laticínio possuía uma sede própria localizada na cidade de Poço Redondo e em Aracaju.

Além de auxiliar na manutenção do preço do leite, gerar dezenas de empregos diretos e promover a elevação da renda das famílias associadas, o Laticínio União tem ainda papel fundamental no combate à fome. Integrando ao Programa Pró-Leite ou PAA-Leite do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), o laticínio fornece diariamente boa parte do leite distribuído na microrregião. (www.mda.gov.br/sitemda/noticias/leite-garante-mais-rebda-assentados-de-sergipe)

Com o aumento da produção de leite no território do Alto Sertão e interessados em adquirir novos clientes, as instituições financeiras, por meio de diretores de créditos e gerente de área de crédito rural do Banese (Banco do Estado de Sergipe) e do BNB, utilizaram-se da estratégia de auxiliar os sertanejos a enfrentarem os períodos de seca e realizarem uma reunião, envolvendo representantes da COOPERAGRIU do Laticínio Unileite, localizado no município de Porto da Folha, e da APPRBO do Laticínio União. A proposta apresentada tratava-se de disponibilizar aos produtores cadastrados no programa e que possuísem vínculo com a associação e cooperativa, linhas de créditos direcionadas a produção de leite de seus estabelecimentos agropecuários.

Os recursos seriam provenientes do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria - FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) elaborado pelo Ministério da Integração Nacional, em parceria com o BNB e do Banese. Tais recursos eram disponibilizados pelos os agricultores familiares, em uma quantia de R\$ 20 mil reais e o pagamento do empréstimo poderiam ser divididos em parcelas no período de oito anos. Sendo assim, eles optariam entre duas linhas de créditos: a primeira, destinada à compra de alimentos para o rebanho bovino; e a outra, os investimentos em infraestruturas em seus estabelecimentos agropecuários familiares. De acordo com Almeida (2008)¹², os juros variavam entre 5% ao ano, na linha de infraestrutura; e de 6,75% para a compra de alimentos, com desconto de 25% nos juros de empréstimos pagos sem atrasos. Segundo relata o assentado H.D.S. “esse recurso concedido pelo Banese era fundo de aval, custeio para a compra de ração, um recurso emergencial concedido pelo Governo do Estado, mas a maioria dos assentados preferiu o Banco do Nordeste”. No assentamento, foram concretizados apenas 40 contratos pelo Banese. A preferência do assentado pelo BNB deve-se a sua estrutura e organização.

A proposta das redes sociais articuladas entre os atores sociais formados por Instituições Financeiras e Entidades Governamentais mediadas por movimentos sociais e associações e cooperativas têm o objetivo de promover ações territorializadoras que agregam valor, em torno de uma ideia guia e ao capital social com uma base de personalizar o produto tradicional em mercadoria e promover o discurso do progresso, por meio da política pública de segurança alimentar nutricional planejada durante a elaboração da política de desenvolvimento rural, vinculadas à estratégia de combate a Pobreza Rural. Essas ações direcionavam o agricultor a familiar a buscar melhorias em suas condições de vida. No

¹² ALMEIDA, Bruno. Banese oferece crédito a produtores do Sertão atingido pela Seca. Jornal da Cidade, Aracaju, 19 de jan. 2008. Cidades, p.12.

entanto, os sujeitos sociais são iludidos com a promessa de que para investirem nos seus estabelecimentos agropecuários, seria necessário adquirir empréstimos bancários, o que os tornavam dependentes do Estado.

3.3.3. O Laticínio União entre os anos de 2009 a 2011: o fim de um ciclo de dez anos

No ano de 2009, o governo estadual, com o discurso de que o leite de cabra seria a melhor opção e a mais lucrativa para os sertanejos, ou seja, tratava de um negócio, que poderia ter um desempenho semelhante ao do rebanho bovino. Para tal, o governo planejou ações através da sua equipe de técnicos da EMDAGRO em um projeto denominado de Caprinocultura Leiteira em Sergipe, em parceria com as associações dos agricultores familiares do território do Alto Sertão Sergipano. O objetivo era de financiar ações com estímulos para a produção de leite de cabra na região. Para isso acontecer, seria necessário que as associações de agricultores familiares, dentre elas ASCOC (Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos de Canindé de São Francisco) e ASCOSA (Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Semiárido, com sede no município de Gararu) e a CONAB, todas seriam as responsáveis pela operacionalização. Os critérios para a escolha das associações apresentavam-se os documentos de: certidão negativa de quitação de débitos e a certificação S.I.F. e S.I.E. O MDA disponibilizaria empréstimos de até R\$ 10.500,00 e poderia ser obtidos por meio das associações, que tinha o leite comprado do produtor pelo MDS, no valor de até R\$ 3.500 anuais. A participação do Laticínio União, nesse projeto, seria o de processar e realizar o beneficiamento de 100 litros de leite fornecido pela ASCOC e da EMDAGRO, e também, de implantar o programa de inseminação artificial no rebanho. Desse modo, pode-se observar de que era mesmo procedimento aplicado ao rebanho bovino, pois o SEBRAE promoveria curso de negócio e gestão para que os agricultores familiares gerenciassem seu comércio.

Em outubro de 2010, o grupo gestor do programa PAA-Leite, que era formado pelo MDS e Combate a Fome, MAPA, MDA, da Fazenda MF (Ministério da Fazenda) e do Planejamento MPOG (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), juntaram-se com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e os mercados institucionais. Uma das alternativas encontradas por esse grupo gestor foi a parceria com a SEIDES para dar continuidade na política pública que assegurava um alimento de qualidade para a comunidade, em situação de insegurança alimentar e nutricional. Houve a realização de seminários em cursos de capacitação de produtores e criaram formas e conteúdos para que a comunidade

inserir-se na fiscalização do programa. Eram medidas que integravam a política de combate à pobreza rural.

Firmou-se um convênio entre o MDS e o governo estadual, através da SEIDES, de uma parceria que possibilitou a construção de 02 CCP (Centro Comunitário de Processamento), dentro do assentamento da Barra da Onça, e concedeu a utilização de 02 tanques de resfriamentos do leite em dois lotes; e ao Laticínio União, foram doados 01 caminhão rodo-coletor e 02 caminhões baús refrigerados. Para ter acesso a esses equipamentos, o Laticínio União assinou um termo de cessão concedido pelo Governo do Estado de Sergipe às associações. Sendo assim, no assentamento da Barra da Onça, o presidente da APPRBO assinava o termo de compromisso e a SEIDES ficaria responsável pela cobrança da devolução de todos os materiais emprestados. A concessão de uso dos equipamentos teve duração de vinte anos.

Os técnicos agrícolas da EMDAGRO fizeram o mapeamento dos locais que deveriam ser instalados. Os tanques de expansão, no assentamento e de acordo com o relatório, constavam a construção de 09 câmaras de resfriamento do leite, no município de Poço Redondo. Todavia, somente foram construídas 05, sendo que 02 delas já estavam dentro do assentamento da Barra da Onça. As duas estavam localizadas em pontos estratégicos que uma encontrava-se no meio do assentamento; e a outra, as margens da Rodovia Rota do Sertão da BR 235.

Além de facilitar o recolhimento do leite in natura, os CCPs permitiam beneficiar o leite, o que reduziria os custos de produção e de perda do produto; e no final do processo, o preço do leite cobriria outras despesas, gerando empregos para os agricultores familiares responsáveis por receberem o leite dos fornecedores; aqueles que possuíam em seus lotes os CCPs eram os responsáveis pela segurança do mesmo. Em entrevista concedida a ASN, o representante do MST no assentamento da Barra da Onça e associado à APPRBO administradora do Laticínio União, afirmava que os equipamentos emprestados pela SEIDES, melhoraria a qualidade do leite, pois antes deles os fornecedores transportavam o leite in natura em outros meios de transportes, de uso inadequado, o que comprometeriam o armazenamento após a ordenha do leite, estragando o produto alimentício. Dessa forma, com os tanques próximos aos fornecedores e caminhões recolhendo o produto, o tempo de conservação era maior.

O assentado da Barra da Onça S.L.S. construíra em seu lote um CCP (Figura 14) e um tanque de resfriamento (Figura 15). Ele os utilizava para armazenar o leite que era entregue pelos fornecedores de povoados próximos e recolhido pelo caminhão- rodo coletor do próprio

Laticínio União. O assentado é proprietário de uma fabriqueta, junto com os filhos, recolhia o leite de cerca de 30 produtores de leite e armazenava o produto no tanque de resfriamento cedido pela secretaria. O leite recolhido é vendido para uma cooperativa localizada no povoado de Santa Rosa. Outro CCP (Figura 16) foi construído no lote de E.N.S. Segundo os assentados, o tanque de resfriamento (Figura 17) nunca foi utilizado para armazenar leite do programa, pois a distância entre os lotes e o Laticínio União era muito próxima e não precisaria de um tanque de expansão. Após o programa, o tanque ficou abandonado no lote em desuso.



Figura 14: CCP construído no lote de S.L.S.
Fonte: Visita de Campo 2016



Figura 15: Tanque de resfriamento do leite instalado no lote de S.L.S.
Fonte: Visita de Campo 2016



Figura 16: CCP construído no lote de E.N.S.
Fonte: Visita de Campo 2017



Figura 17: Tanque de resfriamento do leite instalado no lote de E.N.S.
Fonte: Visita de Campo 2017

Os caminhões rodo-coletor possuem capacidade para armazenar 6 mil litros e confeccionados com aço inox para dar mais qualidade ao produto; e os baús, com capacidade de 12 mil litros, feitos de polipropileno e equipados com refrigerador capazes de manter a temperatura de -8°C . Porém, segundo informações obtidas pelos os associados do Laticínio União, houve a compra desses equipamentos com recursos do PRONAF: 01 caminhonete; 02 caminhões tipo mercedinhas; 01 fiorino; 02 caminhões baús; 01 caminhão rodo-coletor.

Quanto aos doados pelo programa Fome Zero, eles alegam que os caminhões- baús foram desviados para a COOPRASE, os quais permaneceram estacionados na cooperativa.

Os caminhões eram utilizados para distribuir frutas e verduras aos colégios estaduais e municipais pelo PNAE e o rodo-coletor nunca recolheu qualquer litro de leite dentro do assentamento. O transporte era realizado, em sua maioria, pelos meios de transportes: carroças; 04 caminhonetes; 12 motos; 04 caminhões tipo mercedinha; 01 Fiorino (Figura 18); 04 caminhões-Baús (Figura 19); e 03 carros particulares com carroceria contratado pelo Laticínio União. Havia 04 tanques de resfriamento, câmara de resfriamento do leite (Figura 20), com a capacidade de 12 mil litros de leite divididos da seguinte forma: de 2 mil litros; de 3 mil litros (Figura 21); de 5 mil litros (Figura 21); e dois pequenos de 1 mil litros.



Figura 18: Carro sucateado do Laticínio União
Fonte: Visita de campo ano de 2012



Figura 19: Caminhão Baú do Laticínio União
Fonte: Visita de campo ano de 2012



Figura 20: Câmara de resfriamento do leite do Laticínio União
Fonte: Visita de campo ano de 2012



Figura 21: Tanque de resfriamento do leite Laticínio União
Fonte: Visita de campo ano de 2012

Em frente ao Laticínio União, encontrava-se a criação de suínos, em média 200 litros de soro por dia. Havia uma encanação certa para o curral, além disso, os animais foram comprados com os recursos do governo federal via associação. De acordo com os assentados, o presidente da APPRBO tratava-se como proprietário do Laticínio União e não prestava esclarecimento sobre as despesas e o lucro aos outros associados, “ele pegava o dinheiro e

dava qualquer quantia para os associados e prontos, ele desorganizou tudo”, dizia um dos assentados. Com o fechamento, todos os equipamentos do Laticínio União foram leiloados para o pagamento de dívidas trabalhistas.

O PAA-Leite encerrava suas atividades em Sergipe, em dezembro de 2011. Embora apresentasse uma proposta inovadora, com alguns incentivos ao agricultor familiar, para ampliar a sua produção de leite, gerar trabalho e renda, o programa não obteve os resultados esperados devido a problemas burocráticos referentes ao atraso no repasse das verbas pertencentes ao MDS e o governo estadual. As constantes reformulações das normas do programa acarretavam na suspensão de pagamento aos fornecedores e laticínios e ainda, comprometia a distribuição diária do leite as famílias em situações de vulnerabilidade social, a falta de organização das associações parceiras do programa, a adequação do agricultor familiar às novas normas do programa. Essas foram algumas das situações que criavam um perfil seletivo, no que tange ao assentado da Barra da Onça, o que o impossibilitava o custeio com tais despesas, além de pagamentos do programa eram incertos. Segundo um dos representantes da associação que participava do Laticínio União,

A questão do atraso dos pagamentos gerava dor de cabeça aos produtores, mas teve uma época que era boa, toda semana pagava, essa época era do Pró-Leite e o PAA-Leite antes da SEIDES quando as associações participavam do Laticínio União, depois que passou para a CFAC aí demorava teve épocas de ficar 9 semanas sem receber, o pessoal confiava nas promessas dos dirigentes do laticínio, mas hoje desconfia não rebebia, nem todos eram ressarcidos pelo atraso ficaram 35 pessoas sem receber os juros pelo atraso ou nada, teve gente que perdeu 5 mil, 8 mil reais até hoje já receberam nada. Tiveram muitos endividados no PAA-Leite, mais de 30 alguns são de fora da Barra da Onça até hoje não teve solução, teve gente que viu o programa afundar e pulou fora. (H.D.S. Entrevista concedida a Mariana Barbosa Andrade. Assentamento Barra da Onça. 04 de fevereiro de 2017)

Enquanto ele não recebia, acabava solicitando empréstimos através do PRONAF. Vale ressaltar o baixo investimento e recursos financeiros repassados pelos governos, federal e estadual, para manter o programa nos 35 municípios sergipanos assistidos. Portanto, se de fato o programa funcionasse como estava previsto no manual com uma fiscalização rigorosa, contribuiria para o fortalecimento da agricultura familiar.

Segundo informações obtidas pela SEIDES, o motivo do bloqueio do pagamento foi ocasionado por denúncias relacionadas a fraudes, durante o repasse aos fornecedores. Foram constatadas reformulações e dívidas trabalhistas das associações que administravam os laticínios e os funcionários e associados, no caso do Laticínio União. Fraudes em notas fiscais

e no cadastramento do produtor, alguns deles, eram falecidos, o que foi comprovado com assinaturas falsificadas pelo presidente da associação, a desorganização dos produtores associados, a demora no repasse das verbas e atraso de pagamento dos fornecedores, vendas ilegais de caminhões-baús refrigeradores e rodos-coletores doados pelo Programa Fome Zero, em parceria com o governo estadual e de responsabilidade da SEIDES.

Antes da SEIDES, era a EMDAGRO que se responsabilizava pelo monitoramento, fiscalização e controle de pagamento dos fornecedores e dos laticínios. Com a saída da empresa, o controle era feito pelo Laticínio União e a CFAC. Sobre as denúncias de fraudes no pagamento do PAA-Leite, a técnica agrícola relata que:

Ao fazer o laudo identifiquei um monte de produtores fora da Barra da Onça, existiam pessoas de Nossa Senhora da Glória, Canindé de São Francisco, São Miguel do Aleixo, outras que assinaram o relatório e nunca colocou o leite lá e estava cadastrada recebendo dinheiro, outros procuraram a EMDAGRO para denunciar que receberam 10 mil reais quando retirava o extrato bancário era referente a leite, sem nunca ter colocado leite lá. A EMDAGRO fez uma declaração, digitalizou os documentos das vítimas e enviou por email a superintendente da SEIDES pedindo explicações a respeito da denúncia de pagamento indevido. Quando a SEIDES buscou informações dos envolvidos chegava o filho do presidente da associação com um monte de cartões e senhas dos produtores. O produtor que fez a denúncia teve seu cartão bloqueado e pediu que o dinheiro fosse devolvido para a SEIDES. Eliane Aquino pediu o relatório com o levantamento e foi aí que foi bloqueado e o presidente tá respondendo processo verbas do MDS e PF envolvida no caso de investigação. O produtor tinha declarado que não tinha conta e não vendia no laticínio União. Foram R\$ 76 milhões desviados pelo programa no estado de Sergipe. (M.L.C. Entrevista concedida a Mariana Barbosa Andrade. Poço Redondo. 04 de fevereiro de 2017)

Em meio às denúncias de fraudes no repasse do pagamento, no dia 31 de outubro de 2011, o PAA-Leite encerrou suas atividades e em decorrência disso o Laticínio União perdeu o selo S.I.E. e S.I.F. O programa foi suspenso e para voltar a comercializar seus produtos e manter relações com os mercados institucionais, como o PNAE, será necessário regularizar a sua situação jurídica trabalhista com os ex-funcionários e o MDS que, reivindicava a devolução do dinheiro desviado. O Laticínio União contava com 250 fornecedores cadastrados no programa e que dependiam dele para manter-se produzindo, com empregos diretos e indiretos, tendo uma média de 50 a 80 contratados e 25 funcionários.

Segundo os assentados, as associações já previam o fechamento do Laticínio União, pois os representantes participaram de várias reuniões em Aracaju para discutir a situação do laticínio. Eles desconfiavam que houvesse irregularidades sobre os desvios de dinheiro, atraso

de pagamento e, ao procurar o presidente do Laticínio União, o mesmo afirmava que pagaria com data marcada, mas os empregados não recebiam a remuneração.

Após o encerramento do programa e sem comercializar os seus produtos, o laticínio alugava seus equipamentos para o laticínio Natvile. O recebimento de alugueis possibilitou a manutenção da empresa, enquanto que o restante do valor era dividido entre os associados da APPRBO.

O funcionamento do Laticínio União representou: o poder do coletivismo para a valorização da produção leiteira para o município de Poço Redondo, o aprimoramento de técnicas adquiridas pelo produtor em parceria com entidades governamentais e não governamentais; e geração de trabalho e renda para os seus associados. Todavia, esse desempenho satisfatório da agroindústria não foi suficiente para superar problemas estruturais próprios da organização coletiva. Os membros da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Barra da Onça não resolveram problemas internos de gestão da unidade de produção, o que provocou a desconfiança e a descrença do trabalho coletivo pela falta de liderança do presidente da associação. Esses fatores interferiram na desestruturação da cadeia produtiva do leite do Assentamento Barra da Onça, acarretando no fechamento interno entre as associações. Dessa forma, 04 associações e apenas APPRBO, tomaram parte do negócio e fecharam-se as outras, por não haver diálogo entre elas. Assim,

O Laticínio União dava dinheiro, lucro a todos os envolvidos com o leite. O leite é o produto que dar mais dinheiro ele é desnatado 30% o leite do laticínio era 50% desnatado 6 mil litros de leite porque não tinha capacidade não suportava, ai eles fazia 5 a 6 baldes de manteiga, 250 kg de manteiga era vendido para um rapaz de Feira Nova, Aracaju queijo pré-cozido, frescal era o melhor, provolone, muçarela era em leite não muito bom, iogurte leite bom, manteiga, queijo, iogurte, bebida láctea. O soro se quiser desnatar tira a manteiga, da mussarela fazia a manteiga de garrafa era a melhor da região. A manteiga era batida duas vezes na semana, 400 kg de manteiga, dava muito dinheiro. O Laticínio União tirava em média de R\$ 500.000 a R\$ 600.000 mil por mês, mais de meio milhão de reais, quase a renda do município de Poço Redondo todo. Fora o que tirava de queijo e manteiga por fora (G.C.S. funcionário do Laticínio União. Entrevista concedida a Mariana Barbosa Andrade. Poço Redondo. 04 de fevereiro de 2017)

O Laticínio União buscou novos mercados consumidores, gerando trabalho e renda para os agricultores familiares do Projeto Assentamento Barra da Onça. Todavia, o fechamento da empresa demonstrou um sentimento de desespero, desconfiança do programa e de incerteza, não somente para o assentado, e sim, de todos aqueles agricultores familiares que dependiam das ações do Estado para sobreviverem. Já para àqueles, que trabalhavam no

processamento, beneficiamento e transporte do leite, ou seja, estabeleciam relação total com o Laticínio União e o programa, buscaram outros meios para sustentar a sua família como, por exemplo, migraram para outros estados, exercendo atividades adversas, com a opção de desenvolver a agroecologia em seus estabelecimentos, eles vendiam uma parte do leite as fabriquetas ou para os grandes laticínios.

3.4. As novas territorialidades construídas após o fechamento do Laticínio União

Com o fechamento do Laticínio União, alguns assentados começaram a produzir em seus lotes alimentos agroecológicos. O incentivo a prática da agroecologia surgiu do SEBRAE, através do seu projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) financiado pela Fundação Banco do Brasil e do governo federal, e apoiados pela prefeitura de Poço Redondo e EMDAGRO. A atuação dessas instituições objetivava a formação de núcleos produtivos de microempreendimentos e a proximidade com os assentados facilitaria à atuação da assistência técnica, a troca de sementes e mudas entre os agricultores familiares envolvidos no projeto, a comercialização conjunta, a certificação dos produtos, como orgânicos.

Essas instituições desenvolviam um projeto de técnica de irrigação por gotejamento no assentamento Barra da Onça que era voltada à prática agricultura orgânica. A técnica era feita com o cultivo de hortaliças (Figura 22), frutas como maracujá, mamão, goiaba e ervas (Figura 23) como cidreira, boldo; e a apicultura (Figura 24). Em outro contexto, foi desenvolvido pelos agricultores familiares a criação de ovinos e caprinos e peixes, estes do (Figura 25) tipo tilápia, em tanque abastecido pela técnica de irrigação por gotejamento.



Figura 22: Cultivo de hortaliças orgânicas com a prática de irrigação por gotejamento
Fonte: Visita de Campo ano 2012



Figura 23: Plantação de ervas com a prática de irrigação por gotejamento
Fonte: Visita de Campo ano 2012



Figura 24: Criação de abelha
Fonte: Visita de Campo ano 2012



Figura 25: Criação de peixe em tanque
Fonte: Visita de Campo ano 2012

Os assentados que optaram em praticar a agricultura orgânica no assentamento da Barra da Onça participaram de projetos sociais com benefícios advindos de políticas públicas para desenvolverem a agricultura familiar, baseada no cooperativismo e na produção de alimentos para o mercado consumidor. A prática agrícola era uma alternativa para gerar renda, pois, a produção de alimentos diversificados e o investimento em atividades agrícolas e não agrícolas atuariam a economia do assentamento. Porém, a estratégia de abandonar a pecuária leiteira e modificar a sua produção agrícola não alcançou o resultado esperado, por causa do endividamento; e para cobrir as despesas, eles aceitavam receber em seus lotes tanques de resfriamento dos laticínios, como Natvile, Betânia e Sabe. Mas, devido ao longo período de estiagem e das perdas constantes de suas produções agrícolas, alguns foram obrigados a migrarem para outros municípios, deixando os seus lotes com seus parentes a quem abandoná-los.



Figura 26: Lote de produção de agricultura orgânica
Fonte: Visita de Campo ano 2012



Figura 27: Antigo lote de produção de agricultura orgânica sem cultivo
Fonte: Visita de Campo ano 2017

Outro tipo de alternativa encontrada pelos assentados que gerava renda e emprego as famílias do assentamento foi o Projeto Frutos das Florestas, de uma parceria entre a CODEVASF e SEBRAE. Por uma associação do assentamento, empregavam 25 mulheres, que recebiam um salário mínimo para produzirem doces com frutas típicas da região. Todo o manejo da produção foi acompanhado por engenheiros florestais que as ensinavam a aproveitarem as sementes das frutas para semearem, contribuindo para aumentar a área verde da caatinga.

Com o fechamento do laticínio, as mulheres produziam outros produtos, de origem vegetal, como polpa de fruta e bolinhos de macaxeira, além de ovos e leite. Essa iniciativa de produção de origem vegetal contava com a colaboração da prefeitura que contratava os assentados, como forma de comercializar os produtos produzidos para fornecer alimentação escolar pelo PNAE. Ao todo, são comprados em média de 40 mil bolinhos e polpas por semestre. O Projeto Fruto da Floresta também incentivava a alguns assentados a cultivarem coco, banana sem irrigação, a criação de abelha e a produzirem polpa. Segundo os assentados, “tudo é feito por uma bombinha que irriga as plantações”.

Para àqueles que permaneceram com a pecuária leiteira e ainda tiveram condições financeiras de investirem em cursos de aperfeiçoamento, na técnica de inseminação artificial de rebanhos bovinos, na prática de higienização de ordenhas e na manipulação do leite e de comprar ração industrializada, eles conseguiram ultrapassar as barreiras naturais impostas pelos longos períodos de seca e manterem os seus rebanhos bovinos. Alguns funcionários do Laticínio União continuavam com as suas pequenas criações bovinas e ensinavam as fabriquetas a diversificarem a sua produção e a higienizarem o local de trabalho. Todavia, essa situação não representava a maioria dos assentados que ainda tinham que lidar com as vacas (Figura 28) com dificuldades de locomoção e de pouca produtividade e morte do seu rebanho (Figura 29) e até as plantações de palma amareladas (Figura 30) e a vegetação da Caatinga, que morriam (Figura 31), em virtude da longa estiagem que perdurava por seis anos.



Figura 28: Vaca com dificuldade de locomoção
Fonte: Bebeto da Barra da Onça, ano 2017.



Figura 29: Animal morto
Fonte: Bebeto da Barra da Onça, ano 2017



Figura 30: Plantação de palma amarelada
Fonte: Visita de campo 2017



Figura 31: A vegetação da Caatinga sofrendo com escassez da água
Fonte: Visita de campo 2017

Após o fechamento do Laticínio União, um programa estadual ajudava os assentados na convivência com esse período de estiagem, o de Mecanização agrícola e Distribuição de Sementes de milho e feijão, para que os assentados retornassem a cultivar esses dois produtos. Porém, esse programa terminou no início de 2016. Segundo o assentado H.D.S. “o último programa do governo foi o de Mecanização Agrícola, o programa teve assistência parcial duas horas de trator para arar e cinco sementes de feijão e milho, e não ajudava em nada, desde então estamos desassistidos”.

Sem o incentivo do Governo do Estado e o número insuficiente de técnicos agrícolas da EMDAGRO, os projetos de financiamentos bancários de incentivo a modernização agrícola não foram executados. Isso comprometeu todo o trabalho desenvolvido, desde o início da sua formação, e com o fechamento do Laticínio União agravava a situação socioeconômica dos assentados da Barra da Onça que permaneciam nele. A maioria dos assentados, depois que resolveram pendências com o INCRA e receberam a sua emancipação, venderam seus lotes e migraram para outros estados em busca de outras oportunidades de trabalho.

Quanto as fabriquetas que resistiram após o fechamento do Laticínio União, algumas ainda permaneceram no assentamento, desenvolvendo outras relações de trabalho e alguns optaram por fornecer leite aos laticínios: Natville, Betânia e Sabe. Esses escolhiam o local para a instalação do tanque de resfriamento do leite no lote e firmavam um contrato com proprietário da fabriqueta. De acordo com o assentado M.C.C, a principal atividade dele era em comprar e recolher o leite dos fornecedores. A compra do produto era realizada direto com os produtores de leite do assentamento, além disso, ele tinha mais de 21 anos que negociava o preço do leite. Atualmente, o litro custa entre R\$1,10 e R\$ 1,20, a depender da época do ano.

Após o leite armazenado no tanque de resfriamento, o caminhão rodo-coletor, a serviço do laticínio Betânia, recolhia o produto para levá-lo a central de processamento e beneficiamento. Hoje em dia, a empresa fabrica queijo coalho, pré-cozido e muçarela por encomenda; e seus principais compradores são feirantes e proprietários de estabelecimentos comerciais do município de Poço Redondo e do estado da Paraíba. Nas palavras de M.C.C.,

Na época do Laticínio União tinha muitas fabriquetas, hoje o pessoal tá preferindo colocar o tanque da Natville, Betânia, só no assentamento da Barra da Onça tem 06 tanques de resfriamento. As fabriquetas, a pessoa que é fraca sem condições financeiras, pra você manter tem que ter a higiene certinha e tudo, e quando você não tem condições de manter dificulta. Já para as grandes você trabalha tudo limpinho, os tanques são de aço inox é o jeito de você trabalhar, você junta um tanto de leite e já sabe qual é o seu lucro, o final de semana é esperar o pagamento e repassar para seus fornecedores e o resto que sobra é o seu.

A fabriqueta é uma forma econômica que o assentado utilizava-se para suprir as suas necessidades básicas. No período do Laticínio União, a renda era maior, pois havia um investimento na criação de suínos, tirava o soro e vendia para o laticínio e contratava-se um funcionário para auxiliá-lo na fabricação. Mas, com o tanque de resfriamento, uma pessoa podia recolher os litros de leite e despejá-lo no tanque de resfriamento. Para M.C.C., a maior dificuldade de trabalhar diariamente com a fabriqueta (Figura 32) era a falta de incentivo do governo para reformar o estabelecimento, deixá-lo em condições ideais de trabalho. Quanto ao tanque de resfriamento, ficava em outro lugar, construído no próprio lote, este utilizado especialmente para o armazenamento de leite.



Figura 32: Fabriqueta
Fonte: Visita de campo 2017



Figura 33: Casinha construída para abrigar o tanque de resfriamento do leite
Fonte: Visita de campo 2017

Outro proprietário de fabriqueta relatava que essa era a sua principal atividade e começou aos 13 anos em uma fabriqueta no povoado Tanque de Pedra. Os principais produtos são queijo coalho, pré-cozido e muçarela. A.J.S. revelava que sua produção diária é de 20 queijos, na sua maioria pré-cozido, e vendia em média de 400 kg a 500 kg por semana. Os locais que comercializavam seus produtos eram em: Nossa Senhora Glória e o estado da Paraíba. Os fornecedores de leite eram do assentamento da Barra da Onça e ele comprava diretamente com o produtor. Ele negociava há quatro anos com o fornecedor e comprava o leite por R\$ 1,15 e R\$1,20, a depender da época.

A escolha por esse tipo atividade seria a falta de oportunidades e era a única que ele conseguia ter domínio da técnica e gerado renda familiar. Segundo A.J.S, os membros da família não pretendia seguir essa atividade, mas ele continuaria: “aperfeiçoei na atividade estou produzindo produtos mais diversificados para me manter no mercado, adquiri mais coisas, o financeiro aumento. A maior dificuldade são as interferências dos grandes laticínios e a falta de incentivo do governo para manter a atividade”. Portanto, as dificuldades enfrentadas pelas fabriquetas eram o monopólio do preço do leite e do mercado dos grandes laticínios e a falta de incentivo do Governo do Estado em regularizar as fabriquetas. Esta seria a principal responsável pelo fechamento delas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Laticínio União foi construído diante de muita luta dos assentados da Barra da Onça para conquistarem a sua autonomia. Eles tiveram a primeira iniciativa, junto com a EMDAGRO, para elaborarem um projeto de ampliação das instalações da miniusina que conseguiu, através do INCRA, um pequeno prédio para o beneficiamento do leite. Naquela oportunidade, o Laticínio União era o melhor empreendimento, um lugar adequado que atendia às necessidades de todos os produtores do assentamento da Barra da Onça.

O projeto do Laticínio União também surgia com a finalidade de regular o preço do leite no território do Alto Sertão de Sergipe e seria o único meio de os assentados desvincularem-se do domínio das fabriquetas e do Laticínio Parmalat. Dessa forma, priorizaram-se recursos financeiros para reformar o prédio. Este serviço foi executado pela PRONESE e a compra dos primeiros equipamentos pelo PRONAF - Infraestrutura e MAPA-Doação, após os investimentos necessários, o Laticínio União conquistou o selo de S.I.E., no atendimento aos mercados institucionais vinculados aos programas sociais: Pró-Leite, PAA-Leite e PNAE.

Quando o Laticínio União foi inaugurado com os maquinários modernos, a sua produção e diversificação do produto cresciam, junto com o programa do leite e de alimentação escolar. Durante esse tempo, houve um avanço na produção, que já não fornecia somente leite ao programa, mas também a comercialização em outros municípios de Sergipe. Ao todo, a empresa processou em torno de 12 mil litros de leite por dia. Todas as associações forneciam leite ao laticínio, que integravam aos programas. Além disso, as associações tinham direito de eleger um representante dentro do Laticínio União. Porém, a elaboração dos projetos da EMDAGRO era feita para beneficiar a associação APPRBO, bem como cabia a essa associação gerenciar o laticínio; as outras eram vinculadas por um membro, com a função de controlar a qualidade e a quantidade de leite daquele grupo. Mais tarde, esse domínio da APPRBO, gerou conflitos internos entre as outras associações.

Em todo projeto elaborado, fazia-se uma reunião com os assentados explicando como funcionava o programa, bem como o processo para a liberação de créditos rural para orçamento de animais, materiais e insumos. Todavia, a assistência técnica voltada ao cultivo milho e da ensilagem era executada pela EMDAGRO. A entidade governamental elaborou projetos solicitando a compra de máquinas de ração dentro do assentamento, porém, atualmente, os assentados não cultivam mais o milho, pois as máquinas paralisaram-se,

devido às perdas de produção ocasionadas pelo longo período de estiagem, o que acarretou a substituição do milho pela palma.

No assentamento não existia outra atividade além da pecuária leiteira, devido à dimensão territorial do lote de 30 hectares e o limite para criação de animais é de apenas dez cabeças de gado bovino para cada assentado. Entretanto, no ano de 2008, a ampliação de linhas de créditos rurais destinados à compra de animais fez com que o assentado mais do que dobrasse o número de cabeças de gado bovino, o que extrapolava o limite do espaço, diminuindo o interesse por outros tipos de cultivos tradicionais como, mandioca, feijão e milho, produtos destinados ao autoconsumo. Em períodos de seca prolongada, os assentados preferiam comprar a ração animal em estabelecimentos comerciais do que cultivarem. Dessa forma, eles sustentavam o sistema agroindustrial, aumentando os custos da produção, endividando-se com empréstimos bancários e o lucro dele (assentado) tornava-se ilusório.

Além disso, devido às técnicas de melhoramento genético com inseminação artificial aplicada pela EMDAGRO no rebanho bovino do assentamento Barra da Onça, fizeram com que o gado tornasse o melhor e mais produtivo do estado de Sergipe, vencendo os principais torneios leiteiros, dentre eles, destaca-se o do povoado Santa Rosa do Ermírio. A EMDAGRO realizou cursos de capacitação, de manejo e alimentação do rebanho para atenderem as exigências da Instrução Normativa nº 51 impostas pelo MAPA. A Normativa 51 foi um instrumento necessário e utilizado pelo programa PAA-Leite para enquadrar o assentado da Barra da Onça, no perfil específico criado para atender os mercados institucionais e, mais tarde, o agronegócio do leite. Porém, a maioria dos assentados não possui condições financeiras para manter esses investimentos na aplicação de inseminação artificial bovina e, por isso, eles tornavam-se dependentes da doação de sêmens e aplicação deles eram fornecidos pelo governo estadual, municipal e da associação; a prestação de assistência técnica era da EMDAGRO. Sem o auxílio delas, os assentados reduziram a produção de leite, o que enfraqueceu o gado, em virtude da seca prolongada. Já aqueles assentados que se mantiveram aperfeiçoando a técnica, participando de cursos de capacitação e condições financeiras, eles investiram em seus lotes, mantendo em ritmo acelerado de produção de leite e competiam em torneios leiteiros.

Diante da necessidade de atender a Instrução Normativa, as famílias assentadas participaram de cursos de higienização e capacitação oferecidas pela EMDAGRO, CECAC, SEIDES, o que melhorou a qualidade do produto. Pois, o Laticínio União realizava a análise de acidez e verificava com testes no momento, se o pH do leite fornecido pelos assentados era o adequado ao padrão estabelecido pela Instrução Normativa 51. A partir daí, muitos

produtores começaram a ter seu leite reprovado e passou a se preocupar em fazer a higienização da ordenha, de maneira adequada; e mesmo com a saída da EMDAGRO do comando do programa, a empresa governamental continuou promovendo cursos aos assentados e agricultores familiares do território do Alto Sertão e na manutenção e articulação da cadeia produtiva do leite. Na época, a EMDAGRO foi acusada pela auditoria formada por técnicos do MDS de irregularidades no processo licitatório, envolvendo os laticínios, atraso de pagamento de fornecedores e distribuição de leite. Todos esses fatores provocaram a sua suspensão do convênio do PAA-Leite e a coordenação do programa passava para a responsabilidade da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e de mais quatro associações de pequenos produtores.

A EMDAGRO era a responsável por operacionalizar o programa até dezembro de 2006 e, segundo os assentados, existia o controle rigoroso tanto no cadastro dos fornecedores quanto dos laticínios. No entanto, as mudanças ocorreram quando em junho de 2007 a SEIDES passou a administrar o programa, por não haver a verificação do produto com a qualidade e quantidade de leite fornecido aos laticínios. Estes eram os responsáveis pelas seguintes funções: processo de coletar os dados dos produtores, realizar o cadastrado deles no programa e enviar para a associação vinculada à secretaria, a do Laticínio União era a CFAC.

Diante da perda de controle por parte da SEIDES responsável pela operacionalização do programa do governo federal PAA-Leite no estado de Sergipe, nesse período, surgiram às primeiras denúncias de desvio de verbas do Ministério do Desenvolvimento Social, cadastramento indevido de produtores, atrasos de pagamentos de fornecedores, desentendimento entre a APPRBO, dentre outras associações do assentamento.

Antes do PAA-Leite, o Laticínio União aumentou o preço do leite e, com isso, encerrando-se o cartel. Sendo assim, o laticínio funcionava de modo adequado sem o programa e, durante as entrevistas, foi constatado que o programa contribuiu para o fechamento do Laticínio União. Entretanto, a proposta do programa era auxiliar os assentados da Barra da Onça e o Laticínio União. Porém, os gestores do laticínio aproveitaram-se da falta de fiscalização da SEIDES e, de maneira indevida, passaram a cadastrar fornecedores fora do assentamento, deixando de investir no Laticínio União para desperdiçar os recursos financeiros em outras atividades fora do assentamento, além de desvios de verbas do programa e atraso no pagamento dos fornecedores. Esses foram os causadores da suspensão do PAA-Leite no estado de Sergipe. Os constantes atrasos no pagamento desestimularam os produtores a fornecer leite.

O Pró-Leite e o PAA-Leite surgiam para regular o preço do leite, por meio da PGPM. Entretanto, o valor do produto era baixo e pouco se valorizou, ao longo de dez anos de funcionamento dos programas. Nesse período, o valor do litro de leite passou de R\$0,20 para R\$ 1,10 até R\$1,40, ou seja, a diferença foi de apenas R\$1,20 do valor máximo pago pelo programa ao desvalorizado assentado da Barra da Onça. Outro ponto observado foi que o próprio programa foi impedido de aumentar o preço do leite e, devido a crescente demanda do produto causado pelo o agronegócio do leite, baixou o seu valor, embora tenha melhorado a qualidade do produto e do rebanho bovino, e tornou a pecuária leiteira a principal atividade do território do Alto Sertão de Sergipe.

Como em todo o território do Alto Sertão, o Laticínio União tinha uma grande produção de leite para o processamento. No entanto, o espaço interno e os equipamentos do laticínio eram insuficientes para processar e beneficiar acima de 12 mil litros/dia. Em contrapartida, a produção diária do assentamento era de 15 mil litros/dia e isso acirrou a concorrência com outros laticínios, como Natville, Betânia e Sabe, os quais disputavam mercado consumidor do preço do leite com o Laticínio União. A prioridade dos assentados era fornecer ao Laticínio União. Em decorrência do grande volume de leite produzido, a sobra dele (leite) continuava sendo vendida para laticínios concorrentes, fabriquetas e cooperativas.

Para ganhar a concorrência, os grandes laticínios uniram-se, acarretando em um aumento significativo no preço do leite pago pelo Laticínio União, o que fez muitos dos produtores insatisfeitos com os constantes atrasos e desvios de verbas provocadas pelos representantes da associação APPRBO. Esses fatores fizeram com que as outras associações perdessem a credibilidade e estímulo de continuar fornecendo leite ao Laticínio União e, por isso, começaram a deixá-lo, passando a entregar o seu produto para as grandes agroindústrias.

Devido ao seu envolvimento nos desvios de verbas do programa do governo federal, o laticínio foi perdendo espaço para os grandes laticínios, pois passava por dificuldades financeiras, e ainda a perda do selo de S.I.E. e S.I.F. A gestão era inexperiente em condições de manter o funcionamento da empresa. Por isso, houve a dispensa de 80 funcionários que trabalhavam de forma direta e indireta, resolviam questões trabalhistas e sem o selo, eles estavam impedidos de participar dos mercados institucionais do PAA-Leite e PNAE e não podiam comercializar os produtos. Os funcionários dispensados começaram a acionar a justiça, por isso, a situação ficou insustentável e os equipamentos do Laticínio União foram leiloados para pagarem a dívidas trabalhistas. Essa questão seria resolvida se, ao invés de associação, fosse formada uma cooperativa. Desse modo, os assentados não seriam

prejudicados, pois não existiria vínculo empregatício entre a associação e seus associados. Assim, os assentados poderiam ter se protegido.

A forma de cooperativa teria uma resistência, ou seja, uma forma de proteger o bem comum de que era de todos e não apenas de um. Os assentados poderiam ter fundado a cooperativa e contratado a associação para prestar os serviços. Sendo assim, há uma distinção no modo de operacionalizar entre a cooperativa e a associação, tratando-se de funcionários, com a cooperativa, teriam conquistado resultados mais significativos. Mesmo que a cooperativa seja uma sociedade de pessoas sem fins lucrativos, sem receita própria, porém, a empresa possuía natureza jurídica com finalidade comercial e, com isso, pagava-se imposto para manter a atividade. Assim, a gestão da cooperativa é diferente da associação, pois teria profissionalizado e capacitado os membros gestores e os assentados (cooperados) prestariam serviço a ela e dividiriam os lucros entre eles; e o Laticínio União estaria em funcionamento, como acontece com a COOPEAGRIU, localizada no município de Porto da Folha, que gerencia o Laticínio Unileite.

Na verdade, o fechamento do Laticínio União vem desde a falta de gestão, profissionalismo da própria associação APPRBO, mas também da falta de conscientização dos assentados, que esses não entenderam que o laticínio era o instrumento para controlar o preço do leite. Pode-se dizer que o próprio agricultor associado deixava de fornecer o seu leite para vender a um concorrente direto deles, o que destruía o próprio instrumento. Pois, o que existia era um jogo de interesses muito grande, onde as agroindústrias compravam o leite com o preço maior do que os comparados com outras, para que todos os produtores deixassem de fornecer aos pequenos e, assim, enfraquecer os pequenos. Depois do fechamento do Laticínio União, facilitou caminho para comprar o leite abaixo do mercado e ditar o preço do produto.

Após o programa e sem o selo S.I.E. e S.I.F., o Laticínio União continuou por dois anos resfriando leite, o laticínio Natville, que utilizava as instalações para diminuir o custo de sua produção e o lucro era dividido entre os membros da associação APPRBO que era usado para manter o funcionamento dos equipamentos. Sem mercado suficiente para manter o seu funcionamento e não tendo mais condições de suprir as necessidades dos assentados da Barra da Onça, muitos deles, foram obrigados a abandonarem seus lotes ou buscar novas atividades, como a associação de mulheres que forneciam alimentos ao PNAE, Projeto Fruto da Floresta e até se submeterem a fornecer seus produtos aos proprietários de fabriquetas que são pagos pelos grandes laticínios para recolherem o leite de produtores do assentamento Barra da Onça e resfriá-lo em tanques localizados em pontos estratégicos ou a vender para as cooperativas localizadas no povoado de Santa Rosa do Ermírio.

Se o Laticínio União ainda funcionasse, as condições de vida melhorariam, pois estaria produzindo de modo eficaz. Em decorrência da falta de gestão e a ganância dos administradores preocupados em abastecerem os mercados institucionais e não investirem nos mercados convencionais e alternativos, além de escândalos de superfaturamento e desvios de verbas sob a gerência da APPRBO e os constantes desentendimentos com as outras associações parceiras do laticínio, são fatos que provocaram a sua destruição e empobrecimento dos assentados da Barra da Onça. Por outro lado, o fechamento do Laticínio União beneficiou os grandes laticínios, cooperativas e fabriquetas que passaram a controlar o preço do leite. Quanto aos produtores, estes estão subordinados a eles e dependentes de políticas agrícolas do Estado.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *O Futuro das Regiões Rurais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Porto Alegre. 2009.
- _____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São. Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Ed. HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1998.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2005.
- ANJOS, Rita Leonida C. C.; ALMEIDA, Maria Geralda; CURADO, Fernando F. **A Construção Social dos Agricultores Familiares Semiárido Sergipano e a Reserva Legal**. In: CURADO, Fernando Fleury; LOPES, Eliano Sérgio; SANTANA, Mônica. (orgs.). *Do plural ao singular: dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008.
- DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. **O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural**. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. (orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- DINIZ, José Felizola. **A Condição Camponesa em Sergipe: Desigualdade e persistência da agricultura familiar**. Aracaju, SE: NPGeo – UFS, 1996.
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Maria Tereza Souza. (org.). **Atlas Escolar de Sergipe: espaço geo - histórico e cultural**. João Pessoa: Ed. Grafset. 2007.
- FREIRE, Felisbelo Firmo de Oliveira. **História de Sergipe**. Projeto Digitalizando a História, Aracaju – Sergipe, 2009.
- GODOY, Erilda S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, maio/jun.1995.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2003.
- GRISA, Cátia; PORTO, Silvio Isopo. **Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural**. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. (orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 155-180, 2015.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.
- _____. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>
- IBGE. **Projeto de Levantamento e Classificação do Uso da Terra**. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95889.pdf>
- _____. **Enciclopédia dos Municípios**. 1959.

LAVRES FILHO, José. **Barra da Onça: uma esperança frustrada de reforma agrária.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Pró - Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe. Documento sergipano, ano 2000.

LOPES, Eliano Sérgio. **A Reforma Agrária em Sergipe: Notas preliminares sobre o Projeto Assentamento da Barra da Onça.** In: Ensaio Econômico e Sociais (ECOS). Vol. 02, IESAP, Aracaju, 1988.

MARTINS, José de Souza. **O SUJEITO OCULTO (Ordem e transgressão na reforma agrária).** 1. ed. Porto Alegre (RS): Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **Queijo Artesanal: configurações territoriais: experiências escalares do global ao local (o caso de Sergipe).** São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

_____. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do território sergipano das fabriquetas de queijo.** 2009. 359 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós Graduação em Geografia/ NPGeo. São Cristóvão, SE, 2009.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia Serve Para Desvendar Máscaras Sociais.** In: MOREIRA, Ruy (Org). Geografia teoria e crítica – O saber posto em questão. 1ª Ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 1982.

NASCIMENTO, Irinéia Rosa do; OLIVEIRA, José Carlos Nabuco. **O setor queijeiro de Poço Redondo/ SE circunstância e perspectiva de sustentabilidade.** Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes. Anais do XVII Congresso Nacional de Laticínios. Jul/Ago de 2000.

ORTEGA, Antônio César; JESUS, Clésio Marcelino de; SÓ, Leider Lincon da Silva. **O PAA-leite na Bahia e em Minas Gerais: uma avaliação preliminar de seus modelos de implementação.** Cadernos do CEAM. Ano V, n. 24, p.57-89, ago./2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **Desenvolvimento como segurança, assalto à pobreza e início do ajustamento estrutural: os anos MacNamara – 1968 – 1981.** In: O Banco mundial como ator político, intelectual e financeiro – 1994 – 2008, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 177 – 226.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SABOURIN, Eric. **Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos.** SCHNEIDER, S. (Org.) In: A diversidade agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SANTOS, Aldeci F.; ANDRADE. José A. **Delimitação e Regionalização do Brasil Semiárido.** Aracaju, UFS/CNPq/SUDENE.1992.232p.

SANTOS, Carmem Lúcia. **Políticas públicas de desenvolvimento no território do Alto Sertão Sergipano: entre a governança e a sustentabilidade**. 2014. 256 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós Graduação em Geografia/NPGEO. São Cristóvão, SE, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHIMIT, Cláudia Job; MEDEIROS, Leonildes Servolo de; LEITE, Sérgio Pereira; GRISA, Cátia; CINTRÃO, Rosângela A.; ZIMMERMANN, Sílvia A. **O Programa de Aquisição de Alimentos em assentamento de reforma agrária: implantação, impactos e perspectivas**. PAA: dez anos de Aquisição de Alimentos – Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Segurança de Alimentar e Nutricional: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010.

SOUTO, Miguel Heimar. **Caminhos e descaminhos da atividade leiteira no noroeste de Sergipe**. 1998.139f Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos Fundamentais da pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Sumário Executivo. **PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – MODALIDADE LEITE**. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, setembro de 2009. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Pesquisa.pdf>.

APÊNDICES

ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Roteiro I: Agricultores familiares do assentamento Barra da Onça (Associados ou fornecedores do Laticínio União)

1 – Identificação: _____

1.1. Nome: _____

1.2. Idade: _____ 1.3. Lote rural: _____

1.4. Quanto ao número de membros da família residente no lote

Nº	FAIXA ETÁRIA	HOMENS	MULHERES
01	07-14 ANOS		
02	15 – 20 ANOS		
03	21 – 60 ANOS		
04	+ DE 60 ANOS		

1.4.1. Os membros da família pretendem continuar no campo? Quantos? Por quê?

1.5. Quanto ao grau de escolaridade

Nº	ESCOLARIDADE	HOMENS	MULHERES
01	ANALFABETOS		
02	ALFABETIZADOS		
03	1ª a 4ª SÉRIE		
04	5ª a 8ª SÉRIE		
05	2º GRAU INCOMPLETO		
06	2ª GRAU COMPLETO		
07	NÍVEL SUPERIOR COMPLETO		
08	NÍVEL SUPERIOR INCOMPLETO		

1.6. Existem escolas dentro do assentamento? Quantas? Onde estão localizadas? De que maneira os alunos são transportados até elas?

2. Quanto à relação do produtor e a propriedade rural

2.1. Qual foi a forma de acesso à terra?

() Compra () Herança () Doação de parente ou amigo () Assentado de reforma agrária

2.2. Qual o tamanho da área da propriedade? _____ (ha) Pastagem: _____

Lavoura: _____

2.3. Uso da área

Nº	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE (ha)
01	PASTAGENS NATIVAS	
02	PASTAGENS CULTIVADAS	
03	RESERVA NATURAL	
04	CAPIM DE CORTE	
05	PASTAGENS ARBÓREAS	
06	RESTOLHOS DE CULTURAS	
07	PALMA FORRAGEIRA	
08	OUTRAS	

2.4. Principal atividade do produtor

() lavoura () pecuária () ambos () outra: _____

2.5. Possui outro (s) estabelecimento (s)? () Sim () Não. Local (s) _____

2.6. Direção dos trabalhos da propriedade é feita pelo: () Produtor () Administrador

2.7. Utiliza terras fora da propriedade? () Não () Sim. Local: _____

2.8. Atividades agrícolas

2.8.1. Principais cultivos agrícolas

() Milho () Feijão () Mandioca () Hortaliças () Fruticultura () Outras: _____

2.8.2. E as principais atividades não agrícolas? _____

2.8.3. Tecnologias agrícolas utilizadas

() Enxada manual () Foice manual () Machado () Força de tração animal

() Força de tração mecânica () Arados () Grades ou enxadas rotativas () Roçadeiras

() Semeadeiras () Colheitadeiras () Pulverizadores () Adubadeiras () Ceifadeira ou Picadeira de forragem () Agrotóxicos () Irrigação () Adubos e corretivos

() Controle de pragas () Conservação dos solos

2.8.4. Meios de transporte utilizados nas atividades agrícolas:

2.8.4.1 Tração animal: () Equinos, muares e asininos () Carro de boi () Carroça

2.8.4.2 Tração mecânica: () Caminhão () Caminhonete () Trator () Veículo de passeio

() Reboques () Motocicletas () Avião e aeronave de uso agrícola () Embarcações

2.8.5. Recebe orientação técnica? () Sim () Não

2.8.5.1. De quem? Para que?

2.8.6 Qual o destino da produção agrícola:

() Consumo familiar () Mercado () Consumo familiar e mercado

2.8.7 Comercialização da produção agrícola:

() Feira-livre () Atravessador () Comércio () Cooperativa () Diretamente ao consumidor ()

Outros: _____

2.8.8 Para quais municípios vendem seus produtos?

2.8.9 Quem são os seus maiores concorrentes?

2.8.10 Quanto à forma de trabalho desenvolvido na propriedade

() Individual () Mista () Coletiva () Outras: _____

2.8.11 Contrata trabalhador rural? () Sim () Não

2.8.11.1. A contratação ocorre em período:

() Integral () Temporário () Sazonal

2.8.11.2. Porque contrata trabalhador rural? _____

2.8.12. Já solicitou empréstimo para investir na agricultura? Qual banco financiou?

2.8.13. Participou de algum projeto ou programa de incentivo a agricultura? Qual? Eles ajudaram a melhorar sua situação financeira?

2.9. Pecuária

2.9.1 Efetivos pecuários

Nº	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE OU CABEÇA	QUANTIDADE
01	VACAS	CABEÇA	
02	NOVILHAS	CABEÇA	
03	BEZERROS	CABEÇA	
04	BEZERRAS	CABEÇA	
05	TOUROS	CABEÇA	
06	BOIS DE SERVIÇOS	CABEÇA	
07	EQUINOS	CABEÇA	
08	ASININOS	CABEÇA	
09	MUARES	CABEÇA	
10	CAPRINOS	CABEÇA	
11	OVINOS	CABEÇA	
12	SUINOS	CABEÇA	
13	GALINHAS	UNIDADE	
14	GUINÉ	UNIDADE	
15	PERU	UNIDADE	
16	PATO	UNIDADE	
17	GANSO	UNIDADE	
18	PAVÃO	UNIDADE	
19	FAISÃO	UNIDADE	
20	OUTROS		

2.9.2. Tecnologia pecuária utilizada

() Vacinação () Castração () Mineralização () Ração Industrial () Silagem () Fenação

() Ordenha Mecânica () Inseminação Artificial () Descorna () Controle de Endo e Ectoparasitas () Outras: _____

2.9.3. Quais os fatores que levaram a optar pela pecuária?

2.9.4. Possui rebanho bovino? Como funciona o sistema de rebanho bovino?

a) Qual o período ideal para o manejo rotativo? _____

b) Em qual período ocorre o descanso do pasto? _____

c) Aluga o pasto para terceiros? () sim () não. Com qual frequência e período? _____

2.9.5. Qual a raça do gado bovino? Introduziu novas raças? Por quê?

2.9.6. Quanto a ordenha:

No inverno

a) Quantas ordenhas são realizadas por dia: _____

b) Quantos litros de leite são retirados por ordenha: _____

c) Qual o destino do produto: _____

d) Qual o valor pago pelo produto: _____

No verão

a) Quantas ordenhas são realizadas por dia: _____

b) Quantos litros de leite são retirados por ordenha: _____

c) Qual o destino do produto: _____

d) Qual o valor pago pelo produto: _____

2.9.7 Quanto à finalidade do:

() Gado suíno

Especificar: _____

() Gado Caprino

Especificar: _____

() Gado Ovino

Especificar: _____

2.9.8. Qual a quantidade de bovinos por categoria?

Nº	CATEGORIAS	QUANTIDADE
01	REPRODUTORES	
02	VACAS EM LACTAÇÃO	
03	VACAS SECAS	
04	NOVILHAS DE 1 À 2 ANOS	
05	NOVILHAS DE 2 À 3 ANOS	
06	BEZERROS MAMANDO	
07	BEZERROS DESMAMADOS	
08	MACHOS DESMAMADOS	
09	OUTROS	

2.9.9. Qual a alimentação dos animais?

Período seco: _____

Período chuvoso: _____

2.9.10. Quais instalações existem no estabelecimento?

() Curral Coberto () Curral sem cobertura () Galpão () Cochos Cobertos () Cochos descobertos () Cercas () Outros

2.9.10. Faz algum tratamento para os animais doentes? Qual?

2.9.11 Recebe orientação técnica? () Sim () Não

2.9.11.1. De quem? Para que?

2.9.11.2. Quem participa da orientação técnica?

Engenheiro Agrônomo () Veterinário() Zootecnista() Economista Doméstica() Técnico Agrícola() Assistente Social()

2.9.12. Já solicitou empréstimo para investir na pecuária? Qual banco financiou?

2.9.13 A sua vida melhorou com financiamento?

2.9.14. Participou de algum projeto ou programa de incentivo a pecuária leiteira? Qual? Eles ajudaram a melhorar sua situação financeira?

3. Residência, Renda e Integração.

3.1. Residência do produtor:

() Estabelecimento

() Zona rural do município –

Especificar: _____

() Zona urbana do município

() Zona rural de outro município –

Especificar: _____

() Zona urbana de outro município – Especificar: _____

3.2. De quanto é a renda média da família?

3.2.1 Complementa a renda com outra atividade além da agricultura? () Não () Sim. Qual? _____. Local de trabalho: _____

3.3. O agricultor está integrado a:

() Associação – Especificar: _____

() Cooperativa – Especificar: _____

() Organização não governamental – Especificar: _____

() Sindicato – Especificar: _____

() Movimento social – Especificar: _____

4. Condições de vida

4.1. Infraestrutura e informativo:

() Acesso a água potável () Caixa d'água () Energia elétrica () Casa Rural () Casa Sede () Cerca de arame farpado () Cerca Viva () Internet () Curral de Madeira () Outros? _____

4.2. Utensílios domésticos:

() Geladeira () Televisão () Computador/notebook () Celular () Rádio ou som

() Fogão a gás () Fogão a lenha () Fogão a carvão () DVD () Ar condicionado

() Ventilador () Liquidificador () Micro-ondas () Batedeira () Cafeteira

4.3. Moradia

Parede

() Tijolo () Taipa () Adobe () Outros

Piso

() Cimento () Cerâmica () Outras

Cobertura

() Telha Canal () Telha de Amianto () Palha

4.4. Saneamento Básico

Banheiro

() Com Sanitário () Sem Sanitário () Com Fossa () Sem Fossa

Água para beber

() Pote () Filtro () Fervida () Filtrada

Água para o consumo

() Rio () Açude () Cisterna () Poço

4.5. Qualificação da mão de obra existente

() Pedreiro () Artesão () Pescador () Carpinteiro () Costureira () Motorista

4.6. Quais as suas perspectivas para viver no campo?

4.7. Quais as maiores dificuldades para se manter produzindo no campo?

4.8. Os membros da família pretendem continuar no campo? () Sim () Não
Porque? _____

4.9. Para você o que é viver no campo?

4.10. As condições de trabalho melhoraram ou pioraram após a implantação de políticas de desenvolvimento rural? Relate.

5. Laticínio União e a Política Pública PAA- Leite

5.1. Laticínio União

5.1.1. Como era a relação entre os dirigentes do Laticínio União e os fornecedores?

5.1.2. De que maneira o Laticínio União ele beneficiou os agricultores da Barra da Onça?

5.1.3. O agricultor familiar vinculado ao Laticínio União possuía vantagens? Quais?

5.1.4. O que motivou o fechamento do Laticínio União? E como ficou a situação dos agricultores familiares vinculados ao laticínio? Ainda continuam desenvolvendo a pecuária leiteira?

5.1.5. Com o fechamento do Laticínio União surgiram outras atividades no assentamento da Barra da Onça?Quais?

5.1.6. O fechamento do Laticínio União contribuiu para migração e desestímulo do agricultor familiar em permanecer no assentamento da Barra da Onça?

5.2. PAA-Leite

5.2.1. A Política pública do PAA-Leite contribuiu para o fortalecimento da pecuária e para melhorar a vida do agricultor familiar? Por quê?

5.2.2 Quais os benefícios socioeconômicos gerados pelo PAA-Leite aos agricultores familiares?

5.2.3 Quantos litros de leite eram fornecidos ao Laticínio União? Quanto era pago por litro de leite? Esse valor era maior ou menor do que os oferecidos pelos atravessadores?

5.2.4. Com o rompimento do PAA-Leite no estado de Sergipe o agricultor familiar do assentamento Barra da Onça foi prejudicado? De que maneira?

5.2.5. Durante o PAA-leite muitos agricultores familiares abandonaram o programa? Qual o motivo?

Roteiro II: Proprietários de fabriquetas de queijo e derivados

1 – Identificação:

1.3. Nome: _____

1.4. Idade: _____ 1.3. Escolaridade: _____

1.6. Localidade: _____

1.7. Procedência: _____

2. Quanto a atividade

2.1. Qual a sua principal atividade? Acumula outras funções?

2.2. Quantos anos trabalham nessa atividade? Com quem aprendeu?

2.3. Qual o processo para a fabricação de queijo e derivados?

2.4. Quantos queijos e derivados fabricam por dia? E vendem em média quantos?

2.5. Quais os locais que comercializam seus produtos?

2.6. Qual a procedência da matéria-prima do seu produto?

2.7. Compra o leite

() diretamente do produtor () Atravessadores () outra: _____

2.8. Há quanto tempo você negocia com esse fornecedor? E como negocia o preço do leite?

2.9. Possui funcionários? Quantos? Alguns deles são membros da sua família?

2.9. A sua atividade compreende

() produção () fabricação () comercialização () produção e fabricação

() fabricação e comercialização () produção e comercialização () produção, fabricação e comercialização

2.10. A comercialização é feita

() Atacado () Varejo

3.0 Condições de trabalho e renda

3.1. Quais as principais mudanças nas relações de trabalho das fabriquetas após o fechamento do Laticínio União?

3.1.2. Você percebe alguma perspectiva de fortalecimento das fabriquetas? Por quê?

3.1.3. O que contribuiu para o fortalecimento da atividade?

3.4. Os integrantes da família pretendem continuar exercendo a atividade? Por quê?

3.5. Porque a escolha de permanecer com essa atividade?

3.6. Houve mudanças nas tradições e no modo de vida no assentamento da Barra da Onça?

3.7. Quais problemáticas que dificultam o fortalecimento das fabriquetas no campo?

Roteiro III: Secretário (a) de Agricultura do município de Poço Redondo

1 – Identificação:

1.1. Nome: _____

1.2. Idade: _____ 1.3. Escolaridade: _____

1.4. Localidade: _____

1.5. Instituição/órgão: _____

2 – Relação instituição/órgão com a pecuária:

2.1. Qual a contribuição da instituição/órgão para o fortalecimento da pecuária leiteira no assentamento da Barra da Onça? Existe algum programa ou projeto?

2.1.1 Os projetos ou programas levam em consideração o modo de vida e os saberes dos assentados? De que maneira?

2.2. Quais os principais entraves na efetivação dos programas voltados para o fortalecimento da pecuária leiteira no assentamento Barra da Onça?

2.3. Em sua opinião quais transformações são necessárias para promover o desenvolvimento social e econômico das famílias do assentamento Barra da Onça?

3 – Relação instituição/órgão com a atividade agrícola e não agrícola:

3.1. Existe algum programa ou projeto voltado para atividades agrícolas e não agrícola do município de Poço Redondo? Qual? Os agricultores familiares do assentamento Barra da Onça estão inseridos?

3.2. Quais as principais atividades agrícolas e não agrícolas desempenhadas por agricultores familiares do município de Poço Redondo?

3.2.1 O que contribuiu para o fortalecimento dessas atividades?

3.3. Quais problemáticas dificultam o fortalecimento das atividades agrícolas e não agrícolas do município de Poço Redondo?

4. O PAA - Leite e o Laticínio União

4.1. PAA- Leite

4.1.1 Como era funcionava a relação entre a SEIDES (Secretaria de Estado da Inclusão e do Desenvolvimento Social) e a secretaria de agricultura durante o PAA- Leite?

4.1.2. Quais eram os agricultores familiares aptos a fornecerem leite para o PAA? Como era feita essa seleção no município?

4.1.3 É possível o retorno do PAA - Leite no estado de Sergipe? Por quê? Existe algum empecilho para isso não acontecer?

4.2. Laticínio União

4.2.1. Qual a contribuição socioeconômica do Laticínio União para o município de Poço Redondo? O laticínio gerava quantos postos de trabalho?

4.2.2 Como a secretaria vê essa situação de fechamento do Laticínio União? E quais medidas estão sendo adotadas para incentivar a produção de leite no assentamento?

Roteiro IV – Presidente da associação e dirigentes do Laticínio União

1. Como se deu o processo de construção do Laticínio União? Quais as entidades envolvidas nesse processo?

2. Qual a contribuição socioeconômica do Laticínio União para o assentado da Barra da Onça? O laticínio gerava quantos empregos diretos e indiretos dentro do assentamento?

3. Para quantos estabelecimentos comerciais o Laticínio União fornecia seus produtos? Qual o destino dos produtos?

4. Qual era a participação dos associados no gerenciamento do Laticínio União? Em quais situações eles participavam?

5. Antes do PAA-Leite qual era a situação do assentado da Barra da Onça? Existia outra política pública vinculada ao Laticínio União? Qual?

6. A Política pública do PAA-Leite contribuiu para o fortalecimento da pecuária e para melhorar a vida do assentado da Barra da Onça? Por quê?

7. Quais os benefícios gerados pelo PAA-Leite ao Laticínio União?

8. Quantos litros de leite eram comprados pelo PAA-Leite via Laticínio União? De quais localidades vinham os fornecedores? E quantos litros de leite eram produzidos pelos assentados da Barra da Onça? Qual a média comprada pelo laticínio?

9. No PAA-Leite quanto o associado e fornecedores recebiam por litro de leite? Existiam atrasos no pagamento? Por quê?

10. Com o rompimento do PAA-Leite no estado de Sergipe o Laticínio União foi prejudicado? De que maneira?

11. O que motivou o fechamento do Laticínio União? Como ficou a situação dos assentados da Barra da Onça associados a ele? Ainda continuam desenvolvendo a pecuária leiteira?

12. Quanto aos equipamentos do Laticínio União eles ainda estão em funcionamento? Como estão sendo utilizados? Quem realiza a manutenção deles?

13. De que maneira o presidente e os associados tem agido para quitar as dívidas trabalhistas do Laticínio União?

14. Com o fechamento do Laticínio União surgiram outras atividades no assentamento da Barra da Onça? Quais?

15. O fechamento do Laticínio União contribuiu para migração e desestimulou o agricultor familiar a permanecer no assentamento da Barra da Onça?

Roteiro V – Técnico (a) agrícola da EMDAGRO

1. Quais as tecnologias pecuárias eram utilizadas no assentamento Barra da Onça

() Vacinação

Especificar: _____

() Castração

Especificar: _____

() Mineralização

Especificar: _____

() Ração Industrial

Especificar: _____

() Silagem

Especificar: _____

() Fenação

Especificar: _____

() Ordenha Mecânica

Especificar: _____

() Inseminação Artificial

Especificar: _____

() Descorna

Especificar: _____

() Controle de Endo e Ectoparasitas

Especificar: _____

() Outras: _____

2. Todos os lotes recebiam assistência técnica? Por quê?

3. Como funcionava o sistema de criação do rebanho bovino?

a) Qual era o período ideal para o manejo rotativo? _____

b) Em qual período ocorria o descanso do pasto? _____

4. Qual era raça do gado bovino? Introduziram novas raças? Por quê?

5. Quanto a ordenha:

No inverno

a) Quantas ordenhas eram realizadas por dia: _____

b) Quantos litros de leite eram retirados por ordenha: _____

No verão

a) Quantas ordenhas eram realizadas por dia: _____

b) Quantos litros de leite eram retirados por ordenha: _____

6. Qual era em média a quantidade de bovinos por categoria?

a) Reprodutores ____ b) Vacas em Lactação ____ c) Novilhas de 1 a 2 anos ____ d) Novilhas de 2 a 3 anos ____ e) Bezerros Mamando ____ f) Bezerros Desmamados ____

g) Machos Desmamados ____

7. Qual era alimentação ideal para os animais?

Período seco: _____

Período chuvoso: _____

8. Quais instalações eram mais adequadas aos estabelecimentos? Por quê?

() Curral Coberto () Curral sem cobertura () Galpão () Cochos Cobertos () Cochos descobertos () Cercas () Outros

9. Como é feito o tratamento para os animais doentes?

10. Quem participava da orientação técnica?

Engenheiro Agrônomo () Veterinário() Zootecnista() Economista Doméstica() Técnico Agrícola() Assistente Social()

11. O PAA-Leite e a EMDAGRO

11.1 Quais eram os critérios adotados pela EMDAGRO para cadastrar o agricultor familiar no Pró-Leite e depois PAA-Leite?

11.2 A EMDAGRO visitavam aproximadamente quantos lotes no assentamento da Barra da Onça? Quais eram os critérios para a seleção dos lotes? Os técnicos eram bem recebidos pelos assentados?

11.3 Existiam conflitos entre a EMDAGRO e os associados do Laticínio União? Quais?

11.4 O Governo do Estado via EMDAGRO elaborou algum projeto ou programa específico para incentivar a pecuária leiteira? Qual? Como era desenvolvido esse projeto e/ou programa no assentamento da Barra da Onça?

11.5 A EMDAGRO promovia algum tipo de atividade no assentamento da Barra da Onça? Qual? Existia algum tipo de premiação para os maiores produtores?

11.6 Durante a atuação do Programa PAA-Leite existiam constantes problemas principalmente relacionados ao atraso de pagamento do assentado da Barra da Onça. Esses problemas chegaram a interferir na prestação da assistência técnica? De que maneira?

11.7 Quando o programa Pró-Leite foi inserido ao PAA-Leite do Governo Federal trouxe melhorias na forma de trabalho na prestação de assistência técnica? Quais os pontos negativos e positivos dessa mudança de gestão?

11.8. Após o encerramento das atividades do Programa PAA-Leite no estado de Sergipe, a EMDAGRO continuou prestando assistência técnica voltada à pecuária leiteira no assentamento da Barra da Onça? Como é realizado esse trabalho de assistência técnica? Existem critérios para a escolha?

11.9. Na sua concepção o que precisaria ser feito para melhorar a assistência técnica aos assentados da Barra da Onça?

ANEXOS

Barra da Onça terá mais duas fábricas

Em visita ao município de Poço Redondo, mais especificamente, no povoado Barra da Onça, o governador Albano Franco confirmou a ampliação da rede de eletrificação rural.

Os 600 metros de extensão da rede de energia elétrica que foram autorizados, possibilitarão a instalação para o funcionamento de duas pequenas, mas importantes fábricas no povoado. Uma de ração e outra de laticínios (manteiga, iogurte e queijo).

Essas fábricas já existem, mas não atuam devido a falta de energia elétrica suficiente para o funcionamento.

A partir de agora, elas estarão gerando mais empregos diretos para os moradores daquela região, e os produtos, além das vendas, também servirão para o consumo no próprio local. Serão beneficiadas 30 famílias diretamente, e 210 indiretamente.

Essa assinatura de autoriza-

ção para o aumento da rede de eletricidade estava sendo muito esperada pelos moradores daquela localidade. "Sem energia não teríamos condições de ampliar o número de trabalho no povoado e, também não melhorariamos as condições de vida de todos nós aqui no Barra da Onça", afirmou o presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais, Francisco de Souza.

As fábricas, que foram financiadas pelo Pronaf (Projeto de Agricultura Familiar) já estavam prontas, em galpões, restavam apenas as ligações da rede elétrica. Agora os moradores estão se organizando para começarem o trabalho da forma que desejavam.

As obras que o Governo Estadual vem realizando neste sentido, estão trazendo benefícios para os moradores das regiões rurais, onde o número de empregos vem aumentando desde que Albano Franco assumiu a administração do Estado.



O LATICÍNIO União, no Povoado Barra da Onça, melhorou a qualidade de vida dos assentados



OS TRABALHADORES, agora capitalizados, já conseguem até comprar máquinas e equipamentos



OS PEQUENOS produtores de leite do assentamento são os responsáveis pela produção

Emdagro leva leite ao sertão

A Emdagro está desenvolvendo no alto sertão um dos programas do governo de Sérgio de maior alcance social: o Pró-Leite. Criado no final do ano passado, a iniciativa atende dois segmentos de uma só vez: o pequeno produtor de leite e famílias carentes. Implementado através de recursos próprios, o Pró-Leite atinge 10 mil famílias e 300 produtores da bacia leiteira do Estado que agora contam com a venda garantida do produto a preço justo.

O Pró-Leite foi lançado em agosto do ano passado para valorizar o pequeno produtor. São 300 trabalhadores rurais com produção diária de até 50 litros de leite e com propriedade de até 100 tarefas de terra, todos dos municípios de Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu e Canindé, região onde está centrada a bacia leiteira do Estado.

O programa visa também levar um produto de qualidade a gestantes, nutrízes, crianças, idosos e deficientes de famílias carentes que têm direito a um litro de leite pasteurizado por dia. "É o programa de maior alcance social do governo Albano Franco pois atende quem produz e quem consome", disse o presidente da Emdagro, Wolney Brito.

A implantação do Pró-Leite, mudou o cenário no sertão. Até o lançamento, os pe-

quenos produtores eram explorados pelas pequenas fábriquetas, que compravam o produto a preço baixo formando uma espécie de cartel, prejudicando-os sensivelmente. Segundo Brito, antes do Pró-Leite vigorar, o litro de leite era vendido por até R\$ 0,14. Depois que o programa foi lançado, o preço do produto passou a oscilar entre R\$ 0,28 a R\$ 0,35. "O governo do Estado passou a ser o balizador no sistema de comercialização", disse.

O programa é desenvolvido dentro do sistema de produção. O governo do Estado repassa R\$ 0,70 por litro de leite. Desse valor, 50% vai para a indústria, que tanto pode ser as mini-usinas administradas por associações de pequenos produtores, como também laticínios da região. A outra metade segue direto para o pequeno produtor que recebe quinzenalmente pelo produto comercializado no período. "O Pró-Leite remunera a indústria e o produtor rural", acrescentou o diretor técnico da Emdagro, Ary Osvaldo Ribeiro Bonfim.

Com o leite sendo vendido a preço justo e certo, o pequeno produtor pode agora melhorar a situação e a sua qualidade de vida. Na região onde há produtores cadastrados, é fácil observar investimentos na recuperação do imóvel, da propriedade, na preparação

do solo e muitos produtores até mesmo com veículo próprio, adquiridos depois que passaram a ter comprador certo para o leite produzido por eles.

Mini-usinas – O governo do Estado, através do Pró-Leite, gerou, com a sua implantação, emprego e renda na região de atuação do programa, especificamente no assentamento Barra da Onça, no município de Poço Redondo. O local que estava em processo de falência por causa da total descapitalização dos produtores, mudou de cenário com produtores satisfeitos, trabalhando e investindo na propriedade.

O programa levou a instalação de um laticínio construído com recursos do Estado, Pronaf e município de Poço Redondo, gerenciado pelos próprios assentados. Hoje, a mini-usina de beneficiamento é responsável por quase a metade do leite que chega à mesa das 10 mil famílias atendidas. São 4.250 litros de leite por dia beneficiados na usina recém-instalada em Barra da Onça que garante emprego e renda aos produtores assentados. Outras três mini-usinas serão implantadas nos municípios de Gararu, Glória e Porto da Folha até o próximo dia 10 de março.

[Pesquisar...](#)[Últimas Notícias](#)[Galeria de Imagens](#)[Reportagens Especiais](#)[Ouvidoria](#)[Expediente](#)[Cidadania](#)[Economia](#)[Educação](#)[Justiça](#)[Meio ambiente](#)[Internacional](#)[Política](#)[Saúde](#)[Nacional](#)[Esporte](#)[Cultura](#)[Pesquisa e Inovação](#)

Indústria de laticínios de assentamento expande produção em Sergipe

06/11/2002 - 12h39

Brasília, 6/11/2002 (Agência Brasil - ABr) - A indústria Laticínios União, do projeto de assentamento Barra da Onça, em Sergipe, expandiu e avançou para Poço Redondo, abastecendo os municípios vizinhos. A produção passou de 3.000 para 4.500 litros de leite pasteurizado por dia, atendendo o Produteite, programa do governo do estado que distribui leite para as famílias carentes da região.

O empreendimento do assentamento Barra da Onça, em Poço Redondo, está concorrendo ao prêmio Destaque/2002, do Ministério do Desenvolvimento Agrário que anualmente premia iniciativas e trabalhos de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades indígenas, quilombolas e associações cooperativas que atuam no âmbito do desenvolvimento da agricultura familiar.

A usina foi instalada com recursos do Incra e do Pronaf, gerando 20 empregos diretos e 350 indiretos e eliminando a figura do atravessador, que comprava o litro do leite por R\$ 0,20 e vendia pelo triplo do preço às indústrias da região. Estimulados, os pequenos produtores passaram a produzir mais. Os 170 pequenos pecuaristas fornecem, pelo menos, 50 litros de leite/dia à Laticínios União.

O empreendimento funciona com representantes de quatro associações do próprio assentamento. Todos os funcionários da indústria são treinados e reciclados sobre a tecnologia de produção de leite. A meta agora é expandir os negócios para a produção de queijo e manteiga.

<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2002-11-06/industria-de-laticinios-de-assentamento-expande-producao-em-sergipe>

Fábrica de laticínios em Poço Redondo deve fechar em breve

Funcionando há quase seis anos, a fábrica de laticínios União, localizada no povoado Barra da Onça, em Poço Redondo, semi-árido de Sergipe, pode fechar suas portas definitivamente. A unidade pertence à Associação dos Pequenos Produtores Rurais do povoado, e cerca de 90% da sua produção, que corresponde ao leite pasteurizado tipo 'C', foi inviabilizada depois da perda do fornecimento do produto para o Pró-Leite, programa social dos governos estadual e federal. "A gente prestava esse serviço há cinco anos e três meses. Agora, depois que perdemos a licitação, fomos obrigados a demitir 21 dos 24 funcionários. Se continuar dessa forma, nos próximos dias vamos fechar a fábrica", lamenta Francisco Sousa, presidente da associação.

A licitação foi feita pelo Estado, e diferente das outras concorrências, nas quais havia a participação de pequenas fábricas de cooperativas ou associações, nesta, apenas dois grandes laticínios ganharam o direito de distribuir o leite para 25 municípios de Sergipe. Dos nove lotes, sete ficaram com a Indústria e Comércio de Produtos Láticos Ltda, e os outros dois com a laticínios Buri.

"Aqui, graças à nossa fábrica, todo o sistema de produção é organizado. Compramos o leite de 170 pequenos produtores do município e a riqueza fica aqui mesmo, não sai. Já



Chico e Guido lamentam a possibilidade de fechamento

com os grandes, eles pegam o leite de Canindé, Poço Redondo, Monte Alegre e levam para Gloria, que acaba sendo o único município beneficiado. A fábrica é a única fonte de subsistência para várias pessoas e significa a melhoria de vida para muita gente", relata o secretário da associação, Guido Michel Dessy.

Até o último dia de fornecimento do produto para o programa, no final de outubro, a fábrica fornecia 4,2 mil litros de leite pasteurizado por dia para famílias carentes cadastradas em Poço Redondo. "Depois que perdemos a concorrência, estamos praticamente parados. Além dos 21 funcionários, estão sem renda os dez carroceiros que transporta o leite in-natura para o laticínio e mais seis motoristas de carros locados", avalia Chico Sousa.

A fábrica foi construída através de uma parceria entre o Incra, o Projeto Nordeste e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. "A gente passou

por cima de pau e pedra para construir isso aqui. A licitação deveria atender aos pequenos laticínios e não ao agronegócio, que vem agora e passa por cima da gente", reclama Guido, que tem esperança de poder reverter o fechamento da fábrica.



Fábrica teve que demitir 21 dos 24 funcionários

PROCEDIMENTO

A assessora de imprensa da Secretaria de Estado da Agricultura, Cristina Rochadel, explicou que o processo licitatório para a compra do leite, assim como qualquer outra licitação, obedece a critérios técnicos e jurí-

cos, e o vencedor é sempre aquele que oferece o menor preço. "Todas as fábricas que forneciam o leite sabiam que a concorrência ia acontecer. Este é um processo no qual não tem como o Estado intervir. Numa licitação, quem não oferece o menor preço fica de fora", explica.

Colégio de Lagarto é destaque em Feira Nacional de Ciências

A participação do Colégio Estadual Professor Abelardo Romero Dantas, da cidade de Lagarto, na 1ª Feira Nacional de Ciências da Educação Básica chamou a atenção do público presente. O evento, voltado às áreas de linguagens e suas tecnologias, foi realizado no Centro de Dif-



Josefa Moreira

de: a troca do figurino, de texto e até pequenas modificações no cenário. A plateia era sempre simpática e, por muitas vezes, interagia", relata Josefa.

Além da boa participação dos alunos, o aspecto visual do estande e as lembranças que foram distribuídas

Leite garante mais renda a assentados de Sergipe

sexta-feira, 2 Novembro, 2007 - 11:11



Mais de 270 mil litros de leite pasteurizados todo mês, que ajudam a abastecer escolas e milhares de famílias carentes em uma das regiões mais pobres do País. Este é o resultado direto de um trabalho que há seis anos contribui para o combate à fome e a geração de renda para famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em três municípios do Alto Sertão sergipano.

Criado a partir da iniciativa de 30 assentados e construído com recursos do Incra e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Laticínio União, instalado no Projeto de Assentamento (PA) Barra da Onça, no município de Poço Redondo, é considerado um dos mais eficientes instrumentos de incentivo à produção e combate à miséria nessa região sergipana.

No local, são comercializados diariamente cerca de nove mil litros de leite produzidos por trabalhadores de três PAs vizinhos e dezenas de agricultores familiares da região. É um trabalho que assegura o escoamento da produção e beneficia a economia regional, garantindo a venda do leite a preços mais justos para o produtor.

"Antes da criação do laticínio, o pessoal tinha que vender o leite a R\$ 0,25, às vezes até a R\$ 0,18 por litro. Hoje, o laticínio paga até R\$ 0,65 por litro. Isso ajuda demais a gente que produz e faz com que os outros também aumentem o valor pago", explica Francisco Sousa, conhecido como Seu Chico, 50 anos, produtor assentado no PA Barra da Onça.

Dinamização econômica

Além de auxiliar na manutenção do preço do leite, gerar dezenas de empregos diretos e promover a elevação da renda das famílias associadas, o Laticínio União tem ainda papel fundamental no combate à fome. Integrado ao Programa Pró-Leite, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o laticínio fornece diariamente boa parte do leite distribuído na microrregião.

Administrado em Sergipe por um convênio firmado entre o Governo Federal e a Secretaria de Estado da Inclusão e do Desenvolvimento Social, o programa assegura a compra e a distribuição de parte do leite produzido pelo laticínio, além de garantir o fornecimento do alimento a entidades assistenciais e comunidades carentes dos municípios de Monte Alegre, Poço Redondo e Canindé do São Francisco. Isso fortalece a cadeia produtiva e ajuda a dinamizar a economia regional.

Crescimento da produção

Além da inclusão no Programa Pró-Leite e da conseqüente garantia do escoamento produtivo, nos últimos anos, o aumento na produção leiteira do próprio PA vem contribuindo decisivamente para a diversificação dos produtos e o crescimento do Laticínio União. Um crescimento impulsionado por novas técnicas incorporadas pelos trabalhadores assentados e aplicadas ao dia-a-dia da criação bovina.

Com o auxílio de técnicos do Departamento de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Deagro), do governo do estado, os criadores de Barra da Onça tiveram contato com técnicas de melhoramento genético, como a inseminação artificial. Capacitados e com uma pequena estrutura para o acondicionamento do material genético, eles iniciaram há quatro anos um trabalho inédito em áreas de reforma agrária do estado.

Os resultados não demoraram a surgir. Vacas mais saudáveis e com maior potencial produtivo fizeram com que a quantidade de leite produzido no PA desse um verdadeiro salto em qualidade e em quantidade. "As nossas vacas davam em média cinco litros de leite por dia. Quando começamos este trabalho de inseminação, melhorou muito. Agora, a média de leite por vaca é muito maior e chega a 10 litros por dia. Ficou bem melhor para todo mundo", afirma Seu Chico.

Diversificação no assentamento

Um aumento na quantidade de leite fornecido ao laticínio, que gerou também a diversificação produtiva, agregando valor à produção e melhorando qualidade de vida das famílias assentadas. "Hoje, além do leite em si, a gente também produz iogurte e queijo de excelente qualidade. São produtos que têm uma boa saída e garantem mais recursos para as nossas famílias", conta Seu Chico.

Além do Laticínio União, implantado em Poço Redondo, outros projetos de produção agroindustrial integrados a programas como o Terra Sol, mantido pelo MDA, deverão ser implementados em Sergipe nos próximos meses. A idéia é estimular a capacidade produtiva das famílias assentadas e agregar valor aos produtos da reforma agrária, auxiliando na geração de renda e no combate à miséria.

COALHO?

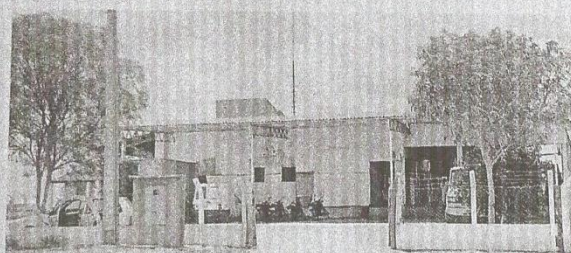
Programa do Leite atrasa pagamento e deixa os produtores em desespero

Criadores não recebem há dois meses e se queixam de preço pago pelo Governo

Delano Mendes
municipios@cininform.com.br

■ O Programa do Leite foi criado pelo Governo Federal dentro do Fome Zero e implantado em Sergipe em 2007. Em Poço Redondo, município do Alto Sertão, 250 produtores são cadastrados pelo projeto. Eles reclamam dos frequentes atrasos nos repasses e do baixo preço pago pelo leite. "A gente recebe apenas 70 centavos pelo litro. Isso não é reajustado há muito tempo. A ração para o gado sobe de preço, tudo sobe de preço, e a gente fica recebendo a mesma coisa", reclama o criador Humberto Diniz, 46 anos.

O programa prevê a compra da produção de pequenos criadores de gado, que produzem até 100 litros por dia. Os produtores recebem um valor fixo pelo leite, que é beneficiado em laticínios integrados ao programa. O leite é então doado a comunidades carentes. A iniciativa possibilita a formação de uma cadeia produtiva e ajuda no incremento da renda de famílias do interior do Nordeste. Uma ideia louvável, se realmente funcionasse como o previsto.



Câmaras inacabadas poderiam ser oportunidade de emprego



Humberto: "Tudo sobe de preço e a gente fica recebendo a mesma coisa"

Os pequenos criadores estão sem receber pelo leite há dois meses. Muitos já pensam em desistir do programa e buscar outra alternativa de vida. "A gente é obriga-

do a vender uma cabeça de gado para ir vivendo até receber o dinheiro do programa. Só que isso demora e não dá para a gente recomprar o gado pelo mesmo pre-

ço. É prejuízo. Já pensei em vender tudo e viver só da roça", lamenta o produtor Manoel Messias, 63 anos.

Os prejuízos são maiores para quem, além de produzir o leite, trabalha no beneficiamento. "Perco duas vezes, não recebo pelo leite que tiro, nem pelo transporte para o laticínio", diz Marcos Antônio Matos, 30 anos, pai de dois filhos pequenos. Ele garante que tem sobrevivido de pequenos bicos até que o dinheiro seja pago. "Trabalho assim, fazendo estaca para cerca na propriedade de um e de outro. O pior é que eles pararam de pagar bem na época da seca", ressentido-se.



Laticínios da região também são vinculados ao programa

INACABADAS

O Programa do Leite previa a construção de nove câmaras de resfriamento em Poço Redondo. O objetivo era fazer com que o leite recolhido nas pequenas propriedades fosse beneficiado ainda no local de produção, o que reduziria as perdas e aumentaria o preço final. Só que as obras destas unidades de processamento estão paralisadas.

"Uma câmara destas daria emprego a pelo menos três pessoas. Seria uma para receber o leite, outra para processar e mais uma para fazer a vigilância. Pena que até agora as obras estejam assim, inacabadas", revela Ediclécio da Silva Santos, presidente da Associação dos Produtores Rurais de Poço Redondo.

SISTEMA

A Secretaria de Estado da Inclusão Social - Seides - é o órgão responsável pelos repasses do Programa do Leite em Sergipe. De acordo com

a secretária adjunta, Maria Luci Silva, o atraso nos pagamentos ocorreu por causa do fechamento de balanço do ano de 2010 e problemas no sistema de informática do Governo do Estado. Luci garante que o pagamento deverá ser normalizado dentro da próxima quinzena.

"O dinheiro que é repassado pelo Ministério do Desenvolvimento Social já está na conta do Governo. Só esperamos regularizar o funcionamento do sistema para pagar diretamente ao produtor", garante a secretária adjunta.

Quanto à demora para a conclusão das câmaras de resfriamento, a Seides garante que têm enfrentado problemas com a construtora que ganhou a licitação. "Uma equipe de engenharia da secretaria vai fazer um levantamento da situação e vamos cobrar da empresa responsável que cumpra o previsto. Ou ela termina as obras, ou iremos à Justiça", afirma Maria Luci. ■

CINFORM

Neymar: destaque incandescente

Que venha a Alemanha!

Com seu melhor de sempre, Neymar se prepara para a Copa. A Alemanha, por sua vez, também não pode ser subestimada. **Veja a Pág. 4**

Hermano Camilo
O jogador de futebol brasileiro, Hermano Camilo, foi destaque na Copa do Mundo. **Veja a Pág. 5**

NEGÓCIOS SUSPEITOS

CALOTE DO LEITE FAZ SUMIR R\$ 76 MILHÕES

■ Sem justificativas, programa de origem federal que distribuía leite direto dos produtores do Sertão sergipano a 30 mil famílias desaparece e deixa um calote de R\$ 76 milhões junto a 3.320 pequenos pecuaristas. No centro da polêmica, diversas OGNs - Cfac, Acase, Ascopan e Cooprase - pontuam como suspeitas em ações fraudulentas, envolvendo desde desvio de função até pagamentos irregulares a assentados do MST. Produtores lesados veem o dedo do deputado estadual João Daniel, PT, em diversos casos. Parlamentar se defende.
CADERNO 1 Pág. 15

Laticínio União, em Barra da Onca, Poco Redondo: fim de um ciclo